



Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I - VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Joana Margarida Banito Tomé e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) e Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Sónia Isabel Leal Maurício Martins.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva e Diamantino António Caldeira Estanislau, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Pedro Miguel Pereira Florêncio, Maria Nazaré de Souza Oliveira e Tiago Manuel Rodrigues Pereira, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 9, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Francisco Miguel Guerreiro Cabral, conforme documentos registados sob os n.ºs 10 a 13, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CH apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 14 e 15, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PAN apresentou pedido de substituição, Mariana Vieira Crespo, conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Natália Jennifer Watts Soares, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CH, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PAN, Ricardo Manuel da Cruz Reis, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.



Apresentaram pedidos de substituição, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída por João Paulo de Oliveira Vieira de Azeitão, e a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por, José Manuel Lima Neves, conforme documentos registados sob os n.ºs 17 e 18, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

Presidente da Mesa – Está aberta a sessão desta reunião extraordinária destinada ao debate do Estado do Município.

Como sabemos, esta sessão tem um funcionamento especial com a quintuplicação dos tempos de intervenção, com o início de uma intervenção pelo Sr. Presidente da Câmara, com um conjunto de intervenções sucessivas dos diversos Grupos Municipais, da menor representação para a maior, depois generaliza-se o debate dentro do tempo que cada grupo tem e o encerramento das discussões será, também, com uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Hoje temos uma inscrição para intervenção no período do público (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata).

José Costa – O meu nome é José Costa e resido em Azeitão.

Venho agradecer mais uma vez ao Sr. Presidente a pintura das estradas da cidade, era bom que se pintassem todas as transversais da Avenida Rodrigues Manito, era importante, também, que fossem tapando alguns buracos existentes no asfalto.

Informo Vossa Excelência que no dia 29 de agosto, na Rua de Lisboa, nºs 310 e 312, em Brejos de Azeitão, estava uma estrutura de cimento para servir de rampa aos deficientes que frequentam a pastelaria brejoense. A estrutura estava partida e não estava sinalizada, o que originou uma queda com ferimentos graves na minha cabeça, os pontos foram retirados, mas as dores persistem. A estrutura supra referida está, novamente, partida e sem sinalização.

Gostaria de dizer ao Sr. Presidente que, em consequência da fiscalização dos limites de velocidade entre o Casal do Marco e Setúbal e vice-versa, deverá ser, em minha opinião, colocada informação relativa a esse facto.

Gostaria de relatar, se ainda tiver tempo, uma situação que se passou na Travessa dos Açores, aqui em Setúbal. Fui a uma loja comprar um suplemento alimentar para os meus problemas e verifiquei uma quantidade de buracos no asfalto, se não me enganei a contar, eram uns 10. Fiz a participação aos serviços da Câmara Municipal e quando lá voltei as pessoas ficaram muito espantadas, porque com tanta rapidez, disseram eles, nunca se concluiu um serviço.

Presidente da Câmara – Peço desculpa não tive oportunidade de ouvir toda a intervenção do senhor munícipe, mas pelo que me disseram veio fazer aqui um conjunto de referências a situações que ocorrem no nosso território.

Naturalmente, que todos os munícipes que vêm aqui às sessões públicas falar sobre os problemas e as situações que ocorrem no nosso concelho são sempre bem-vindos. Somos um Município que nos assumimos como o Município Participado e, para nós, a participação dos cidadãos é uma questão central na forma de gerirmos este território e os problemas com que todos nós, munícipes, somos confrontados. Muito obrigado pela participação do senhor munícipe.

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto Único:

Debate sobre o Estado do Município, ao abrigo do art.º 22.º - A do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal

Presidente da Câmara – Para compreender o que se passou neste último ano na autarquia e melhor entender o Estado do Município, é obrigatório que abordemos o quadro socioeconómico em que vivemos em 2022 e 2023, com referência a problemas que têm sérias repercussões na atividade de todas as autarquias locais.

Como o tempo é escasso, destaco especialmente os problemas que resultam do aumento da inflação e do aumento do custo de vida, mas também as dificuldades causadas aos cidadãos pela subida acentuada das taxas de juro, pelos preços proibitivos das rendas e pela falta de habitação em resultado de décadas marcadas pela ausência de políticas nacionais nesta área.

É igualmente relevante destacar o aumento dos preços dos combustíveis, a falta de mão de obra qualificada, questões com importantes reflexos na atividade do Município ou ainda os problemas que decorrem da existência de muitas empresas em dificuldades. Assistimos, em simultâneo, à pré-falência dos serviços públicos em resultado de anos e anos de desinvestimento, com particular incidência nos serviços de saúde com o Centro Hospitalar de Setúbal a constituir-se como notório exemplo desta situação em resultado dos constantes encerramentos das urgências que tanto penalizam as nossas populações. Também nos setores da educação, da justiça ou das forças de segurança se verifica forte instabilidade em consequência do profundo descontentamento dos que trabalham nestas áreas centrais do Estado e da nossa soberania e que tardam em ver resolvidos problemas que se arrastam há anos.

As condições em que decorre a gestão municipal do concelho são, naturalmente, condicionadas pela situação socioeconómica do país e da Europa, ainda que, por vezes, se queira fazer passar a ideia de que somos uma ilha perfeitamente isolada do resto do país, isenta das influências políticas legislativas, sociais e económicas do que lá se passa.

Obrigatório neste debate é a referência à nossa preocupação com o forte agravamento da taxa de gestão de resíduos a que temos assistido. A taxa de gestão de resíduos, mais conhecida por TGR, iniciou a sua trajetória em 2€ por tonelada em 2007 e hoje está em 25€, mas já sabemos que não vai parar por aqui, uma vez que está já anunciado que o valor a praticar em 2025 será de 35€ por tonelada. O principal encargo inscrito nas faturas da água, que os municípios recebem, podem assim deixar de ser essa água para passar a ser a componente dos resíduos. Naturalmente, para quem paga a fatura da água todos os meses é irrelevante a questão de saber a quem se destinam as taxas, embora a maioria dos municípios assuma que é a sua autarquia que os está a carregar ainda com mais taxas.

Se olharmos para as taxas cobradas pelo tratamento dos resíduos, que é somada à TGR, o panorama é ainda mais preocupante, uma vez que, desde 2014, a taxa subiu 56,56€. Este é o quadro que justifica uma urgente reversão da privatização da EGF, assegurando-se a sua gestão pública. Medida urgente é, igualmente, a suspensão da aplicação da TGR e a reconsideração da sua existência no quadro de uma nova política nacional para o setor dos resíduos. Não iludimos, contudo, as nossas dificuldades internas.

Na sequência da passagem de 7 para 5 vereadores, houve a necessidade de fazer alterações significativas na organização dos serviços municipais que levaram, posteriormente, a adaptação e rede de adaptações com consequências na capacidade de resposta destes serviços. O ano de 2023 é, também, o ano em que assumimos o compromisso de voltarmos a ter um serviço público de abastecimento de água e de saneamento público, depois de uma privatização que durou 25 anos e que deixou muitos problemas por resolver.

A municipalização do abastecimento de água e dos serviços de saneamento que ocorreu no final de 2022, implicou um grande esforço financeiro da Câmara Municipal e o assumir de novas responsabilidades com consequências na preparação de respostas às necessidades das populações. Dizemo-lo com toda a clareza e frontalidade, o regresso do abastecimento de água à esfera pública, aliás, de onde nunca deveria ter saído, é um processo complexo e não isento de dificuldades, com a certeza de que os serviços hoje



prestados às populações são mais qualificados e fornecidos a preços mais justos e com a certeza de que vamos continuar a melhorar o funcionamento destes serviços.

A transferência de competências para as freguesias é outra matéria que teve fortes consequências na vida e capacidade de resposta da Câmara, mas, em especial das juntas de freguesia, o que obrigou à sua estruturação face a responsabilidades e capacidades bastante reforçadas. É nas áreas da manutenção do parque escolar, do pré-escolar e 1º ciclo, da manutenção dos espaços verdes e da limpeza urbana que as juntas de freguesia assumem uma maior responsabilidade. É nestas áreas que os valores transferidos são mais expressivos, atingindo 90% do valor de todas as transferências efetuadas para as juntas de freguesia. Desde o início do mandato, o valor de todas as transferências para as juntas subiu de 7,6 milhões para 8,95 milhões de euros, prevendo-se que atinja os 10 milhões de euros em 2024, correspondendo, naturalmente, à assunção de novas e maiores responsabilidades por estas entidades. Este valor dá bem nota da importância com a satisfação das necessidades diárias dos nossos concidadãos. O valor atribuído, bem como a permanente disponibilidade para discutir a adequação dos instrumentos em vigor, faz certamente do processo de transferência de competências dos municípios para as freguesias em Setúbal, um exemplo para todo o país e contrasta fortemente com a forma como foi conduzido o processo de transferência de competências do Poder Central para as Autarquias. Setúbal é, hoje, o Município do país com maior valor de transferências para as freguesias.

Como já referi, não iludimos as nossas dificuldades e, por isso, recorro aqui os efeitos e impactos negativos na vida do Município que resultaram da maquinação e da especulação em torno da decisão municipal de receber refugiados da guerra da Ucrânia.

A crise e a situação dramática na vida dos Bombeiros Sapadores motivou um esforço suplementar do Município e que ainda não está terminada, embora seja de destacar a boa notícia que foi o anúncio feito pelo Governo em resultado da pressão que esta autarquia exerceu junto dos governantes, com responsabilidades na matéria, de uma alteração legislativa que finalmente resolve um imbróglio legislativo que era conhecido há muitos e que apenas a inércia governamental impediu que fosse resolvido atempadamente.

A transferência de competências para a Câmara Municipal na área da educação e tudo o que ela nos trouxe, em particular, um conjunto de escolas comprovadamente entregue já bastante degradadas tem de merecer, neste contexto, uma referência. Com estas competências vieram para a alçada municipal, a partir de abril de 2022, mais 536 novos trabalhadores, que tudo fizemos e fazemos para acolher nas melhores condições.

Estamos a chegar ao final de 2023, com muitos destes problemas e dificuldades em vias de resolução e com a autarquia a entrar na normalidade da prestação de serviços de excelência a quem escolheu esta terra para viver, bem como a todos os que, de forma crescente, nos visitam e a todos aqueles que escolhem o nosso território para aqui investirem e criarem emprego.

Tenho vindo a anunciar investimentos privados de milhares de milhões de euros em Setúbal, investimentos com valor e qualidade como não há memória, é uma realidade que aí está e que é impossível negar.

Quanto à Câmara Municipal, sem contar com os investimentos na habitação, tem investimentos em curso aprovados ou em vias de aprovação de valor superior a 30 milhões de euros, tudo isto na perspetiva de continuar a oferecer serviços de qualidade e de garantir qualidade de vida.

Na área da habitação, temos, neste momento, já aprovados investimentos da ordem dos 59 milhões de euros, o objetivo é garantir habitação pública de iniciativa municipal para todos. Quanto à iniciativa privada, os dados que temos é que estarão em construção mais de 500 novos fogos.

No conjunto do investimento privado, nas várias áreas de atividade, os dados apontam, como já referi, para valores de investimento nos próximos 3 anos superiores a 3 mil milhões de euros. Tudo indica que estamos a assistir a um desenvolvimento do concelho de Setúbal sem precedentes. Um desenvolvimento que acompanhamos na nossa autarquia, com particular atenção às necessidades dos nossos trabalhadores. A este propósito, quero destacar que a estratégia municipal assentou, neste ano, na continuação de abertura de procedimentos concursais, que são procedimentos para fazer face às novas necessidades decorrentes da transferência de competências, mas também para o rejuvenescimento do pessoal em funções ou para garantir a consolidação de vínculos por tempo indeterminado. A isto junta-se



a abertura de uma nova recruta de 20 elementos para a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, no que é mais um significativo investimento na Companhia e na Proteção e Socorro das pessoas e bens em Setúbal. Até à data, foram, entretanto, acolhidas nesta Câmara Municipal mais de 60 trabalhadores com contratos por tempo indeterminado para diversas áreas e de diferentes carreiras. Neste momento, estamos a concluir o complexo e injusto processo do SIADAP 3, processo em que, após a atribuição de novas posições remuneratórias aos trabalhadores que obtenham os pontos devidos, a câmara aprovou um valor suplementar de 250 mil euros para que mais trabalhadores tenham oportunidade de progredir através da opção gestonária, vendo assim melhorada a sua situação profissional e económica.

Quero, também, dar-vos aqui conta do processo de transferência de competências na área da ação social, concretizado já este ano. A Câmara Municipal assegura, desde abril passado, o atendimento de primeira linha para responder eficazmente às situações de crise e/ou de emergência sociais, bem como a garantia de acompanhamento social destinado a assegurar o apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais. Para responder eficazmente, além do atendimento e acompanhamento social direto na autarquia, foram formalizados 11 protocolos com 7 IPSS, que já desempenhavam funções nesse âmbito, há mais de uma década, através de acordos celebrados com o Instituto de Segurança Social, respondendo às medidas de Rendimento Social e de Inserção e de Ação Social.

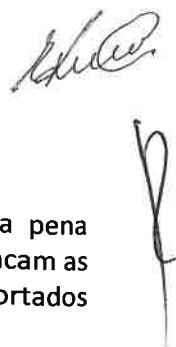
Ao longo dos últimos meses, foi possível confirmar que a relação de proximidade e a regularidade do acompanhamento da Câmara Municipal com as IPSS se revela de extrema importância, tendo isso mesmo sido valorizado por ambas as partes. A ausência de informação estatística rigorosa do número de processos e de agregados familiares acompanhados, até ao momento em que estas competências nos foram entregues, dificultou a análise e a afetação orçamental do Município, permitindo concluir que a verba identificada para os recursos humanos será bastante insuficiente. Sendo, igualmente, preocupante a verba considerada para os apoios eventuais e de emergência na ação social, ou seja, uma vez mais estamos perante um processo de transferência de competências mal conduzido. Falemos, também, da transferência de competências na área da saúde, ainda que esta seja uma responsabilidade direta do Poder Central, a Câmara Municipal tem contribuído significativamente para a qualificação das instalações, como, aliás, se pode comprovar com o esforço feito para pôr de pé o Centro de Saúde de Azeitão e os procedimentos concursais já lançados para edificar o novo Centro de Saúde da Bela Vista, mesmo que não saibamos ainda, no caso de Azeitão, quando vai o Ministério da Saúde dotá-lo com os necessários recursos humanos para o seu bom funcionamento.

Entre fevereiro de 2021 e julho de 2023 foram remetidas, pelo Ministério da Saúde, 8 propostas de autos de transferência para o Município de Setúbal, tendo cada uma delas sido analisadas tecnicamente e alvo de reparos e de correções que têm vindo a ser consideradas. Foram concretizadas 15 visitas técnicas aos edifícios dos Centros de Saúde, tendo sido produzido relatórios técnicos das áreas da manutenção e obras, eletricidade e meios de prevenção, confirmando o estado grave, muito grave da degradação do edificado inscrito em auto transferências para a Câmara Municipal passar a gerir. Por essa razão inscrevemos nas necessidades de reparação urgente e imediata, intervenções que têm uma estimativa de custos que ronda os 3 milhões de euros não considerados na transferência de competências.

Verifica-se, por outro lado, ainda a necessidade de atualização dos valores de referência dos custos de manutenção e da logística de funcionamento inscritos nos autos, falo agora do estado em que se encontra a revisão do PDM de Setúbal, já considerado por várias entidades como uma referência no planeamento municipal. Como sabem, esta revisão foi aprovada pela Assembleia Municipal em 10 de setembro de 2021, tendo sido remetida para ratificação em Conselho de Ministros em novembro desse mesmo ano.

Decorridos cerca de dois anos e, após várias interações entre o Município de Setúbal e o Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, em especial a partir do 2º semestre de 2022, o PDM ainda não foi ratificado. Esta situação traz, obviamente, vários constrangimentos ao ordenamento do território de Setúbal e à viabilização de um conjunto de investimentos privados e estruturantes que aguardam a publicação do novo PDM.

A mobilidade é, também, e cada vez mais um tema central das nossas vidas e da gestão autárquica. Depois, em 2019, com o contributo das autarquias, ter sido possível a maior redução do tarifário dos transportes públicos de que há memória, em 1 de junho de 2022 entrou em funcionamento a nova operação da Carris Metropolitana. Passado pouco mais de um ano a operação da Carris Metropolitana,



após os notórios problemas de que padeceu, ganhou estabilidade e sobre esta matéria vale a pena destacar alguns indicadores relevantes sobre o serviço prestado em Setúbal, entre os quais se destacam as 84 linhas que servem o Município, com 1.550 circulações diárias e 30 mil passageiros transportados diariamente com 9.900 destes passageiros a serem transportados em linhas municipais.

Verifica-se, também, a evolução crescente do número de passageiros transportados na Área Metropolitana de Lisboa desde o início da operação, passando de cerca de 336.771 passageiros transportados em junho de 2022, para 694.618 passageiros transportados em agosto de 2023, o que representa um aumento de 106%. Desde 2019, para financiamento do sistema de transportes e a redução tarifária, o Município de Setúbal já participou com cerca de 10 milhões de euros. Quanto à venda do Navegante Municipal, a sua evolução tem sido progressiva, tendo-se atingido uma taxa de crescimento de 23% a que não é alheia a implementação da medida municipal de redução de 10€ ao valor deste passe.

É, também, relevante referir as reuniões que temos mantido com o Sr. Ministro das Infraestruturas para resolver o problema do preço dos bilhetes na travessia fluvial entre Setúbal e Troia. Na última reunião, realizada, esta segunda-feira, acordámos em constituir um grupo de trabalho que integre as autarquias envolvidas neste processo para que se encontre rapidamente uma solução que permita, finalmente, repor a justiça nesta travessia fluvial.

Ainda em matéria de espaços balneares e de lazer do nosso concelho, quero destacar que a Câmara Municipal de Setúbal e a União das Freguesias de Setúbal desenvolveram trabalhos de requalificação do Parque de Merendas da Comenda que implicaram a limpeza do espaço, a reabilitação de sanitários, chuveiros, fogareiros e pontos de água. Após várias tentativas de devolução do mobiliário indevidamente retirado do parque, a Câmara Municipal assumiu a aquisição de novo mobiliário, está previsto para o mês de novembro a colocação destes equipamentos, designadamente, mesas, bancos e fogareiros.

Mudemos de direção para falar de cultura e desporto, encontram-se na última fase de execução o novo Plano Estratégico do Desporto e o novo Plano Estratégico da Cultura do Concelho de Setúbal. Em resultado da enorme aposta na consulta de todos os interessados, individuais, coletivos, públicos e privados foi possível concretizar um processo alargado de diagnóstico destinado a perceber e a medir com clareza o estado do município e o sentir dos cidadãos e dos diversos agentes do desporto e da cultura.

O apoio ao Movimento Associativo é outra das áreas prioritárias do trabalho da Câmara Municipal. Temos assim estabelecido parcerias e compromissos com instituições do Movimento Associativo com vista à melhoria das infraestruturas para o desenvolvimento da atividade e ação. São exemplos recentes, o terreno cedido ao Moto Clube de Setúbal para a construção da nova sede, o terreno cedido ao Agrupamento de Escuteiros do Sado para a criação de um campo escola ou o espaço cedido à Refood com adequadas condições para o apoio social que presta. Outros exemplos relevantes são a sede para a Associação Desportiva e Cultural “Os Africanos”, as qualificadas e adequadas instalações cedidas para a criação artística do monstro coletivo e nos próximos dias para o GATEM – Espelho Mágico, estas entre outras.

De referir que, no âmbito das medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano 2023, a Câmara Municipal de Setúbal atribuiu ao Movimento Associativo um apoio suplementar de meio milhão de euros, distribuídos em 250 mil euros para instituições e associações de âmbito social, 125 mil euros para coletividades e associações culturais e 124 mil euros para clubes e associações desportivas. Na área da educação merece referência a celebração de contratos de delegação de competências nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas. Foram, também, celebrados protocolos de colaboração com os Agrupamentos de Escolas e com as Associações de Pais para Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico e também ao nível da componente de apoio à família ainda no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Volvidos, praticamente, 5 anos após a aprovação da legislação que concretiza o quadro de transferência de competências, permanecem áreas por regulamentar, matérias por rever, critérios, rácios e valores por atualizar ao mesmo tempo que persiste, desde que a autarquia assumiu estas competências, um subfinanciamento que no caso de Setúbal se cifra já num saldo negativo de 3 milhões de euros, referente a 31 de julho de 2003.



Mantemos sérias preocupações, face ao valor aprovado para efeitos de financiamento, de investimentos, de construção de novas infraestruturas, da recuperação e reabilitação do conjunto das escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino secundário identificadas como prioritárias para intervenção. A Câmara Municipal tem, por outro lado, expressado a sua preocupação face à situação e às dificuldades sentidas pelos jovens residentes em Azeitão ao nível do ensino secundário. A este propósito foi solicitada reunião com caráter de urgência ao Governo, não existindo até ao momento resposta.

Como vos disse no início desta minha intervenção, analisar o Estado do Município, em particular, numa autarquia com a dimensão de Setúbal, é sempre uma tarefa complexa, por isso e porque o tempo é limitado, muito fica por dizer, para já, sobre os muitos investimentos municipais prontos para arrancar e os que estão já em curso.

Em termos gerais, é esta a avaliação muito sintética do Estado do Município, na qual se faz também a identificação de um quadro de dificuldades com que estamos confrontados, sobretudo, de ordem externa. Muito obrigado pela vossa atenção foi o que foi possível sintetizar durante quase 23 minutos de intervenção. Não é fácil falar de uma atividade tão grande, tão extensa e em muitos casos muito profunda, naturalmente tem a ver com problemas que se arrastam, alguns deles no nosso Município há muitos anos, mas também é importante não esquecer que nos confrontamos com problemas que são problemas do país e problemas europeus e até do mundo que têm, nestes precisos anos, profundo sentido no agravamento das condições da qualidade de vida das nossas populações.

Como se disse no texto, Setúbal não é nenhuma ilha, Setúbal é um todo, um território onde vivem pessoas, onde, naturalmente, existem políticas nacionais e europeias e que é o resultado dessas políticas que, também, muitos problemas se fixam aqui neste território, como todos sabemos, e que foi desde 2013 posto à margem na sua complexidade e nas suas dificuldades. É nisso, também, que estamos a trabalhar e muito empenhados em colaborar com todas as instâncias e instituições no sentido de podermos reverter o mais rapidamente possível essa situação.

Presidente da Mesa – Vamos passar às intervenções dos grupos, mas antes pedia aos serviços que fizessem a distribuição de um texto do PSD, que pediu para ser distribuído e que fará parte da sua intervenção que é relativa a uma recomendação sobre transportes.

Flávio Lança (IL) – É sob o peso da responsabilidade e com o profundo compromisso com Setúbal que me dirijo a todos hoje nesta Assembleia, uma instituição crucial na garantia de transparência, equidade e fiscalização da gestão do nosso Município.

Agradeço a oportunidade de iniciar esta ronda, sabendo a importância do nosso papel enquanto voz ativa e vigilante na salvaguarda dos interesses dos setubalenses e azeitonenses. Os habitantes de Setúbal merecem ações concretas que façam a diferença no seu dia a dia e permanecemos firmes nos compromissos eleitorais que estabelecemos. O nosso foco é lutar por uma Setúbal que respeite a liberdade, com uma Câmara mais ágil, transparente e dedicada ao serviço do Município. Defendemos uma gestão sem amarras ideológicas e a promoção de uma descentralização real, onde o poder seja efetivamente colocado nas mãos do Município. Aspiramos uma cidade mais limpa, mais segura, com menos encargos, menos impostos, menos taxas e taxinhas para os seus cidadãos e uma gestão que se concentre genuinamente em apoiar aqueles que mais necessitam.

Quando analisamos o panorama atual de Setúbal, encontramos uma série de indicadores que exigem a nossa atenção e reflexão. Permitam-me apresentar alguns destes dados que são de crucial importância. Não podemos ignorar a diminuição da população residente, o envelhecimento crescente da nossa demografia, a elevada criminalidade e os desafios socioeconómicos. Estes fatores associados a um desequilíbrio nas contas municipais requerem uma ação estratégica. Segundo os dados do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar, a população residente de Setúbal diminuiu atingindo 122,5 mil indivíduos em 2022, que compara com 124,3 mil em 2020. No entanto, a população portuguesa e na própria Área Metropolitana de Lisboa apresenta um crescimento no mesmo período. Segundo a mesma fonte observamos em Setúbal, um crescimento da população com mais de 65 anos, que atingiu 23,9% em 2022, que compara com 22,9 em 2020. Este aumento na faixa etária mais avançada pode ter implicações significativas nos serviços sociais, saúde e bem-estar da comunidade.

No que toca à segurança, a taxa de criminalidade em Setúbal tem crescido de forma preocupante, situando-se em 36% em 2020, valores que superam a média nacional de 33% e a média da AML de 35,8. Em termos sociais, Setúbal enfrenta desafios ainda maiores, em 2021, os últimos dados disponíveis, 5% da nossa população residente era beneficiária de subsídio de desemprego, este valor está acima da média nacional de 3,9% e da própria AML de 4,1.

No que diz respeito às empresas sediadas no nosso Município, são testemunho de resiliência e de adaptabilidade com inúmeros exemplos de sucesso a destacar, no entanto, a complacência não é uma opção, é imperativo incentivar a diversificação da nossa economia, atrair indústrias que adicionam elevado valor e fomentar um ambiente propício à inovação.

Outro ponto muito importante é a análise das contas do Município. No 1º semestre de 2023, revela pontos que também não podem ser ignorados, como a dívida total de 63 milhões de euros, destacando a dívida a fornecedores de 16 milhões e financiamentos obtidos que ascendem a 34 milhões de euros. Também o desequilíbrio entre receitas correntes e despesas correntes, com um défice de aproximadamente 2 milhões de euros, suscita-nos preocupações. Como é possível enfrentarmos desafios marcantes na gestão corrente? É importante que o executivo esclareça sobre as estratégias que estão a ser implementadas para a gestão desta dívida e para o equilíbrio das contas. A sustentabilidade financeira do Município é crucial para garantir a qualidade dos serviços prestados à população de Setúbal.

Estes dados apresentam uma realidade que não podemos ignorar e que exige uma ação concertada e estratégica por parte deste órgão e do executivo, mas ao refletirmos sobre o Estado do Município não podemos deixar de abordar algumas questões estruturais mais prementes. Um dos principais problemas enfrentados no dia a dia, pelos setubalenses e azeitonenses, é a nossa infraestrutura rodoviária, temos investido, temos propostas e planos, mas é crucial olhar criticamente para o que está a acontecer na nossa cidade e o impacto direto na vida dos nossos cidadãos. Tomemos, como exemplo, a Estrada dos Ciprestes, uma estrada com tamanha relevância para a cidade, servindo como ponto de entrada e saída, deveria ser uma demonstração do nosso compromisso com a mobilidade, no entanto, o que vemos são obras inacabadas, rotundas que não atendem o fluxo de tráfego e um planeamento que em muitos casos parece não atender às reais necessidades da população. A Estrada dos Ciprestes, por exemplo, tem sido objeto de críticas justificadas com problemas de sinalização, alinhamento de edificações e estreitamente que prejudica a fluidez do trânsito.

Em setembro deste ano foi aprovado a requalificação, em reunião de vereação, da Praça do Brasil e da Praceta Quinta do Tavares com investimento de cerca de 474 mil euros e um prazo de execução de 120 dias. Já se passaram 56 dias desde esta aprovação e não vemos qualquer indício de obra no local, esperamos que esta obra atenda, de facto, às expectativas e não se torne mais uma a engrossar a lista de projetos mal executados ou inacabados.

Outro exemplo, é a recente obra na Rua de São Gonçalo, em Azeitão, sob a responsabilidade da Câmara Municipal, que tem gerado consideráveis inconvenientes para a população. A falta de um planeamento adequado, especialmente no que diz respeito a desvios de tráfego, tem causado congestionamentos significativos, transformando trajetos de 10 minutos em percursos de 30 a 40 minutos, além disso, a ausência de estudos geológicos preliminares resultou em atrasos e possíveis custos adicionais. Recomendamos uma revisão do processo, uma comunicação mais eficaz com os munícipes e a garantia de que futuras iniciativas sejam mais bem planeadas para minimizar tais transtornos.

Outro assunto que somos confrontados é a situação alarmante do complexo IMAPARQUE, uma aquisição feita em 2019 com um investimento significativo de 4,4 milhões de euros, que hoje se revela como um símbolo de má gestão dos recursos públicos. Contrair um leasing de tal montante para um ativo que agora se encontra num profundo estado de degradação, somado às crescentes taxas de juro, tem exacerbado a forma preocupante do serviço e da dívida. Este cenário levanta sérias questões sobre a responsabilidade e o zelo como os dinheiros públicos estão a ser geridos. Questionamos como foi possível investir tão significativamente sem uma estratégia concreta para a rentabilização deste ativo, o que levou à tomada de decisões que agora pesam sobre o bolso de cada setubalense e azeitonense. Precisamos de respostas claras e de uma estratégia robusta para corrigir este rumo.

Em relação à educação, que já foi aqui abordada, a situação é alarmante e exige a nossa atenção imediata. Gostaríamos de compreender a posição da Parque Escolar sobre a avaliação do património escolar, pois temos sérias questões sobre os futuros planos de gestão destes edifícios, que pode ter implicações de longo prazo no financiamento e gestão das nossas instituições educacionais. Além disso, a situação na Escola Sebastião da Gama é crítica, com obras de reparação urgentes, necessárias e que foram adiadas até maio de 2024, colocando em risco a segurança dos estudantes e funcionários.

Também no Liceu de Setúbal tivemos conhecimento de problemas graves no edificado, quando a chuva é intensa com frequência são canceladas as aulas nas salas do 3º piso. A lista de problemas não para por aqui e estendem-se a outras escolas.

Destacamos, ainda, a nossa crescente preocupação com a transferência de competências das escolas para as autarquias, com a demora nas obras e o estado precário do edificado. Os setubalenses merecem melhores condições educacionais e a nossa responsabilidade é exigir e garantir um futuro mais promissor para a educação de Setúbal.

Para terminar, Sr. Presidente, vou falar sobre a segurança no Município. Fomos surpreendidos e consternados ao constatar que a sua força política, representada nesta Assembleia, rejeitou categoricamente as recomendações propostas pela Iniciativa Liberal. Essas recomendações elaboradas após análise e consultas, visavam, acima de tudo, elevar a segurança de todos nós em Setúbal, que passo a recordar, mais efetivo policial e patrulhamento de proximidade. Uma presença policial robusta e visível nas nossas ruas é vital, isso não só coíbe o crime, como também fortalece o vínculo de confiança entre a comunidade e as forças de segurança.

Campanhas de sensibilização, informação e alerta são as melhores armas de uma população. Prevenirmos contra furtos e combatendo a violência doméstica avançamos rumo a uma sociedade mais protegida e coesa. A iluminação pública, mais do que estética, a iluminação adequada é um poderoso dissuasor de crimes, ampliando a sensação de segurança de todos. Canais de comunicação ágeis, na era digital que vivemos, é impensável que os cidadãos não possuam meios rápidos e práticos para reportar situações inseguras.

Finalmente, solicitar um parecer ao Conselho Municipal de Segurança sobre a possibilidade de acompanhamento de áreas críticas por videovigilância, identificando e prevenindo ocorrências. Para nossa perplexidade, Sr. Presidente André Martins, em carta aberta ao Ministério da Administração Interna valide algumas das nossas recomendações.

Não podemos fechar os olhos ao facto de que estas recomendações, a serem acatadas, podem redefinir a segurança em Setúbal. Insisto a todos considerá-las não como pautas partidárias, mas como imperativos para o bem-estar da nossa comunidade. Gostaria de enfatizar um ponto crítico, no dia 30 de setembro solicitámos informações ao executivo sobre o parecer do Conselho Municipal de Segurança relativa à sua reunião de 29 de julho de 2022. Ansiamos por clareza sobre a existência de um parecer, que se houver, seja dado o envio à Assembleia Municipal de Setúbal cumprindo os termos da lei. Infelizmente, até agora, o silêncio tem sido a única resposta.

Senhor Presidente, reconhecemos a necessidade de pressionar os órgãos superiores, através da sua carta aberta, no entanto, acredito que não se deve negligenciar os canais formais disponíveis como o Conselho Municipal da de Segurança e esta Assembleia. Renovamos a nossa expectativa e apelo para uma futura colaboração construtiva, o nosso objetivo é a segurança e o bem-estar dos cidadãos de Setúbal e peço a todos que coloquemos as diferenças de lado e trabalhemos juntos para uma cidade melhor.

Presidente da Mesa – Deixem-me fazer um pequeno esclarecimento sobre o documento intitulado “Recomendação”. É muito claro que esta Assembleia não é deliberativa, isso foi debatido e ficou consensualizado claramente que não há documentos em apreciação e muito menos em votação, tal como o senhor deputado Flávio Lança referiu, recomendações que tem feito ao executivo, o PSD também tem feito recomendações e quis transmitir, deixar por escrito e dar conhecimento da sua intervenção ou de parte da sua intervenção que inclui este ponto.

Só para não haver dúvidas de que não há documentos em apreciação e a votação.



Ricardo Reis (PAN) – A intervenção que o PAN vai ter esta noite, aqui nesta Assembleia, será definida em quatro eixos principais, os três eixos que fazem parte do nosso ideário, o eixo das pessoas, o eixo dos animais e o eixo da natureza, mas também gostaria de falar sobre o eixo democrático ou a falta de algum sentido democrático que tem acontecido aqui na Câmara Municipal de Setúbal.

Começando primeiro pelo eixo das pessoas, nós consideramos que aquilo que tem sido o tratamento que as populações das freguesias limítrofes, designadamente Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Sado e Azeitão, principalmente a primeira e a última, essas populações têm sido bastante condicionadas naquilo que é, não só o seu modo de vida, mas também as suas condições.

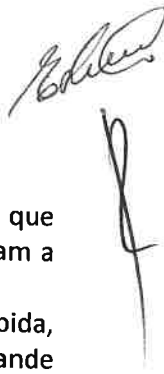
Começando primeiro pela Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, aquilo que é o grande tema que tem sido discutido há várias décadas, não só no Município, mas principalmente nesta freguesia, tem sido o tema do saneamento básico. Recordo que, pelo menos em 2019, de acordo com uma notícia do Expresso, o então Presidente da Junta de Freguesia, José Belchior, tinha dito e passo a citar o título da notícia de 18 de fevereiro de 2019 no Setubalense, “*Em 2021 teremos a obra de saneamento terminada*”, estamos em 2023 e estamos quase no final do ano e até hoje continuamos a não ter a obra qualificada.

Em 2022 houve uma petição pública circulada pela sociedade civil e titulada pela conclusão da rede de saneamento básico em toda a extensão territorial da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que foi recebida pela Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal e cujo relatório foi aprovado por unanimidade nessa Assembleia em dezembro do ano passado, em que o senhor vereador Carlos Rabaçal tinha dito que iriam no 1º trimestre iniciar as obras e que a sua conclusão ainda seria neste mandato. Ora, estamos em 2023, mas já passou o 1º trimestre, já passou 2º, já passou 3º e estamos quase a meio do 4º trimestre e continuamos a ter essa situação ainda por resolver.

Há várias décadas que acontece, há várias promessas que não são cumpridas, aliás, o próprio vereador Carlos Rabaçal há cerca de um mês tinha dito que as obras iriam começar, finalmente, dentro de 15 dias, passou mais de um mês e ainda continuamos com a mesma situação em relação às populações de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra. As populações dessa freguesia continuam a ser marginalizadas em termos daquilo que deve ser a dignidade ao acesso do saneamento básico e o saneamento básico continua a ser feito através da chamadas valas. Consideramos que essa situação continua a ser grave, designadamente, pelo facto de as populações dessa freguesia serem dignas de uma habitação com qualidade, mas, principalmente com saneamento básico, mas que continuam a ser votadas à sua negação.

Em relação a Azeitão, um bocadinho daquilo que foi dito aqui pelo senhor deputado da Iniciativa Liberal Flávio Lança, no que respeita à estrada de São Gonçalo vemos que em Azeitão a estrada de São Gonçalo é a única alternativa que existe para os seus habitantes acederem à A2 para Corroios, para Lisboa e para outras localidades aqui da Área Metropolitana. As obras nessa estrada continuam a ser bastante prolongadas, obras intermináveis em que a qualificação das infraestruturas não está com a devida qualidade e cujas obras condicionam aquilo que é a própria mobilidade do concelho e para os habitantes que trabalham fora de Azeitão.

Em relação ao eixo dos animais, queremos falar sobre a campanha CED para as colónias da Arrábida. Foi aqui aprovada na Assembleia Municipal de Setúbal, no ano passado, uma recomendação do PAN pela retirada dos gatos assilvestrados da Arrábida e para aplicar a campanha CED, neste caso, captura, esterilização e devolução. No entanto, apesar de ter sido aprovado por maioria aqui na Assembleia Municipal de Setúbal, julgo que apenas não teve o voto favorável do PCP, o que aconteceu foi que essa recomendação não foi aplicada, aliás, essa posição foi no ofício 110/2022 à presidência da Câmara Municipal de Setúbal na sequência de um inquérito feito pelo Partido Socialista em que faz, mais ou menos, o enquadramento daquilo que é a situação das colónias de gatos na Arrábida e em que a Câmara Municipal disse que a responsabilidade nesse âmbito é do ICNF e por isso não pode fazer nada. O ICNF assumiu como necessário a tomada de medida, tendo em conta o perigo que representa o crescimento descontrolado daquelas colónias, mas queria que os animais fossem realojados noutra local. Nesse âmbito, em fevereiro deste ano na Assembleia Municipal de Setúbal, o PAN apresentou uma outra recomendação, também, aprovada por maioria aqui nesta Assembleia, em que pedia a construção de um parque próprio adjacente ao CROAC para expandir o próprio CROAC, para que esses animais pudessem habitar, pudessem ser esterilizados e que envolvesse, também, os cuidadores informais.



Apesar de todas essas propostas terem sido aprovadas por maioria na Assembleia, o único partido que não votou favoravelmente foi designadamente da bancada do PCP, a maior parte das quais continuam a não serem aplicadas.

Em relação à extensão do CROAC e também à sua utilização para usar os gatos das colónias da Arrábida, temos a questão da falta de capacidade do CROAC. Vimos que o CROAC continua a ter uma grande deficiência em termos de capacidade de resposta para um concelho com cerca de 121 mil habitantes, continuamos a ter uma capacidade máxima do CROAC para 30 cães e 6 gatos, o que faz com que não haja capacidade de resposta e que, também, a capacidade de alojamento esteja sempre no limite. Apesar disso tudo consideramos e valorizamos o que tem sido a capacidade de resposta do CROAC, tendo em conta todas as dificuldades consideramos que, também, nesse âmbito, o que deve ser uma das funções da ação da Câmara Municipal de Setúbal, não só em termos de garantir a saúde pública, mas também para garantir um maior cuidado possível. Infelizmente, continuam a ser os munícipes no tratamento dos animais a terem essa responsabilidade, aquando do abandono dos animais, devido à sobrelotação do CROAC.

Em relação ao eixo da natureza, gostaria de falar sobre a questão da Comenda. Tivemos, durante praticamente todo o ano passado a discutir a questão da Comenda, designadamente a questão do Parque de Merendas e tendo em conta aquilo que são os recentes desenvolvimentos, e não só, mas também tem sido exemplo a questão do abate de árvores em pleno Parque Natural e temos de manifestar a nossa maior preocupação em relação a isso. Se vimos que na questão do Parque de Merendas da Comenda havia tantas entidades responsáveis e praticamente nenhuma delas quase tomou ações de fiscalização, basicamente foi só depois de a Câmara Municipal ter feito a expropriação que isso aconteceu, o que será da recente Herdade da Comenda que fica em plena Serra da Arrábida e em pleno Parque Natural? Ora, tendo em conta esses dois fatores, consideramos que é bastante preocupante aquilo que pode vir a ser a utilização abusiva de propriedade privada na Herdade da Comenda.

Também em relação à questão do ambiente, designadamente ao que o Sr. Presidente da Câmara falou do aumento da TGR, consideramos que o aumento da TGR, face ao que a AMARSUL tem imposto à nossa população, tem sido bastante preocupante, tendo em conta o aumento bastante exponencial que teve. Basicamente, foi um aumento de cerca de 30€ desde 2015 e 30€ projetados até para o próximo ano, que nos vai penalizar excessivamente enquanto setubalenses. Tendo em conta que não só temos um aumento bastante grande de impostos, a nível nacional, e ainda temos essa taxa que basicamente é um imposto quase da Área Metropolitana ou mais propriamente da Península para pagarmos. Consideramos que, nesse âmbito da TGR, também é grave e saudamos o facto de a Câmara Municipal ter reconhecido a urgência nesta questão e ter feito em junho uma sessão da Assembleia Municipal dedicada apenas a esta questão.

O eixo democrático, é o quarto eixo que iremos falar. Apesar daquilo que o Sr. Presidente da Câmara falou de aproximar as populações e do contacto direto com as populações, consideramos que continua a haver um défice democrático bastante forte aqui em Setúbal, designadamente, como eu já tinha falado há bocadinho, na parte da aplicação das propostas aprovadas. Nós sabemos que uma moção e uma recomendação tem um valor regimental e um valor prático diferente, mas tendo em conta que há várias recomendações, designadamente do PAN como falámos há pouco, em que foi aprovado por larga maioria e em que basicamente apenas o PCP votou contra, gostaríamos de saber que tipo de democracia é essa que está a ser trabalhada? Porque nós temos uma proposta que, pelo facto de só ser aprovada pela oposição, a Câmara Municipal acha-se no direito de não aplicar essa proposta.

Apesar das moções e recomendações serem de valores regimentais diferentes, consideramos que aquilo que é a legitimidade democrática, dada pela aprovação maioritária de várias propostas, não só do PAN, mas também como o deputado da Iniciativa Liberal falou há pouco, consideramos que é não só do interesse geral, mas também de um sentido de ética democrática. A Câmara Municipal de Setúbal ter essa ética democrática de fazer aplicar aquilo que são as recomendações e aquilo que são as moções aprovadas por maioria da Assembleia, só porque o PCP vota contra, não quer dizer que as propostas tenham menos legitimidade.

É neste âmbito que temos aqui aquilo que é o retrato do Estado do Município, os restantes grupos parlamentares farão o seu retrato, mas consideramos que esses dados, também, são importantes para haver uma maior reflexão sobre o Estado do Município.

Vítor Rosa (BE) – Começava esta intervenção, em primeiro lugar, por dar os parabéns à Câmara Municipal por mais uma grande iniciativa cultural que é a Festa da Ilustração, acho que é importante, do ponto de vista da referência cultural, esta Festa da Ilustração, aquilo que ela representa, o impacto que tem e a qualidade que tem, acima de tudo.

Pelo segundo ano consecutivo, deste mandato autárquico, estamos aqui a apreciar o exercício deste executivo e as suas opções políticas e económicas para o concelho de Setúbal.

Importa, pois, rever alguns dos anúncios feitos de obras a fazer especialmente neste ano de 2023 e, de facto, o que efetivamente foi feito para dessa forma exigir o seu cumprimento e não ficarmos apenas por discursos de retórica em que, na prática, prometemos muito e fazemos muito pouco.

Em 28 de fevereiro deste ano, o Sr. Presidente, em artigo publicado no jornal “O Setubalense” anunciava com pompa e circunstância obras fundamentais para o concelho. O ano de 2023 será decisivo para a progressão deste enorme esforço municipal, do qual resultará a construção de 530 novas casas de renda reduzida e apoiada e na reabilitação de outras 3.148 casas do Parque de Habitação Pública Municipal e outras num investimento global superior a 192 milhões de euros que estava a candidatar e com sucesso ao PRR. Sabemos que esta é uma questão que nos motiva a todos, o PSD, Il e CHEGA, por razões economicistas e liberais, preferem estar do lado errado da questão e o PS e o Governo com propostas que não vêm na prática resolver os reais problemas das pessoas, face aos aumentos dos juros, rendas, o maior em 30 anos de democracia, de baixos salários e da especulação imobiliária.

Esperemos que o executivo, também, não fique só pelas promessas e aja de forma consequente neste investimento crucial para as necessidades das pessoas e que não se fique pelos cursos de culpas ao Governo.

A mesma menção nos objetivos com a saúde, nomeadamente na construção dos Centros de Saúde de São Sebastião e do Bairro do Liceu, não esquecendo a necessidade de uma unidade de saúde na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra. Não desvalorizamos as responsabilidades do Governo, obviamente, sobre esta matéria.

Referiu também as obras de requalificação da Estrada Ribeirinha da Mitrena que se vão iniciar e que terá um custo global de 3.950.000 euros, curiosamente, mais 350 mil euros do que anunciou na sua intervenção há um ano nesta sala sobre as mesmas obras. Mas mais que os valores em causa, a questão que se coloca, Sr. Presidente, é onde está o início destas obras passados 7 meses? Vamos reabilitar o Campo Municipal das Pedreiras do Viso com a colocação de relva sintética, com dimensão para futebol onze e que seria iniciada a obra de requalificação do Campo Municipal Júlio Tavares nas Praias do Sado, obras que ainda não começaram. Fica ainda garantida a requalificação do Pavilhão Municipal João dos Santos, que assim permitirá servir melhor a população escolar, bem como o Movimento Associativo. Temos conhecimento da instalação de iluminação Led e as restantes obras de requalificação em que ponto estão? A Câmara Municipal vai iniciar em 2023 uma intervenção de requalificação da Avenida Luísa Todi que inclui a reabilitação de passadeiras, da ciclovia, intervenção no mobiliário urbano na Fonte dos Golfinhos, no Largo José Afonso e na rede viária que serve esta zona nobre da cidade. Ainda não vimos o início de qualquer obra relativamente a isto, apresentado em fevereiro deste ano e que é replicado em outras intervenções do Sr. Presidente em vários sítios.

Se alertamos para estas situações e para a efetivação concreta das mesmas, é porque têm sido sistematicamente referidas nos discursos do Sr. Presidente, assim foi em agosto no editorial do Jornal da Câmara Municipal de Setúbal, órgão oficioso do executivo. Assim foi, novamente, no discurso de 15 de setembro ao qual juntou a informação de investimentos no concelho. Chegamos a 31 de outubro, temos dificuldades em visualizar no terreno todas estas requalificações anunciadas, parecendo-nos mais promessas e propaganda que ações concretas.

Falando dos investimentos, eles são importantes para o desenvolvimento do concelho, os mesmos não podem dissociar-se de outros feitos e continuam a não ver nascer a luz do dia passados vários anos. Há um ano levantávamos aqui alguns desses investimentos, Praça de Touros Carlos Relvas ano de 2007 e custou 1

milhão de euros, acordo com a AICEP Global Parques em 2017 para estacionamento de camiões TIR até 2026, quais os custos até ao presente momento para o município? IMAPARK 2019, custo de 4.400.000 euros, Wake Park Manteigadas 2019, declaração de interesse numa área de 269.400 m². As opções são sempre políticas, por isso perguntamos o porquê destas opções e não de construir uma nova Biblioteca Municipal prometida desde 2013? Para além do outdoor colocado em tempo de eleições em 2021, mais um anúncio de uma promessa que tem 10 anos por cumprir e porque já vamos a meio do mandato pergunto, Sr. Presidente, se continua a assumir o compromisso assumido aqui, há um ano, da construção neste mandato da mesma? Perguntamos, quanto tempo mais vamos esperar pela resolução efetiva da Praça de Touros como espaço multiusos, também prometido? Porque se gastou 4 milhões de euros no IMAPARK que está quase votado ao abandono? Porque não se aposta na construção de uma Mediateca Municipal? O porquê de se ter gasto 6 milhões de euros nos exemplos citados e quais os custos reais para as contas da Câmara ao longo destes anos de inação sobre este espaço?

Dizia há um ano que havia a necessidade, Sr. Presidente, de apoios financeiros para realizar estas obras, já agora, porque não aproveitar o PRR, fazer candidaturas e desbloquear estes problemas? Quanto a outros investimentos anunciados, nomeadamente a construção do Pavilhão Desportivo das Manteigadas, do Auditório Municipal de Azeitão, da construção do Mercado de Brejos de Azeitão, do Centro Escolar Barbosa do Bocage, vamos aguardar pela sua concretização, sendo que são equipamentos essenciais para a prática desportiva, cultural, social e educativa do Município.

Para finalizar a minha intervenção trago a este debate a questão dos investimentos indicados pelo Sr. Presidente e realço a seguinte afirmação *“Alguns destes investimentos serão feitos na área das energias renováveis, setor de enorme importância num tempo em que é imperiosa a necessidade de encontrar soluções para a urgência climática em que vivemos.”* Neste sentido pergunto se algum destes investimentos corresponde à instalação de uma refinaria de lítio na zona da Mitrena, mais propriamente no Parque Industrial da Sapec Bay na Freguesia do Sado, cujo proponente é Aurora Lithium, empresa criada em 2021, que não é mais do que uma joint venture entre a Galp e a Northvolt. Northvolt, empresa sueca que tem como objetivo rivalizar com a Tesla de Elon Musk, para desenvolver oportunidades de negócio na área do lítio, em concreto na refinação de lítio para baterias elétricas de automóveis. Escusado será falar da Galp, dos seus negócios e lucros chorudos que fechou a refinaria de Leixões, despediu trabalhadores e virou as suas atenções para os lucros da refinaria de Sines e agora, também, para este eventual negócio. Quanto às intenções da Northvolt neste negócio, nas palavras do seu cofundador Paolo Cerruti, espera que 15% do investimento de 700 milhões possam ser subsidiados pelo PRR, porque a competição é com empresas chinesas e americanas. Já agora, manifestou a sua apreensão com os prazos de licenciamento ambiental e espera que as autoridades portuguesas percebam que o tempo é vital neste negócio, perdão, neste projeto.

Para o gestor deste negócio do lítio, a Galp e a Northvolt escolheram um gestor da Secil, outra empresa green, de atividade industrial, ambiental e sustentável. Penso que quanto às preocupações ambientais, estamos conversados e deve responder às necessidades de encontrar soluções para a urgência climática que vivemos, como referiu o Sr. Presidente na sua intervenção.

Para que se saiba, a consulta pública da proposta de definição de âmbito do estudo de impacto ambiental foi feita de 24 de agosto a 13 de setembro de 2022, como é norma, quando não queremos grande discussão sobre um projeto que pode vir a ter grandes impactos para as pessoas e para o meio ambiente circundante. Este é um projeto, que a ser concretizado, vai ser instalado mesmo junto a áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, parte integrante da Reserva Ecológica Nacional e a cerca de um quilómetro de distância de zona habitacional, o qual no seu enquadramento administrativo não é feita sequer menção à freguesia em que está inserido, a Freguesia do Sado. Mais, no seu parecer na consulta pública a Câmara Municipal e associações ambientalistas chamavam a atenção para a proximidade do projeto em áreas sensíveis que, apesar de se enquadrar numa área industrial, o limite norte da área do projeto localiza-se muito próximo de diversas áreas classificadas Reserva Natural do Sado, zonas especiais de conservação e de proteção do Estuário, só para citar algumas. Também é chamado a atenção para a deposição de resíduos e para os consumos de água. Para a produção de uma tonelada de lítio são necessários 2,1 milhões de litros de água, sendo que está estimada a produção anual de 28 mil a 35 mil toneladas por ano de lítio, durante 25 anos. Qual a fonte hídrica para responder a estes consumos? Qual o



critério para esta aprovação que irá processar milhares de toneladas de minério, recorrendo a milhares de litros de ácido sulfúrico concentrado e outros reagentes perigosos e altamente poluentes às portas da Reserva Natural do Estuário do Sado e da cidade de Setúbal?

Quando nos mandam fechar a torneira enquanto lavamos os dentes para poupar água, quando as alterações climáticas estão a provocar cada vez mais períodos de seca extrema e em que a água é um elemento vital para as populações, temos estes projetos com consumos astronómicos de água.

Deixo aqui algumas das notas do parecer do partido, que Vossa Excelência Sr. Presidente diz pertencer, Os Verdes sobre a exploração de lítio em Covas do Barroso. O Partido Ecologista Os Verdes considera que a reformulação do projeto de ampliação da Mina do Barroso, em Boticas, nunca deveria ter acontecido e carece de legitimidade e alertam para a destruição ambiental que este projeto mineiro trará para a região do Barroso e colocam-se ao lado das populações, defendendo que estas mereciam uma maior transparência num processo que se arrasta há anos, mas o Governo decidiu dar mais uma oportunidade à empresa, quando tudo indica que não há milagres e que a exploração de recursos minerais tem impactos irreversíveis e atozes na qualidade de vida da população e da região.

Não existem medidas minimizadoras ou compensadoras que consigam atenuar os impactos que a Mina terá numa área de excelência em termos ambientais. Com estas justas preocupações não seria preferível rejeitar este projeto de refinação de lítio em Setúbal? Pelos vistos, não! O parecer da Câmara Municipal acaba por evidenciar um conjunto de preocupações, mas depois acaba por não rejeitar liminarmente o projeto. Mesmo aos anunciados milhares de postos de trabalho neste e noutros investimentos, onde estão os estudos de viabilidade económica e em que dados se baseia para justificar estas afirmações, Sr. Presidente? Que postos de trabalho de valor qualificado e que postos de trabalhos diretos e indiretos?

Um Município que se afirma na sua identidade como Município Participado, que tanta divulgação faz das suas reuniões com a população, de escutar a população, neste caso concreto passado mais de um ano desde a aprovação unânime em reunião camarária de 7 de setembro de 2022, em que o PS e PSD também aprovaram este projeto, dizia, o parecer no âmbito da consulta pública, essa divulgação, auscultação e debate sobre este projeto, ter ficado por uma comissão de acompanhamento, cujos resultados das reuniões pouco ou nada são do conhecimento público.

Podemos fazer todos os discursos valorizando as decisões políticas que entendermos adequadas e mais justas, mas sem o envolvimento da população elas não passam de meras medidas levadas para o terreno que não terão futuro, assim é nas medidas da habitação, da saúde, da educação e do direito intrínseco de ter uma vida digna com trabalho e salário digno. Estes são valores que servem tanto para o Governo Central, como para o Governo Local. Continuar com os anúncios repetidos dos mesmos investimentos, requalificações, obras e pensando que estamos numa grande atividade cujas realizações práticas não correspondem à realidade e demonstra políticas erradas de gestão pública que em nada beneficiam os interesses da população, pensar que somos os únicos detentores das decisões corretas e não auscultar outras ideias e opiniões, é cristalizar pensamento, é caminhar para o insucesso e não responder às necessidades de quem precisa.

Termino como fiz há um ano, porque erros continuam a ser cometidos na gestão autárquica que nos governa, os setubalenses e azeitonenses comecem esta reflexão e que quem os governa seja capaz de reconhecer os erros cometidos e colmatar esses mesmos erros.

Luís Maurício (CH) – Hoje estamos aqui para falar sobre o Estado do Município e o que podemos dizer do último ano? Alguma coisa mudou? Vamos fazer uma análise séria e justa por todos os setubalenses e azeitonenses, eles merecem.

Senhor Presidente, mais uma vez, vamos voltar a falar do mesmo assunto, que ajudas este executivo deu à classe média? Falar deste assunto só pode gerar uma enorme revolta, que medidas no tempo em que a inflação aumenta, no tempo em que os juros ficaram com taxas insuportáveis, o custo de vida tem aumentado de maneira absurda, o que é que este executivo fez pela classe média? Simplesmente nada, ou melhor, aumentou o IMI para ajudar os mesmos de sempre, mas realmente pensar em ajudar quem precisa não houve uma pequena medida. Este é um critério que continua a ser usado neste executivo e neste momento temos muitas famílias com dificuldades em pagar a prestação da casa ou um simples cabaz familiar.

Mas vamos falar, também, de outro assunto que este executivo gosta de mostrar para fora, os seus projetos de habitação social de uma Câmara milionária. Podemos falar de projetos, mas devemos ter todo o cuidado da maneira como passamos a mensagem, porque pode revoltar as pessoas que a todo o custo conseguem pagar as suas casas e que depois visualizam projetos desta Câmara Municipal onde as habitações parecem ser habitações de luxo, que muito possivelmente vão ser entregues aos mesmos do costume. Quando é que vamos deixar as políticas de votos e começar a ajudar quem trabalha e que, pelas contingências da vida, não têm possibilidades de comprar ou alugar uma casa. Temos de ter coragem política para conseguir fazer estas mudanças que não dão votos, mas são, de certeza, mais justas para todos os setubalenses e azeitonenses. Uma habitação social é para ser provisória e não para sempre para ser fiscalizada e não pode acontecer os mesmos abusos dos últimos 20 anos, mas, infelizmente, para este executivo a palavra fiscalizar tem logo um adjetivo, racismo, homofobismo, entre outros nomes.

Agora falemos de transportes, nesta altura já deveríamos estar a falar de uma rede de transportes eficiente que satisfaça a população de Setúbal e Azeitão, mas na rua ouvimos as pessoas a queixarem-se do mesmo, o incumprimento dos horários, o autocarro não aparece, os caminhos não são os certos, o mesmo. Já passou bastante tempo e já era altura de resolver este assunto e todos os dias, todos os que apanham os transportes públicos têm uma surpresa.

Agora, fiquei agradado em ver o Sr. Presidente a dar uma entrevista sobre aumentar os elementos das forças de segurança em Setúbal. A criminalidade em Setúbal cada dia, como a Iniciativa Liberal também já referiu, tem aumentado bastante, aumentou 2.591 crimes, 9% relativamente ao ano passado e em 2022 temos Setúbal como um dos maiores distritos com mais criminalidade do país. Esta preocupação é uma preocupação para todos os setubalenses e azeitonenses. Para quando fazemos um estudo verdadeiro sobre a videovigilância, começarmos a pensar nas vidas, numa solução? Falámos com as forças de segurança sobre a videovigilância e para começarmos a combater este problema da criminalidade violenta, porque foi 7,8% da criminalidade violenta que aumentou em Setúbal.

Outro assunto, também muito importante, que o Sr. Presidente tem falado, as praias, quando devolvemos as praias aos setubalenses e azeitonenses? Para quando termos uma conversa séria com o concessionário de Troia? Quando os setubalenses e azeitonenses vão ter de volta os verões de Troia? Quando vamos devolver o rio Sado aos setubalenses?

Por fim, e é uma parte assente sobre as obras públicas dentro da cidade, temos rotundas com o alcatrão em muito mau estado, temos lombas que estão a causar bastantes danos, temos uma cidade que há 20 anos está ultrapassada.

Rui Lamim (PSD) – Alguém afirmou que Setúbal tinha as características de uma cidade livre e de mentalidade aberta, muito aberta devido ao seu porto e às consequentes trocas de gente e ideias e também à não existência de nobreza de poder relevante à época. Estas duas boas características mitigadas na última década, talvez, continuem a ser atraentes para os estrangeiros que procuram a nossa cidade para turismo ou para viver.

Uma parte desse turismo é suportado por pequenos negócios de gente local sob a forma de Alojamento Local, que tem vindo a recuperar casas há muito fechadas no centro da cidade, algo que nos dá satisfação pelo fim do abandono desses locais e pelo nascimento de atividades económicas. Além dessas permanências, existem outras de maior duração suportadas pela atração fiscal do estatuto de residente não habitual, pessoas com meios próprios que contribuem positivamente para a dinâmica local. Ora, mitigar a atividade de Alojamento Local ou terminar com o estatuto de residente não habitual a portugueses que retornam à pátria ou a estrangeiros, reveste-se de laivos de xenofobia e de inveja.

É difícil perceber qual é a preferência de receber zero euros em impostos, em vez de receber ou de captar 10 ou 20% do rendimento pessoal dos residentes não habituais ou manter imóveis no centro da cidade com as janelas fechadas a tijolo, em vez de permitir pequenos negócios de modestos investidores em AL, que, afinal, são eles que fazem a reabilitação da Baixa, coisa que o Município não faz. Se todos os estrangeiros residentes não habituais tenham adquirido ou possam alugar uma habitação em Portugal, tal seria menos de 1% das habitações. A crise da habitação é de 1%? Claro que não, é uma desculpa de mau pagador.

Somos apoiantes da recuperação do centro da cidade pelos pequenos empresários do Alojamento Local, pela dinamização do acolhimento de estrangeiros em turismo e em residência. No programa Especial de Realojamento, coisa que foi estabelecida pelo Decreto-Lei 163/1993 para a erradicação dos bairros de barracas existentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, de um governo liderado pelo PSD neste concelho, então gerido pelo PS, foram construídos 887 fogos. Quantos fogos foram construídos durante os seguintes mandatos da CDU? Aconteceu o contrário, o Município vendeu habitações. Mesmo quando os valores das transações de imóveis eram mesmo muito baixos, esta Câmara Municipal decidiu não exercer o seu direito de preferência e adquiri-las. Agora, com baixa capacidade de produção de imóveis, pois muitas pequenas empresas ou muitas empresas desapareceram devido à crise financeira e também à paragem por causa do COVID. Os planos do âmbito PRR de um Governo liderado pelo PS e um Município gerido pela CDU poderão igualar ou mesmo superar a execução de 70% do PRR, do PER da altura? É uma pergunta que deixamos.

O diagnóstico e as medidas para esta crise de habitação estão há muito feitos pelo nosso partido, salientamos que a crescente instabilidade legislativa e fiscal é perfeitamente contrária aos interesses da população fazendo mais, outra vez nota da falta de atualização do instrumento de gestão territorial e da falta de aprovação do nosso PDM.

Recomendamos ao Executivo Municipal muita prudência na participação da próxima revisão do zonamento para efeitos de IMI, para não agravar este imposto. Alterações nos coeficientes de localização que têm um peso que varia entre 0,4 e 3,5 na forma do valor patrimonial tributário, podem provocar um aumento brutal do imposto e agravamento da crise da habitação com o aumento do preço das casas. Sabemos da voracidade fiscal destes tempos, mas também sabemos que há gente que tem de escolher entre pagar a renda ou comprar medicamentos, da tensão entre o dinheiro que fica na carteira das pessoas e o dinheiro dos impostos colocado à disposição na gestão pública, que frisamos que deve ser em larga escala reprodutivo. As compras do mandato da ex-Presidente Maria Dores Meira, com a Praça de Touros Carlos Relvas ou o IMAPARK continua incompreensivelmente a ser investimentos ociosos, não reprodutivos, não fazendo parte do desenvolvimento concelhio.

Cada vez são mais e mais demorados os engarrafamentos na cidade. As obras de Santa Ciprestes, perdão, as obras da Avenida dos Ciprestes continuam ainda por concluir. As várias obras realizadas têm sido a opção incorreta no estreitamento das vias para criar lugares de estacionamento tarifado. Mesmo no âmbito do contrato de estacionamento tarifado algo vai mal, porque o parque de estacionamento subterrâneo previsto para a Avenida Luísa Todí, inexistente, apesar do estipulado no contrato, está a revelar-se um problema monumental para a concessão e para a Câmara. A ausência de uma ação adequada do Município neste domínio é um grande fator de resistência ao desenvolvimento económico de Setúbal, mas em abono da verdade, diga-se que algumas manifestações de interesse deste Município ou desta Câmara vão no sentido correto, como temos vindo a falar no que diz respeito à questão do acesso fluvial a Troia e também à recuperação do troço urbano da linha de comboio para Praias do Sado. Sobre transportes públicos era de esperar que com os passes da Carris Metropolitana ao baixo preço que têm, uma nova empresa a explorar a concessão e também a integração com outras empresas da região tivesse havido uma revolução na forma como nos movimentamos, tal não aconteceu e importa perceber porquê. Com informação da concessionária, com a informação das entidades gestoras, isto é, da TML e da Câmara, mas também daqueles que nos elegeram, propomos a realização de um inquérito à população do concelho que, em conjunto com a informação mencionada, possamos dar bom e eficaz uso ao sistema de transportes coletivos.

Foi distribuída uma recomendação que, se quiserem subscrever, poderão fazê-lo com o intuito de realizar um inquérito à população do concelho sobre mobilidade coletiva por entidade externa e independente e com currículo relevante na área que incluía utilizadores de transportes coletivos e também cidadãos que não os são.

Paulo Lopes (PS) – Passados dois anos da tomada de posse do atual executivo e estando a meio do mandato e a pouco tempo da apresentação do próximo Orçamento Municipal para 2024, impõem-se uma análise e avaliação do trabalho efetuado pelo executivo, nomeadamente do Sr. Presidente da Câmara e dos vereadores da CDU.



E se há cerca de um ano, nesta mesma Assembleia, ficou evidente um primeiro ano de mandato conturbado, com áreas de atuação bastante negativas para o executivo CDU, hoje, passados 2 anos desde o início do seu mandato, constatamos que não só a situação do concelho piorou, como inclusivamente alastrou a outras áreas e sectores da governação municipal.

A falta de diálogo com a oposição e a recusa constante em aceitar toda e qualquer proposta que não venha da bolha partidária em que vivem mantem-se, independentemente da sua relevância e importância para o concelho e para a população, apenas e só por puro sectarismo e preconceito ideológico.

Agudizou-se a já desastrosa política de mobilidade em Setúbal altamente condicionada por uma concessão de estacionamento tarifado criada e aprovada pela CDU, que tem como consequência a promoção do incumprimento e o estacionamento ilegal, em cima de passeios e em todos os pequenos cantos que estejam fora do alcance de uma voraz tentativa de colocar parquímetros em tudo o que é lugar, inclusive em cima de passadeiras ou cruzamentos, já agora passadeiras essas que desapareceram por uma gritante falta de manutenção e investimento em segurança rodoviária.

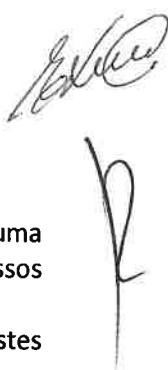
Tivemos um ano em que as relações laborais se agudizaram, o conflito laboral foi tão intenso que levou inclusive a posições drásticas tomadas pelos trabalhadores da autarquia, em concreto pelos Bombeiros Sapadores e que levou inevitavelmente à saída e substituição do Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, mas não só, sabemos por viva voz, da insatisfação de muitos trabalhadores da Câmara Municipal que se encontram à espera da conclusão do processo de avaliação, que condiciona o reposicionamento remuneratório e a inerente valorização salarial, assim como muitos se sentem desmotivados e postos de parte, perante a vinda de muitos técnicos e assessorias vindas de fora, com forte preponderância partidária, em detrimento de funcionários da autarquia, com competência e trabalho desenvolvido ao longo de anos. É notória ainda, a gritante falta de investimento em meios da autarquia que condicionam e impedem uma melhoria na eficácia da prestação de serviços ou na qualidade dos mesmos.

Temos um executivo comunista, isolado, cansado e apático e em final de ciclo, a braços com um sem número de projetos e promessas por cumprir ao longo de mais 20 anos e que até hoje são uma mão cheia de nada.

Perguntamos, onde está o investimento prometido, mandato atrás de mandato? Onde está a nova Biblioteca? Onde está o Terminal 7, o Centro Interpretativo do Mar? Onde está a Oficina das Artes? Onde está o novo Parque Verde da Várzea, com relvados, lagos, fontes e quiosques como nos venderam e prometeram? Onde está a conversão da Praça de Touros num pavilhão multiusos? Onde está o Centro Empresarial da Imapark? Que iria albergar nos novos pavilhões, espaços para a prática de desporto de alta competição e não só. Onde está a tão publicitada Cidade do Conhecimento? Onde estão os seus investidores e projetos? Onde para tudo isto? Onde está a luxuosa marina de 250 milhões de euros, feita por um investidor privado? Onde param os navios de cruzeiro e super iates de luxo que iriam fazer escala em Setúbal? Onde estão os novos hotéis de 4 e 5 estrelas (e foram anunciados vários)? Onde está o Parque Aquático, único no país, que ia nascer na zona das Manteigadas? Onde estão os estacionamentos subterrâneos prometidos? E além desta miríade de fantasias da Setúbal encantada, onde está o investimento na transição digital dos serviços da Câmara Municipal? E o novo mercado abastecedor? E o novo parque logístico? E as novas oficinas da Câmara Municipal? E já este ano, que é feito do investimento prometido para o início de 2023, na execução de investimentos no saneamento básico no concelho, e já estamos no último dia de outubro.

E o que dizer do investimento da Câmara Municipal de Setúbal no âmbito do PRR? Ou melhor, da falta dele, é que de acordo com a informação constante online sobre o PRR, a 25 de outubro de 2023 a Câmara Municipal tinha apenas realizado 3% do total a que se tinha candidatado, ou seja, dos 77,8 milhões de euros tinha apenas realizado pouco mais de 2 milhões de euros, muito aquém do esperado e contrastando com a média de execução do PRR nacional e de outros concelhos, que se situam perto dos 20%. Repito, uma concretização de 3% versos uma média nacional de cerca de 20%.

A Câmara Municipal tem assim cerca de 75 milhões de euros para realizar em 3 anos, o que obviamente será praticamente impossível perante esta equipa que se esgotou.



O dia-a-dia, é feito de uma visão baseada no imediato onde falta tudo, falta uma ambição própria de uma grande capital de distrito e acima de tudo capacidade de decisão e concretização dos compromissos assumidos.

Sr. Presidente, não basta prometer, é preciso cumprir! E a CDU tem muitas promessas, ao longo destes anos, por justificar e cumprir.

Na política, como na nossa vida, tudo tem o seu início e o seu fim, e ao longo de mais de 20 anos a CDU governou o concelho de Setúbal de uma forma autoritária e mesmo irresponsável, como foi o caso da concessão por 40 anos do estacionamento tarifado, ou da recusa inexplicável em baixar o IMI, ou da aquisição de vários imóveis com um enorme peso financeiro sobre o município, como é o caso da Praça de Touros ou da IMAPARK, que se encontram votados ao abandono e sem projetos em curso tendo em vista a sua recuperação.

O que assistimos, é tao só e apenas ao fim e declínio de um ciclo político, um fim penoso para quem assiste e tem de sofrer as consequências do desnorte e incapacidade em apresentar soluções para muito dos problemas que foram os próprios que criaram. A maioria destes, do tempo da ex-Presidente Maria Dores Meira, dos quais os senhores foram cúmplices, todos sem exceção.

Mas enquanto uns definham, o Partido Socialista assume-se como a principal força política em Setúbal, capaz de afirmar o concelho e a região, no caminho do desenvolvimento e qualidade de vida dos setubalenses e azeitonenses.

É para isso que os autarcas do PS trabalham, enquanto principal partido da oposição, e no futuro como a solução alternativa credível para governar a Câmara Municipal.

Já o dissemos no passado e voltamos hoje a afirmar, Setúbal merece e precisa de muito mais e de muito melhor.

Mais investimento, mais coragem reformista, mais ambição estratégica, mais execução, mais e melhor futuro.

Por tudo isto, e aqui chegados, os setubalenses e azeitonenses querem mais, melhor e diferente, anseiam para que Setúbal solte as amarras de um tempo que já passou, mas que ainda nos governa, para ser finalmente aquilo que precisa e merece, Setúbal, uma Capital do Futuro!

Simão Calixto (CDU) – Continuar Setúbal foi e é o compromisso que a CDU assumiu nas eleições de 2021 e é o compromisso que continuamos a trabalhar todos os dias.

Saímos das eleições de 2021 com uma vitória em todos, repito, todos os órgãos autárquicos fruto do reconhecimento que as populações atribuem a este projeto, o projeto da CDU. No entanto, para se avaliar o Estado do Município não podemos deixar de olhar, por um lado, para o contexto local em que partimos para esta responsabilidade e, por outro lado, ao contexto nacional.

No contexto local foi a CDU que ficou à frente dos destinos do nosso concelho, que nos últimos 20 anos procedeu a uma profunda transformação do território, captando investimento e colocando perspectivas de futuro aos setubalenses, uma cidade e um concelho onde se tem orgulho de viver. Tudo isto aconteceu melhorando continuamente o equilíbrio das contas municipais, organizando os serviços de forma a cumprirem a sua missão e enfrentando uma significativa redução dos fundos comunitários disponíveis, uma crise económica e financeira agravada pelas políticas de austeridade, vários simulacros de investimentos públicos estruturantes para a região que nunca se concretizaram, uma pandemia e atualmente uma crise inflacionista.

Hoje não podemos falar do Estado do Município sem referir o grave aumento do custo de vida, a insistência em políticas de baixos salários, a preferência pelo assistencialismo e a propagação da precariedade que atingem as populações do concelho, ou ainda a dificuldade no acesso à habitação, ao mesmo tempo em que se verificam acumulações de lucros obscenos por parte dos grupos económicos e financeiros, designadamente nas áreas dos combustíveis, energias, alimentares e a banca.

É neste âmbito de aumento generalizado dos preços que, também, atinge o Município com os preços das empreitadas das matérias-primas, da energia e dos combustíveis, em que o PS continua a tentar retirar receitas ao Município beneficiando uma minoria, mas prejudicando a maioria, dificultando a prestação do serviço público, a promoção do investimento autárquico e o apoio às camadas mais desfavorecidas.

Aliás, em matéria financeira, sem ir lá muito atrás para não desenterrar as por demais conhecidas consequências da gestão à PS, não posso deixar de destacar os seguintes aspetos, ao contrário do que é feito crer que o Município já vinha a promover uma descida progressiva e sustentável da taxa de IMI.

Em 2020 e 2021, anos atípicos devido à pandemia, verificaram-se perdas de receitas, taxas destinadas a fazer face à crise através de várias isenções decididas pelo Município. Para a realização de investimentos tem continuado a ser aproveitados todos os apoios possíveis, nomeadamente, de fundos estruturais. Para o sucesso desta política muito tem contribuído a colaboração e participação das freguesias e o envolvimento do movimento associativo e da população em geral.

Este executivo, que tomou posse no final de 2021, reafirma a orientação de investir e garantir a qualidade dos serviços que presta à população e estamos certos de que irá conseguir, apesar das dificuldades financeiras a que está sujeito, provocadas internamente pela imposição da descida irresponsável de receitas, nomeadamente o IMI e do IRS, e externamente pela inflação que não para de subir iniciada antes da pandemia e que ainda não acalmou. É neste quadro que afirmamos que cá estamos e cá estaremos para superar as dificuldades e resolver problemas, protestando sempre que tivermos que justamente protestar, mas nunca deixando de dialogar e ainda sermos capazes de continuar a substituirmo-nos aos que fazem grandiosas declarações de amor a Setúbal, apenas que a desprezam e a esquecem na Assembleia da República e que depois a maltratam.

Cá estará a CDU, na gestão do Município, a fazer o que sucessivos governos recusaram a fazer. Só para referir algumas das mais significativas, tal é o caso das intervenções no Convento de Jesus, no Forte de São Filipe, em estradas nacionais como é a obra em curso na Estrada Nacional EN 10-4, na disponibilização de terrenos e na construção de Centros de Saúde, como é o caso do Centro de Saúde de Azeitão, que está pronto, ou da Bela Vista cuja obra se iniciará em breve.

Cá estará a CDU na gestão do Município a dar resposta aos problemas que vão ser criados e que estão a ser criados com a transferência de encargos para as autarquias, quando o Município passar a ser definitivamente responsável por áreas subfinanciadas e em muitos casos degradadas pelo abandono a que foram votados por vários governos, como acontece, por exemplo, com o Serviço Nacional de Saúde, vítima da política de direita de sucessivos governos que desinvestiram e desvalorizaram carreiras, abriram portas ao negócio da doença e que é hoje, infelizmente, bem visível em Setúbal, com milhares sem médico de família, com serviços a encerrarem por falta de meios humanos, com o Centro Hospitalar sem condições de prestar os cuidados médicos ou com Centros de Saúde incapazes de dar resposta às necessidades. Neste âmbito, não assinaremos os autos de transferência das competências, porque nos recusamos a ser mais um prego no caixão do SNS, posto isto não podemos deixar de fazer a seguinte pergunta, o que é que tem o Governo PS e os seus representantes aqui em Setúbal a dizer às mães, aos pais que não sabem se terão urgência para os seus filhos ou às grávidas que semana sim, semana não se têm de deslocar a outros concelhos para que os seus filhos possam nascer no hospital? Aquilo que se exige é fixar e respeitar profissionais, valorizar os seus salários, criar um regime atrativo de exclusividade, contratar outros profissionais em falta e não loas em jornais quando todos sabemos que não se nasce em Setúbal quanto mais nascer em segurança. É certo que o desafio é grande, mas, à semelhança do sucedido nos outros momentos é com as populações, o movimento associativo e os trabalhadores, permitam-nos aqui destacar e saudar em particular os trabalhadores das autarquias locais do concelho, que iremos superar todas as dificuldades e continuar Setúbal.

Neste mandato, o Município já tomou uma decisão histórica de grande significado e alcance. O Município decidiu recuperar a gestão da água e do saneamento para a esfera pública, terminando a nefasta concessão, decidida pelo PS em 1997, e que fez deste serviço público essencial, o negócio em que as populações perderam sempre. Esta é a solução que tem permitido colmatar as insuficiências ainda verificadas e decorrentes da concessão e promover o investimento público capaz de garantir um serviço com a cobertura total do território, a renovação de redes e garantir a excelência do serviço prestado com elevados níveis de qualidade e, naturalmente, a preços mais justos. Neste domínio, não poderemos deixar de assinalar que, na gestão de resíduos, continuamos a subsidiar lucros da Mota Engil, a dona da AMARSUL, em prejuízo da recolha de resíduos da sua responsabilidade no nosso concelho, com danos na higiene urbana e no espaço público. Hoje reverter esta privatização é colocar o sistema multimunicipal de resíduos ao serviço das populações e não do lucro.

No âmbito da mobilidade, não deixaremos de, junto da Alsa Todi, exigir o cumprimento do serviço e de efetuar as melhorias necessárias no plano metropolitano e de nos debater pela progressiva gratuitidade dos transportes públicos, bem como da extensão da ligação ferroviária de Lisboa a Praias do Sado, afirmando, também, em Setúbal uma visão de uma cidade para todos mais sustentável e liberta da pressão do veículo individual.

A captação de novos investimentos geradores de emprego e a afirmação de Setúbal, como centralidade no plano regional e nacional, continuam a ser objetivos para os quais se desenvolve uma atividade concreta de valorização e promoção do concelho.

Neste mandato, perante a confirmação do fracasso das políticas liberais de habitação, o Município, aproveitando fundos disponíveis, definiu uma estratégia e prepara-se para uma intervenção visando resolver graves carências e promover o acesso à habitação condigna a todos, estando, neste momento, cerca de 60 milhões de euros de investimento adjudicada nesta área. Existe, também, resposta a esta dramática situação, pondo os lucros da banca a suportar as taxas de juro e enfrentando os interesses especulativos.

Na educação, o Município de Setúbal, cidade educadora, continuará o seu compromisso na defesa e construção da escola pública ficando o início deste ano letivo já marcado pela procura de supressão de inúmeras falhas e carências tornadas visíveis no processo de transferência de competências em curso. Uma pergunta salta à vista, o que tem o Governo do PS e os seus representantes em Setúbal a dizer aos 800 estudantes que só no Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama não têm, pelo menos, um professor a uma disciplina? O que se exige é criar condições para valorizar a carreira docente, investir na escola pública, garantir as condições necessárias a um ensino de qualidade. O que se exige do Governo é que reconheça e inverta o processo de transferência de competências da educação para os municípios, que não passa de uma transferência de encargos como se prova pelos 3 milhões de euros que o Estado Central já deve a este Município, dinheiro que é desviado das suas competências próprias para garantir que as escolas continuem a funcionar.

No domínio da cultura e do desporto continuaremos apostados na diversificação e na democratização do acesso à criação artística e à prática desportiva, bem como na criação de novos públicos, afirmando o concelho como um território eclético apostado na formação integral dos indivíduos. Ao longo dos mandatos da CDU, o Movimento Associativo, Desportivo e Cultural sabe que conta com o Município para, sem pressões de cariz partidário, apoiar o desenvolvimento da sua atividade. Por todo o concelho criam-se espaços, constroem-se sedes e campos para as mais diversas modalidades, apoia-se a realização de eventos e provas.

Os jovens do concelho de Setúbal e as suas diversificadas formas de associativismo sabem que continuam a ter espaço no Município para serem ouvidos e participarem na vida coletiva, sem que tal tenha como condição prévia e necessária um registo e a adoção de uma determinada forma legal. Apesar das imposições legais e dos constrangimentos à participação juvenil criados pela figura do Conselho Municipal de Juventude, que a oposição considera modelos de virtude, a CDU não deixará de afirmar os espaços de participação onde cabem todos e onde a participação é real e os jovens do concelho sabem que é com a CDU que contam para combater as políticas de precaridade, baixos salários ou de elitização do ensino.

A CDU no Município de Setúbal continuará a estar junto das populações promovendo a sua participação real na identificação e resolução de problemas e ao lado delas os eleitos da CDU, entre muitas outras coisas, continuarão a bater-se pelo usufruto do Parque de Merendas da Comenda e dos caminhos e usufruto ancestrais do Parque Natural da Arrábida, para um serviço de transportes públicos que sirva realmente as necessidades, para um Centro Hospitalar capaz de cumprir a sua missão e uma travessia fluvial para Troia que não seja uma barreira. Temos muito para fazer, temos um programa para cumprir, Setúbal exige de nós um compromisso sério e empenhado com o futuro e com a concretização da visão que submetemos a sufrágio eleitoral.

No momento em que a proposta do Orçamento do Estado para 2024 confirma a falta de resposta face aos problemas e dificuldades sentidas pelos trabalhadores e o povo, reafirmamos a necessidade de medidas e soluções no Orçamento, uma resposta que faça frente às intoleráveis desigualdades e à injustiça na distribuição de riqueza, que rompa com o gritante contrato dos lucros colossais e dos grupos económicos e das dificuldades sentidas pela larga maioria da população. Desde logo, a resposta mais urgente e a

grande emergência nacional, o aumento geral e significativo dos salários e das pensões, tão mais urgente quanto a perda do poder de compra em resultado do aumento dos preços dos bens essenciais, respostas inadiáveis também nos serviços públicos, a começar pelo SNS, arrastado que está pelas mãos do Governo e com o aval dos seus representantes em Setúbal para a sua destruição, com o acesso aos cuidados de saúde postos em causa e com os aplausos dos grupos económicos da doença.

O Governo perante estas necessidades e para lá da propaganda, assume três posições contrárias, limita salários e pensões, restringe a despesa e o investimento público, disponibiliza recursos e garante privilégio aos que tudo têm. Precisamos de uma política que enfrente as injustiças e desigualdades e promova o desenvolvimento e o progresso social, e, ao contrário de quem braceja muito, mas não apresenta ideias e nem soluções, ao contrário do quem muito pragueja, mas não reconhece erros e promove políticas de empobrecimento deste concelho e das suas gentes, a CDU irá continuar a levar avante a concretização de um projeto de transformação profunda do concelho, visando o seu desenvolvimento em harmonia com o património cultural e ambiental existente, iremos continuar Setúbal!

Presidente da Mesa – Terminada a ronda das intervenções dos Grupos Municipais, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer fazer alguma intervenção em resposta às questões, entretanto, colocadas?

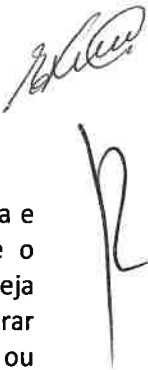
Presidente da Câmara – O que penso é que, a seguir às intervenções dos Grupos Políticos, haverá um período de questões e que dentro do tempo que me está atribuído terei de gerir para depois, também, poder fazer uma intervenção final como foi acordado.

Presidente da Mesa – Então, vamos avançar para a próxima ronda.

Ilídio Ferreira (PS) – Dois anos de mandato decorridos e a vida dos setubalenses em relação ao urbanismo, entendido este como solução para os problemas de ordenamento da cidade e à mobilidade, piorou e muito. Para quem transita de automóvel ou noutro veículo, as passadeiras ou continuam por pintar ou as que foram pintadas já não estão. Há cada vez mais estradas esburacadas, as obras arrastam-se no tempo impedindo a circulação nesses troços, as soluções implementadas em alguns locais do concelho não só não melhoraram como em alguns casos pioraram a circulação e para os peões a falta de passadeiras e o aumento de carros estacionados nos passeios, obriga-os a transitar nas vias de circulação automóvel e o risco de sair à rua é cada vez maior.

Em relação ao estacionamento tarifado, apesar das posições assumidas pelos representantes dos setubalenses e azeitonenses nesta Assembleia, através de deliberações tomadas, recomendando ao executivo que negociasse com o concessionário o contrato de concessão no sentido de uma redução dos lugares tarifados e exigisse o cumprimento de todas as cláusulas do contrato e também dos protestos dos setubalenses em relação ao exagerado número de lugares tarifados, a verdade é que, pelo que se sabe e vê, o executivo não tem ligado importância nem a uns e nem a outros. A posição do executivo e do Sr. Presidente, ao longo dos tempos, sobre esta matéria tem sido errática, desnorteada e sem qualquer rumo. Em abril de 2023, o Sr. Presidente vem dizer no Jornal do Município que a Câmara iniciou um processo de conversação com o operador com vista a conseguir uma revisão do contrato de concessão, como estão as conversações? Até agora ainda não se viram quaisquer resultados. Disse ainda, que a tarifação continua a ser a melhor forma para regular o estacionamento nas zonas de grande procura, estamos de acordo, diferimos é na definição de zona de grande procura. Para nós, uma zona de grande procura é uma zona em que a taxa de ocupação e de rotação dos lugares tarifados é elevada, pelos vistos para a Câmara, as zonas de grande procura são aquelas que entenderam que o seriam, mesmo que toda a gente veja que não o são e que os lugares tarifados passem horas e dias sem qualquer ocupação, às moscas.

Numa carta dirigida aos munícipes, o Sr. Presidente entendeu por bem dizer e cito, “*Sei que o estacionamento pago está a ser utilizado para aproveitamento político.*”, com estas palavras o Sr. Presidente procurou desvalorizar e reduzir a mera chicana política, um assunto que vai influenciar a vida da cidade e dos seus cidadãos durante as próximas décadas. Não, Sr. Presidente, não há aproveitamento político, há sim atividade política por parte dos partidos políticos e dos representantes dos munícipes setubalenses e azeitonenses naquilo que a política tem de mais útil, discutir os assuntos que influenciam a



vida dos cidadãos. Senhor Presidente, discutir o estacionamento tarifado é fazer política da mais pura e mais útil, é política urbanística e de ordenamento, porque está em causa a imagem urbana e o ordenamento da cidade. É política de mobilidade, porque está em causa a deslocação dos cidadãos, seja ela feita por meio motorizado ou a pé. É política social, porque o estacionamento tarifado veio onerar ainda mais o bolso dos cidadãos, veio dificultar a vida a quem trabalha ou que quer fazer compras ou tratar de assuntos na baixa da cidade e tem implicações a nível dos tempos livres e de lazer da população, nomeadamente, nos mais idosos. Veja-se o caso do estacionamento junto à Praia da Saúde e do Parque Urbano de Albarquel, que era utilizado por muitos idosos para aí estacionar os seus carros e dar o seu passeio ou ficarem no carro a apanhar sol, agora deixaram de o fazer e os lugares estão lá todos às moscas durante horas e horas.

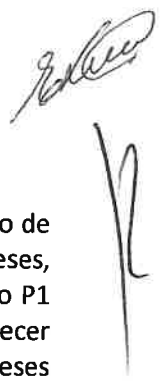
Mais recentemente, o Sr. Presidente veio reconhecer o que a oposição vem dizendo há dois anos, que o estacionamento tarifado veio aumentar exponencialmente o estacionamento de carros em cima dos passeios. Reconhece-o numa carta aberta ao Sr. Ministro da Administração Interna, que saiu na comunicação social no passado dia 9 deste mês, quando solicita mais policiamento para o concelho, por razões de segurança, mas também, segundo as suas palavras, para fiscalizar o estacionamento indevido e generalizado em cima dos passeios que condicionam a circulação dos peões que são obrigados a circular na estrada e que degrada os passeios, o que levará a autarquia a gastar muitos milhares de euros.

Parece que o Sr. Presidente está mais preocupado com a degradação dos passeios e seu impacto nas finanças da Câmara, que com o desordenamento e a anarquia urbanística da cidade, com a segurança dos munícipes e com o impacto negativo que o estacionamento de forma desvairada está a ter nas famílias setubalenses.

Senhor Presidente, senhores vereadores, a decisão tomada pela CDU no anterior mandato de concessionar mais de 8.300 lugares de estacionamento tarifado à superfície por um período de 40 anos constituiu um erro de gestão com consequências muito nefastas para o município e seus munícipes. Ainda está por perceber qual a razão que levou a CDU a tal decisão, quando o PCP tem sido, ao longo dos anos, crítico de estacionamento tarifado em outros concelhos, mesmo que numa dimensão muito, mas muito mais reduzida.

Gostaríamos de estar aqui a discutir este assunto de extrema importância com mais dados, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento do contrato por parte do concessionário, se a Câmara tivesse atendido às recomendações da Assembleia Municipal que aprovou o Relatório da Comissão de Urbanismo e Mobilidade, na sessão de 24 de fevereiro de 2023, ou tivesse respondido ao requerimento que enviei ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal em 19 de setembro e que terá sido enviado para a Câmara no dia 28 seguinte, em que solicitei um conjunto de informações sobre o processo. Nomeadamente quanto ao cumprimento pelo concessionário das cláusulas do contrato, quanto a eventuais melhorias no sistema e parque, quanto a indicadores de gestão, quanto aos relatórios trimestrais da operação e relatório de acompanhamento, quanto ao ponto de situação das negociações entre a Câmara e o operador e, finalmente, quanto à obra prevista no anexo 9 do caderno de encargos e à construção do Parque 1, sub-parque no subsolo.

Admito que o Sr. Presidente não possa agora responder a todas as questões colocadas, mas considero essencial que informe esta Assembleia sobre em que ponto estão as conversações com o operador, quais os assuntos em discussão e que resultados pensa o Sr. Presidente obter e quando? Para quando o cumprimento pelo concessionário das alíneas a) a j), do número 1, da cláusula 5ª do contrato que diz: *"Iniciar a obra definida no anexo 9, do caderno de encargos, no prazo de 30 dias, após outorga do contrato de concessão com retribuição contratual, devendo esta estar concluída no prazo máximo de um ano."* Esta obra no valor, no mínimo, de 1,2 milhões de euros, deveria ter-se iniciado em maio ou junho de 2021, a dada altura o executivo justificou a não realização, porque estaria a estudar a realização de uma obra mais necessária que a que estava prevista. Sobre o assunto, o executivo tem-se mantido em silêncio. Como compreender que num concelho que necessita de investimentos em várias áreas e em que a Câmara tem dificuldades financeiras para as realizar, se deixe na mão do concessionário tamanha verba que já devia ter-se despendido há mais de 2 anos.



Qual a situação do P1, parque no subsolo, cuja obra de acordo com o artigo 6º, do anexo 6 do caderno de encargos, deveria iniciar-se no segundo ano de concessão e terminar no prazo máximo de 18 meses, estando a sua abertura prevista para o 2º semestre do ano 3 de exploração. Ou seja, a construção do P1 deveria ter-se iniciado entre 8 de maio de 2022 e 8 de maio de 2023 e a sua abertura deveria acontecer entre 8 de novembro próximo e 8 de maio de 2024. Ora, 8 de maio de 2023 já passou há mais de 5 meses e nada de P1 e pelo que se sabe, nem projeto terá entrado na Câmara.

Também neste caso, o concessionário está a usufruir de uma verba avultada que já deveria estar a despender na construção do P1, parque no subsolo. Refira-se, a propósito, que um dos candidatos ao concurso foi excluído apenas porque não cumpriria com o programa base dos parques de estacionamento em subsolo e agora o vencedor do concurso parece não querer construir, o que levou à exclusão desse concorrente. É inaceitável que a Câmara beneficie o concessionário no montante muito significativo, não sei quanto poderá custar a realização de um parque em subsolo para 300 lugares, mas seguramente que serão milhões de euros. Seria interessante que a Câmara informasse esta Assembleia do valor estimado de construção do parque no subsolo.

Termino referindo o que já disse anteriormente nesta Assembleia em relação ao não cumprimento pelo concessionário das 2 cláusulas, que referi antes, e à passividade da Câmara perante a situação.

Em primeiro lugar, estamos perante o incumprimento por parte do concessionário de obrigações contratuais que, eventualmente, podem permitir à Câmara resolver o contrato nos termos da cláusula 14ª ou modificá-lo nos termos previstos na cláusula 17 do caderno de encargos.

Em segundo lugar, poderemos estar perante vantagens patrimoniais ilegítimas por parte do concessionário com a complacência da Câmara Municipal.

Senhor Presidente, ao estacionarem nos passeios e nas faixas de rodagem, os setubalenses estão a manifestar a sua discordância e a resistir a uma decisão irracional da Câmara. A resposta da Câmara não pode ser a repressão através das multas, a resposta correta é de reverter a decisão irracional. Durante anos, os setubalenses respeitaram o estacionamento tarifado, agora não o respeitam, porque ele, em muitos locais, é irracional, ilegítimo e irresponsável.

Senhor Presidente, se não quer ficar ligado à decisão de gestão mais penalizadora para a cidade e para os seus cidadãos, alguma vez tomada pelo executivo da Câmara Municipal, reverta ou renegocie o contrato reduzindo o número de lugares tarifados, faça com urgência, porque quanto mais tarde pior e mais difícil será e ontem já era tarde.

Alexandre Teles (PSD) – O PSD, no que concerne à avaliação da gestão municipal normal e corrente do executivo da CDU no último ano, tem sido igual a si próprio nos últimos mandatos, onde insiste e persiste numa gestão do tipo matricial, opaca, pouco transparente, responsabilizante, despesista e que continua a engrossar a máquina municipal para a execução de obras por administração direta, prosseguindo numa estratégia errada da gestão municipal, que só se compreende como uma forma de exercer o poder pelo poder, amorfa, limitada, sem audácia de projetos inovadores e ambiciosos para a cidade, antes procura pela via da omissão ou mesmo, porque queria ocultar a informação devida, não facilitando as boas e as melhores decisões sustentadas e esclarecidas.

Confrontamo-nos com um tipo de gestão sem objetivos de cariz distraída e do tipo matricial, desresponsabilizante, mas que é penalizadora e descredibilizante do exercício do poder local democrático. Indiciando já um cansaço sem esclarecimento, sendo mesmo displicente na gestão sem chama e ideias novas, onde falta o brilhantismo e dinamismo necessário do que o PSD defende e, por isso, não pode estar de acordo e nem pactuar com o dever discricionário, pedir explicações e denunciar decisões sobre más práticas, procedimentos incorretos ou pouco claros e objetivos. Ou as opções da gestão CDU que agravam o endividamento com a aquisição de imóveis no passado, com opacidades e mal explicados e justificados no que se destacam a aquisição do IMAPARK, já aqui falado, de 4,4 milhões, gastos supérfluos, embelezamento de avenidas e rotundas e a Praça de Touros Carlos Relvas no valor de 1,2 milhões. Relativamente a este último, friso duas intervenções do Sr. Presidente, uma a 16 fevereiro de 2022 que referiu e passo a citar a Ata da reunião, que quando definissem o projeto, iriam fazer uma avaliação daquilo que podia ser recuperado ou aproveitado em termos de edificado e ver se estaria em condições de garantir a segurança, pensava que dentro de 2 ou 3 meses esse assunto estaria clarificado e, nesta

altura, veriam se haveria condições de recorrer a algumas disponibilidades financeiras que estavam anunciadas. Voltou a 1 de fevereiro de 2023, o Sr. Presidente informou que havia um projeto que tinha sido desenvolvido e que oportunamente iria divulgar. Antes de poderem avançar e tendo em conta a degradação das instalações decidiram contratar os serviços de uma empresa da especialidade para fazer uma avaliação da estrutura da envolvente para que depois pudessem avançar para o projeto, salvaguardando a estrutura das construções.

O projeto de desenvolvimento daquele espaço seria apresentado o mais breve possível. Passaram-se 8 meses e nada sabemos sobre o projeto de desenvolvimento da Praça de Touros, qual é o ponto de situação do projeto, o que já foi desenvolvido, quais os custos associados a este projeto e qual o custo previsto para a reabilitação da praça? Todos sabemos que os portugueses estão a sofrer um impacto de uma má gestão do Governo Socialista que culminou a que no dia 6 de abril de 2011 fosse necessário Portugal pedir o resgate, depois de uma emissão de dívida a custos demasiado elevados. Além de todos os impactos resultantes disso, recentemente, tivemos uma pandemia e logo de seguida conflitos que não vale a pena pormenorizar, levando a uma crise inflacionista, a um aumento exponencial do custo de vida em paralelo com o aumento da carga fiscal do Governo Socialista, ano após ano, ao qual os pareceres da geringonça não se podem aliar, originando uma desigualdade intergeracional como nunca se sentiu, um exponencial aumento da emigração jovem qualificada, um afastamento da maioria da população do mercado de habitação, entre outras, muitas causas que não vale a pena detalhar.

Por isso, sendo a redução de impostos um dos objetivos do PPD/PSD e tendo em consideração os resultados de anos anteriores do Município, 2022 maior receita fiscal, 12% acima da previsão, em 2023 o resultado do 1º semestre um aumento de 1,7 milhões em impostos e taxas, 7% acima da previsão. Em 2023 estamos a ver um aumento de receita com o estacionamento tarifado, mais um flagelo, que o Município de Setúbal tem a maior taxa de IMI em comparação com os 9 municípios da margem sul, entre outros.

O PPD/PSD entende que o ano 2024 deverá ser de alívio fiscal para todos os setubalenses e azeitonenses, informando que irão ser apresentadas propostas de redução de IMI, continuação do IMI Familiar, a redução da taxa variável do IRS, isenção de IMT para jovens até 35 anos no valor de aquisição de 200 mil euros, medidas anti-inflação em seguimento do apresentado e aprovado para 2023.

Todas estas propostas não devem colocar em causa o equilíbrio financeiro do Município, para que seja possível um entendimento em benefício de todos os setubalenses e azeitonenses que têm sido fustigados com sucessivos aumentos da carga fiscal e custo de vida.

Ana Rita Drouillet (CDU) – A bancada da CDU não poderia deixar de realçar o trabalho colossal que representou o processo de transferência de competências e encargos do Estado Central para a Câmara Municipal. Este foi um processo com o qual a CDU nunca esteve de acordo, não por não concordar com a descentralização de competências, mas por ter diversas vezes alertado que este não seria mais do que um empurrar, digamos assim, de competências para as autarquias sem acautelar as necessidades que já há muito se faziam sentir.

O que a CDU tinha previsto, pode ser verificado no terreno durante o decorrer deste ano, nomeadamente nas áreas da educação, da saúde e do social, o que aconteceu na realidade foi apenas uma transferência de encargos. Este foi um processo que, apesar de todos os esforços desenvolvidos pela autarquia, não salvaguardou o acesso universal ao direito da educação, ainda na Assembleia passada tivemos o triste exemplo disso, não garantiu que os serviços fossem assegurados por funcionários públicos e deu a possibilidade de confiar serviços a privados. Veio, também, gerar uma confusão sem precedentes sobre a delimitação das competências entre os diferentes níveis da administração, isto já para não falar das enormes dificuldades que vieram a ser criadas no seio dos próprios serviços. Ora, todos estes problemas foram coroados por um problema ainda maior, que foi o subfinanciamento crónico com o qual o Estado já nos tinha habituado e que, obviamente, não melhorou quando sacudiu as suas obrigações para a autarquia.

É de salientar que durante todo este processo, para que os munícipes não saíssem prejudicados e para assegurar estes serviços fundamentais à população, o Município teve de fazer um investimento que atualmente já é superior a 2,4 milhões de euros, dos quais, até à data, não existe qualquer tipo de previsão para um ressarcimento. O exemplo mais gritante é o estado das escolas do concelho e o programa de requalificação das escolas, à partida, já não englobava todas as escolas, muito embora todas elas tivessem necessidades urgentes de melhoramentos e a soma que foi estimada, não chega sequer a metade da soma necessária para resolver os problemas urgentes, como temos registado nos últimos tempos com as fortes chuvas.

Também na área da saúde, efetivamente, foram efetuadas 15 visitas técnicas que fizeram um constato sem apelo quanto ao estado degradado do edificado a transferir para a gestão autárquica e, mesmo assim, os 3 milhões de euros que eram necessários para as reparações de carácter urgente ou muito urgente não foram considerados.

Obviamente que a área social, também, não foi exceção, um processo completamente atabalhoado com um rácio de 250 processos por cada técnico superior, são valores que eram de tal forma desadequados que o Município assumiu mais 2 técnicos superiores para poder suprir as necessidades imediatas. Nesta área ficou claro o disfuncionamento entre a área da saúde, a área social e a justiça, com disfuncionamentos gravíssimos que prejudicam pessoas já em situação de grande risco, nomeadamente crianças. Em todos estes casos os valores de referência utilizados são invariavelmente desusos, os processos deixam por esclarecer matérias fundamentais à boa execução, tal como a titularidade do edificado, os contratos existentes a transferir, a segurança dos locais, etc., os envelopes financeiros respetivos, nomeadamente os dos salários contados em duodécimos ou ainda os custos indiretos de reestruturação, todos eles foram substancialmente insuficientes.

Apesar de todas estas dificuldades e talhando uma obra já num pano extremamente danificado, a bancada da CDU não quer deixar de saudar a Câmara Municipal pela exemplaridade do trabalho da transferência e integração de 536 novos trabalhadores necessários ao bom funcionamento dos serviços, mas também às contratações inerentes a este alargamento exponencial de quadros, tais como na área dos recursos humanos, na área da gestão financeira, na área administrativa, etc. Saudamos, também, a procura incessante em melhorar as condições de trabalho do pessoal, apesar de não recebermos qualquer verba para esse efeito. A Câmara Municipal, através dos seus serviços, fez um esforço que foi notório no que diz respeito à integração, à criação de laços entre os trabalhadores e o Município e ao compromisso com a população em assegurar serviços de qualidade.

O contexto foi extremamente difícil, muito em parte devido também ao trabalho que alguns insistem em fazer para obstaculizar o progresso do nosso programa autárquico. A bancada da CDU reconhece este enorme trabalho que absorveu muita energia, muito tempo e muitos recursos à autarquia e que, não obstante todas estas dificuldades, continua a desenvolver novos projetos de grande envergadura, a atrair novos investimentos e novas famílias que, apesar de tudo, elegeram Setúbal e Azeitão como domicílio.

Manuel Fernandes (PS) – Poderia começar a minha intervenção com as divergências políticas, comparando o projeto político para Setúbal e para Azeitão proposto pelo Partido Socialista contrapondo às propostas da CDU. A cada eleição autárquica das últimas décadas para o concelho de Setúbal, o marketing político venceu sempre. Venceu através de maquetes, powerpoints, workshops, beberetes, primeiras páginas da imprensa local ou mesmo da imprensa nacional. A afinada máquina comunista vendeu demagogia e sonhos irrealistas, anestesiano o eleitorado com o programa “Setúbal Mais Bonita”, um programa de estética urbana que endividou o Município como nunca, ao ponto de o Tribunal de Contas impedir a realização de empréstimos em 2016 para pagamento a fornecedores. É bom não esquecer.

Se fosse possível comparar os projetos políticos que se propuseram a votos, ao longo das duas últimas décadas, teríamos de um lado a resposta à realidade e do outro o populismo. Se fosse possível fazer um escrutínio a posteriori, as propostas da CDU teriam perdido em todos os atos eleitorais, pela falta de aderência à realidade do concelho e sendo laterais às necessidades dos munícipes.

Ao longo de 20 anos a excelente máquina de propaganda do Partido Comunista ganhou todos os atos eleitorais, a esse facto deixo aqui os meus cumprimentos, pena é que as sucessivas vitórias comunistas raramente se traduziram em realizações para os setubalenses e azeitonenses.

Como os prognósticos depois do jogo não são exercício honesto, não o vou fazer, não vou comparar projetos que no passado se propuseram a votos, onde o ganhador ficou claramente em vantagem na comunicação com os cidadãos, agora o resultado está à vista, é a maximização da receita e a falta de obra primária estruturante como o saneamento básico, que se mantém por acabar em todas as juntas de freguesia do concelho.

Vivemos num concelho estagnado economicamente há mais de 20 anos, sem chama, sem propósitos capazes de mobilizar a sociedade, os jovens em particular, mas incapaz de construir projetos de vida a longo prazo em Setúbal, projetos baseados no potencial do concelho e a demonstrá-lo estão as estatísticas demográficas de Setúbal. Se observarmos os Censos 2021, verificamos que os números revelam uma redução do número de jovens, uma redução do número de habitantes em idade ativa e o aumento da população com mais de 65 anos, a isto se chama o futuro do concelho que está em causa.

O executivo da CDU, no poder durante as duas últimas décadas, dá sinais de grande desgaste e de incapacidade para reverter esta falta de rumo ou de cumprir até o seu próprio programa. O visível falhanço político não é apenas da responsabilidade de Dores Meira, como nos querem agora fazer crer, como se os atuais membros do executivo municipal não tivessem feito parte do caminho percorrido até aqui. Aliás, em entrevista ao Diário de Notícias em setembro de 2021, o então candidato pela CDU, André Martins, referia que está em Setúbal desde 2001, começando no executivo como vereador, tal como Dores Meira. Recordo que foi precisamente nesse 1º mandato que a máquina de propaganda da CDU começou o engodo eleitoral.

Faltava precisamente um mês para as autárquicas de 2005, e o então Presidente Carlos Sousa, da CDU, propôs a construção de uma nova Biblioteca Pública, eram bem visíveis os painéis em XL, com imagens virtuais no centro do Largo José Afonso que anunciavam a nova Biblioteca Municipal, já, nessa altura, eram anunciados na imprensa concursos de obra. A CDU venceu as autárquicas, pois claro, mas a construção essa nunca viu a luz do dia até hoje. A Biblioteca era apresentada como obra estruturante e impulsionadora do futuro, o futuro que nos lembram os amanhã que nunca chegam.

O novo estádio preencheu as capas dos jornais também em 2011, a virtuosidade do projeto permitiria um novo estádio com área comercial e de serviços, enquadrava-se na nova geração de estádios de futebol com benefícios inequívocos para a cidade e para o clube, era o tipo de projeto que orgulhava qualquer cidadão setubalense e, sobretudo, qualquer adepto do clube, era a arma perfeita que atingiu o setubalense genuíno. O anúncio do novo estádio dava esperanças de algo revolucionário na cidade e, ao mesmo tempo, preenchia as ambições da paixão clubística. Este projeto caiu por terra e desapareceu até da imprensa até hoje, foi substituído pelas pinturas do antigo estádio e pela colocação de *lettering* luminoso já em tempo de campanha eleitoral, pois claro, para as autárquicas de 2017. Mas a afinada máquina de propaganda comunista atingia o seu auge em 2016, sim, na mesma altura que o Tribunal de Contas impedia o sobre endividamento do Município, que assumia dificuldades no pagamento a fornecedores e a propaganda comunista batia recordes.

O Naval Setubalense iria ser transformado num resort de luxo, permitam-me que recorde o título da imprensa local em julho de 2016, “Grupo de Casinos Macaenses investe 250 milhões em projeto turístico em Setúbal”, o mesmo na imprensa nacional, “Setúbal vai ter 5 novos hotéis dentro de 5 anos” ou ainda, também na imprensa nacional, “Vem aí um empreendimento de luxo para Setúbal”. Assumi para mim mesmo que a dimensão deste anúncio deitaria por terra todo o conjunto das demagogias anteriores, era o Nobel do populismo. Também aqui já existia uma equipa a trabalhar diretamente com o consórcio macaense, seria a transformação ambicionada pela população de Setúbal ao longo dos séculos. Este investimento, em contexto local, colocaria os projetos de interesse nacional reduzidos à insignificância. Uma presidência de Câmara e um executivo municipal superavam a Administração Central do Estado na política de investimento estrangeiro em Portugal. Como não dar a vitória autárquica a tamanha capacidade empreendedora, a maioria absoluta já.

Mas o populismo não ficou por aqui, ele foi mesmo ultrapassado novamente em contexto de campanha eleitoral, pois, claro, seriam 800 milhões de investimento naquela que ficaria para a história como a Cidade do Conhecimento, construída pelo The Pitroda Group LLC, na área conhecida como Vale da Rosa. As infraestruturas a construir eram compostas por escritórios, área residencial, hotel, centro de conferências, um hospital, escolas, universidades, comércio, parque de estacionamento e divertimentos. Mais uma campanha eleitoral, mais uma vitória da máquina de propaganda comunista, os meus cumprimentos. Sempre que se aproximam eleições entra em campanha, entra em ação uma máquina bem oleada com uma política de comunicação poderosa que atinge um público alvo que precisa de sonhar e de acreditar que é possível.

Senhor Presidente, senhores deputados, quando pensei que já tinha visto de tudo, no que diz respeito ao populismo e à demagogia política, eis que surge o anúncio de investimentos no concelho de Setúbal na ordem de, sabe-se lá, 2% do PIB nacional. Sim, não me enganei.

Deixem-se de rodeios que agora que é a sério, 2,2 mil milhões de euros, repito, 2,2 mil milhões de euros de investimento para Setúbal que foram anunciados pelo Sr. Presidente André Martins aos microfones da rádio popular no passado mês de junho. É obra Sr. Presidente.

O mundo da fantasia comunista já se percebeu que não tem limites, perpetrado nestes e em muitos outros projetos que já aqui foram referidos. Esta política do anúncio impede a aplicação de uma política séria para as várias competências do Município e faz desacreditar aqueles que ainda se dirigem às urnas para votar nas autárquicas, mas desenganam-se aqueles que consideram estes anúncios megalómanos e de irresponsabilidade, eles têm um propósito, desviar as atenções da realidade do concelho. Por exemplo, enquanto se anunciava novamente a construção de obras faraónicas do concelho, o executivo desviava a atenção da luta dos profissionais da autarquia, destaco aqui a luta do Corpo de Sapadores Bombeiros que há quase um ano se queixam de abusos de poder, irregularidades, injustiça, pressão psicológica e falta de diálogo. Sim, acontece em Setúbal e acontece num concelho governado pela CDU, onde o discurso político da defesa dos trabalhadores não coincide com a prática onde exerce o poder.

Hoje, mais do que nunca, os municípios devem ser a extensão das responsabilidades do Estado na gestão do território e, nesse contexto, foi um erro político que a delegação de competências fosse recusada pelo Município de Setúbal em todas as áreas da sua gestão pública até ao último dia em que isso foi possível. O atraso na assunção de responsabilidades não permitiu preparar a estrutura municipal para a transição e agora é o que se sabe, o queixume do costume que todos já adivinhávamos, falta dinheiro, falta de tempo, o Governo quer passar para as autarquias aquilo que não quer ou não consegue realizar.

A CDU e o executivo municipal querem-nos fazer crer que a delegação de competências bem feita é apenas aquela que a Câmara de Setúbal faz para as freguesias do concelho. Em Setúbal precisamos de um executivo municipal e de um Presidente com políticas de nova geração com capacidade mobilizadora e demais realização do que de anúncios. Já é hora de trabalhar para Setúbal, vamos a isso setubalenses e azeitonenses, eles assim o esperam.

Natália Soares (PSD) – Tomando em consideração o Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal, que é o plano de ação solicitado por esta Câmara e que foi elaborado pela TIS e, apesar da proposta de melhoria para Azeitão, na oferta de TC Rodoviário Intra Concelhia e Inter Concelhia de interfaces de âmbito local, introduziu transportes flexíveis para servir as zonas com baixa densidade de procura e integrar a oferta dos táxis, um sistema de transportes públicos, este plano apenas tem uma visão, do ponto de vista da mobilidade e dos novos meios de transporte a incluir, e não uma visão estrutural integrante.

É fundamental delinear um plano integral que abrange introdução de novos meios de transporte, bem como a renovação territorial e dos meios de acesso no acompanhamento do crescimento da população e da construção urbana em Azeitão e arredores. As condições de circulação na Quinta do Conde têm vindo a agravar-se e Azeitão regista cada vez mais uma maior dependência funcional face a Lisboa. O investimento no crescimento urbano e nos meios de transporte não faz sentido sem investimento nos acessos. O défice na mobilidade entre Azeitão e o acesso a A2 é consequência da falta de condições de acesso adequadas, desta forma, propõe-se um estudo de um possível plano para a construção de uma via rápida a partir da Rua de São Gonçalo, que já foi uma recomendação de requalificação desta rua já apresentada pelo PSD no

dia 11 de maio de 2023, atravessando pelo Vale Florete até à rotunda na Avenida António Xavier de Lima. Esta via, bem como a Rua de São Gonçalo, deverá ter a largura para a circulação de 4 vias, 2 vias para cada lado, de forma a agilizar a densidade de tráfego em certas horas de ponta do dia.

Afonso Luz (CDU) – Uma vez que estamos a apreciar o Estado do Município, gostaria de falar sobre a situação económica e financeira da Câmara, mas, entretanto, houve aqui duas intervenções que fazem desviar um bocadinho e já retomarei a apreciação da situação financeira.

O senhor deputado Manuel Fernandes, do Partido Socialista, acaba de dar aqui o maior atestado de imbecilidade à população de Setúbal que, permanentemente, segundo ele, se deixa enganar pela poderosa propaganda comunista, em vez de dar o poder ao Partido Socialista. Aliás, senhor deputado, digo-lhe que já passaram, é verdade, 20 anos, mas todos aqueles que têm memória do que se passou há 20 anos para trás, só se não tiverem vergonha é que voltarão a dar o poder ao PS neste concelho.

Sobre, também, à referência que aqui foi feita pelo deputado do Bloco de Esquerda, relativamente à posição do Partido Ecologista Os Verdes sobre a refinação ou o refinamento do lítio, gostaria de dizer que houve aqui alguma confusão entre a refinaria e extração, mas de qualquer modo o Partido Ecologista Os Verdes não é nem contra uma coisa e nem contra outra. Somos, de facto, contra os locais que foram escolhidos para a extração do lítio no Barroso, porque entendemos que quer a quantidade de lítio que ali se estende, segundo os levantamentos que existem, quer aquilo que iriam afetar as populações e os ecossistemas ali e o grande consumo de água, temos estado, de facto, na luta junto das populações contra a extração do lítio por ser naquela zona.

Relativamente ao que vem sendo apontado aqui na referida refinaria de lítio, é evidente que nos preocupa a localização, por ser junto à zona protegida do Estuário do Sado, no entanto, por aquilo que temos vindo a acompanhar, o que se sabe é que as águas que irão ser utilizadas serão águas tratadas pelas ETAR da região e que os resíduos que esta refinaria irá produzir, também, estão a ser falados junto de outras indústrias da região para que sejam incorporados nos seus processos produtivos. Portanto, iremos aguardar os resultados e os exames dos estudos que estão em curso e depois veremos e tomaremos uma decisão definitiva sobre esta matéria.

Voltando, então, à situação económica e financeira, gostaria de referir que este mandato, como sabemos, teve início em finais de 2021 e no que respeita à Prestação de Contas, o único ano completo que nos permite tirar algumas conclusões é o de 2022. Entretanto, a Comissão de Economia, Administração e Finanças teve já oportunidade de apreciar o relatório produzido pelos serviços da Câmara referente ao 1º semestre deste ano, aliás, num documento muito bem produzido e um exemplo de transparência que o executivo CDU imprima à sua gestão. Em todo este período de setembro de 2021 ao dia de hoje, tem sido um período atípico, porque foi aqui que, pela primeira vez se fizeram sentir os ruinosos efeitos da imposição de novas responsabilidades ao Município, sem a apropriada transferência de meios e em que a Câmara se deparou com a realidade de ter de gerir património que lhe foi transmitido em elevado estado de degradação.

Período atípico, também, porque reflete a exemplar recuperação da atividade de distribuição e tratamento de águas no concelho, através dos Serviços Municipalizados, igualmente atípico, porque com tudo isto viu o seu quadro de pessoal aumentado em mais de 500 trabalhadores.

Este é um período especialmente difícil para a gestão financeira da Câmara, devido à escalada inflacionista com aumentos generalizados dos custos de bens, serviços e juros, tudo isto tem-nos dificultado a comparabilidade com períodos anteriores.

Assim, quer as contas de 2022, quer o relatório do 1º semestre deste ano acabam por ser o reflexo da situação descrita, sendo que este relatório, abrangendo metade do ano, inclui os efeitos do 1º trimestre que, como sabemos, é sempre muito difícil em termos financeiros para a generalidade dos municípios. Como tal, apresentou uma situação de reduzida execução orçamental, verificando-se uma redução da receita com reflexos no nível de investimento previsto.

É importante referir que nesta redução de despesa, isso foi apreciado na Comissão, a implicação do reembolso imposto pela Autoridade Tributária de 1.200.000 euros referentes a um processo que decorreu desde 2015 e que a Câmara Municipal desconhecia em absoluto, sendo surpreendido, de um dia para o outro, pela exigência desta verba. É evidente que este procedimento, por parte da AT, não é exclusivo da

Câmara de Setúbal, mas demonstra bem como se torna complicada a gestão financeira de uma autarquia e o cumprimento de metas a que se propôs perante situações destas.

Apesar de tudo isto, verificarmos que a CDU na Câmara Municipal continua a avançar no cumprimento do programa com que se apresentou às eleições de 2021, o que nos permite confiar que o concelho de Setúbal continuará o caminho do desenvolvimento da economia da região, da habitação, do ambiente, do bem-estar animal, da educação, da saúde, do desporto e da cultura iniciado há 20 anos e que é reconhecido pelas nossas populações, por quem nos visita e por quem decide aqui investir.

Vítor Rosa (BE) – Apontar aqui mais duas questões, pelo menos, relativamente à situação do concelho e relativamente, também, às contas e ao equilíbrio financeiro da Câmara, tendo em conta a situação da dívida das Águas do Sado ao Município.

Era importante, também, que esta Assembleia tivesse conhecimento em que ponto é que se encontra, se é possível ou não, dentro do processo jurídico que está a decorrer, a recuperação daqueles valores que são apontados na ordem dos 30 milhões de dívida das Águas do Sado ao Município. Esse tipo de informação, acho que era extremamente importante pelo peso que poderá ter nas contas do Município, já que estamos próximos da discussão do novo orçamento para esta Câmara Municipal.

A segunda questão prende-se, também, com a Comenda, porque além das questões já aqui referidas acrescentar a questão das vedações, a questão das obras embargadas, a questão das notificações feitas ao proprietário que continua numa atitude completa de prevaricação contínua do uso público e do cumprimento daquilo que às vezes são as decisões dos tribunais e que volta a que está constantemente a recorrer, mas se a Câmara continua nesse papel decisivo relativamente à pressão sobre o proprietário, também deverá ter junto das entidades competentes, como a APA, o ICNF, a DGPC, entre outras.

Agora a questão do lítio, o deputado Afonso Luz veio aqui justificar a posição do Partido Os Verdes e as suas reservas, mas já agora deixar aqui mais três ou quatro questões. Por exemplo, a água das ETAR da região é suficiente face à quantidade que está estipulada? É que duvido imenso que a água das ETAR da região, nomeadamente na zona onde vai ser instalado a refinaria, se tem essa capacidade de resposta.

A questão dos resíduos pesados, das matérias que depois serão extraídas da refinação do lítio a serem tratadas por entidades da região, é por isso que o gestor da Secil já lá está metido dentro deste negócio ou não nos lembramos do que foi o processo da coincineração na Secil e da luta que foi travada aqui em Setúbal contra a coincineração na Secil? Quais os impactos, já agora, da poluição coletiva, já que este projeto vai ser instalado novamente na zona da Mitrena, onde já existe todo um conjunto de indústrias extremamente poluentes para o nosso concelho? Isso, também, é tido em conta nas reservas sobre este assunto por parte do Partido Os Verdes?

Sobre a questão da energia que vai ser necessária, também os impactos que podem vir a ocorrer, que tipo de energia e em que condições será aplicada? Será através de combustíveis fósseis? Em relação à questão do impacto dos transportes das matérias que vão chegar à refinaria, há todo aqui um conjunto de dúvidas e há todo um conjunto de matérias a ter em conta e penso que são reservas a acrescentar às reservas apresentadas aqui pelo deputado Afonso Luz.

Por último, é extremamente interessante que neste debate a posição do Sr. Presidente da Câmara seja, agora que vamos a uma segunda volta, ouvir todos os partidos e depois intervirá sobre as questões levantadas, mas isto não é debate Sr. Presidente, isto é uma fuga ao debate, porque não haverá contraditório em relação àquilo que o senhor irá fazer, que é a intervenção final sem oportunidade depois de discussão por parte dos partidos representados nesta Assembleia.

Flávio Lança (IL) – Há pouco numa intervenção sobre a habitação, o senhor deputado Vítor Rosa referiu-se à Iniciativa Liberal, senti que estava no *Star Wars* do lado *Darkside*, mas o que sabemos é que todas as políticas de habitação tomadas desde o 25 de Abril conduziram à crise atual e não tiveram a participação da Iniciativa Liberal.

Bem, qualquer partido pode ter abordagens diferentes sobre a resolução do tema da habitação, mas acredito que todos partilhamos do desejo de ver um Portugal onde cada cidadão tenha um lar.

Em vez de nos dividirmos sobre quem está do lado certo ou do lado errado, proponho que trabalhemos juntos para encontrar soluções sustentáveis e eficazes para a crise habitacional que enfrentamos. A Iniciativa Liberal já apresentou as suas propostas, dando o seu contributo para solucionar o problema da habitação.

Aproveitando este tema, Sr. Presidente, gostaria de questionar para que os municípios fiquem esclarecidos, vai aplicar o arrendamento forçado previsto no Programa Mais Habitação?

Luís Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – A minha intervenção prende-se no contexto do Estado do Município e na sua relação com as Juntas de Freguesia durante este ano de 2023 e no que concerne, também, ao ponto de situação relativamente à transferência de competências e à forma como tem sido executado todo este plano, que tem sido muito bem conduzido, que foi muito bem conduzido por todas as partes envolvidas, seja pela Câmara Municipal ou Juntas de Freguesia aqui representadas.

Por altura da negociação da transferência de competências da Câmara Municipal de Setúbal para as Juntas de Freguesia tendo por base a identificação exaustiva e tendo por base inúmeros encontros e inúmeras reuniões de trabalho, onde todos os itens que considerou a Câmara Municipal transferir e tendo por base, também, a confiança na relação de qualidade de trabalho e na sua relação de proximidade nas juntas de freguesia no concelho de Setúbal, todos os itens que foram considerados transferir, foram muito bem elencados, foram muito bem considerados e foram exaustivamente negociados, tendo em conta o envelope financeiro que foi negociado transferir. Envelope financeiro, sim, esse foi bem elencado dadas as necessidades que existiam na sua relação de proximidade que, também, foram elencadas e que não tinham sido elencadas pelo Município de Setúbal, foram muito bem acolhidas e muito bem contribuídas.

Entenda-se, também, que os recursos humanos que foram transferidos, os humanos e materiais, foram também muito bem argumentados e muito bem discutidos e, por consequência, bem transferidos. Tendo em conta, também, o envelope financeiro que foi elencado e que foi contribuído, houve necessidade, dada a transferência de competências e desta relação de proximidade que existe das juntas de freguesia na resolução de problemas que vão acontecendo na vida diária das mesmas, foram elencadas novas necessidades nas Juntas de Freguesia, onde houve necessidade de trabalhar.

No que concerne à manutenção das escolas, à conservação e manutenção preventiva e corretiva dos espaços verdes das nossas freguesias, à higiene urbana (limpeza feita por cantoneiros de limpeza e com máquinas varredoras mecânicas que estão implicitamente a trabalhar nas nossas freguesias e nas ruas da nossa cidade e do nosso concelho), entenda-se que a reparação de um simples buraco no pavimento na calçada em zonas pedonais foram atividades que foram necessárias elencar e que algumas foram muito bem renovadas e no que concerne à reparação de calçadas, foi um processo muito bem conduzido.

É claro que já havia aqui *now out*, por parte das Juntas de Freguesia, no que concerne à manutenção do Parque Escolar no ensino Pré-escolar e no 1º ciclo do Ensino Básico e que se não houvesse essa relação de confiança desenvolvida, consolidada e aperfeiçoada ao longo dos anos, tendo em conta a delegação de competências na altura executada e que agora foi transferida a título definitivo, não tinha havido também esta sugestão por parte do Município em transferir mais algumas competências na área, não só das escolas, mas também de higiene urbana, limpeza e manutenção dos espaços verdes.

Note-se aqui, também, que, no último ano, foram ainda mais exaustivamente trabalhadas algumas necessidades que as escolas têm, neste caso com as Escolas de 1º ciclo e Ensino Pré-escolar que, mercê da disponibilidade e mercê do bem usufruto do dinheiro público em prol da comunidade educativa escolar e dos nossos alunos, professores e funcionários das escolas, tem vindo a ser amplamente consolidada este trabalho no que concerne à manutenção e requalificação de algum parque escolar. Tarefas essas, que algumas até têm vindo a ser enaltecidas e têm vindo a ser alvo de algo mais que está a ser feita além da transferência de competências. Claro que sim, como é óbvio, se existe essa disponibilidade, se existe esse caminho a fazer, com certeza que estamos cá para conferir essa qualidade à nossa menina dos olhos que são as escolas de 1º Ciclo do nosso concelho, do Ensino Pré-escolar, seja na Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, seja na Freguesia de São Sebastião, na União de Freguesias de Setúbal, na União de Freguesias de Azeitão e no Sado, todas estas Juntas de Freguesia têm-se pautado pelo bom investimento e pela boa distribuição destes recursos.

Note-se que, mesmo antes da transferência de competências imposta pelo Estado Central no que concerne à educação, já este Município e também as Juntas de Freguesia faziam algum apoio pontual e de carácter emergente, entenda-se SOS, em pausas e interrupções letivas durante o período de verão, quer seja na manutenção dos logradouros de escolas, agora transferidas a título definitivo para o Município de Setúbal. Entenda-se que a Escola Básica de Aranguêz, a Escola Secundária Sebastião da Gama, a Escola Secundária Dom Manuel Martins, a Escola Secundária da Bela Vista, Ordem de Santiago, precisavam de algumas intervenções mesmo antes da transferência ter sido concretizada, já as Juntas de Freguesia, Autarquias de Freguesia, já faziam algum apoio considerado importante para concretizar o bom arranque para se conseguirem garantir as condições mínimas de habitabilidade das nossas salas de aulas nestes estabelecimentos de ensino. Que fique claro que esta foi uma premissa que nós, desde logo, continuamos a acompanhar.

O caso mais crasso que tem vindo a ser, também, é o subfinanciamento no que concerne à transferência de competências na área da educação, do Ministério da Educação para as Câmaras Municipais e temos um bom exemplo, na última chuvada que aconteceu e que assolou aqui o concelho de Setúbal, temos aqui um caso evidente da degradação de escolas que foram requalificadas há muito, mas mesmo muito pouco tempo, o que só denota que porventura a manutenção que deveria e que estaria planeada para ser executada, não foi, a responsabilidade será de alguém, agora será do Município. Com o envelope financeiro e na negociação que foi feita em sede de negociação, pois então, temos a Escola Secundária Sebastião da Gama e a Escola Básica de Aranguêz em manifesta carência de condições de trabalho e de ensino para os nossos alunos e de trabalho, também, para os funcionários, quer sejam eles Assistentes Técnicos ou Assistentes Operacionais.

Ainda há bem pouco tempo a Escola Básica de Aranguêz, durante esta pausa letiva, foi alvo de uma intervenção SOS que rondou os 260 mil euros, na altura quando visitámos a escola para se conseguir reabrir duas salas de aula de uma disciplina, cujo acesso àquela disciplina estava vedado, e que se se não estou em erro seria Educação Musical, sofreu uma intervenção SOS e também na zona do refeitório e da cozinha. Foram também bem conseguidas, foi, porventura, um investimento bem conseguido e bem tido e estaremos cá, também, para apoiar naquilo que conseguirmos e que acharmos necessário e com toda a certeza muito bem encaminhado.

Mais, também temos tido alguma dificuldade no recrutamento de pessoal, com os procedimentos concursais que têm vindo a ser necessários para conseguirmos garantir o nosso mapa de pessoal a trabalhar. Com todos esses procedimentos concursais, infelizmente, não têm muitos opositores, os candidatos a cantoneiros de limpeza, a motoristas de pesados, a jardineiros, a Assistentes Técnicos e, porventura, alguns até ficam desertos, só conseguimos aqui arranjar um fundamento, que é uma política de baixos salários em toda a função pública que condicionam de uma forma nefasta a concretização dos nossos planos de ação e de trabalho para conseguirmos garantir umas freguesias e uma cidade muito mais atrativa e muito melhor conseguida para todos os que a frequentam.

Mário Aranha (PS) – Para a nossa bancada é quase doloroso refletir o mau Estado do nosso Município, temos uma posição muito longe das posições sectárias do bota-abaixo ou da política de terra queimada habitual no PCP/CDU. Procuramos sempre o melhor para o nosso concelho, sem distinguir partidos ou entidades, mas no caso em apreço, não podemos deixar de denunciar em como a falta de investimento e o mau estado das finanças municipais conduz Setúbal para um estado de decadência. Não estamos a ser tremendistas, os sinais desta nossa posição são por demais evidentes, até nas funções mais básicas de uma autarquia, desde as constantes vagas de pragas de mosquitos, ratos e baratas, passando pela floresta de ervas daninhas que pulam nos passeios, sem esquecer a triste mentadótica situação das passadeiras invisíveis, onde foi pedido um empréstimo a 20 anos e em que a tinta durou poucas semanas. O investimento municipal é residual e o pouco que é feito é demasiadas vezes um atentado ao concelho.

Os retratos mais sociais deste penoso fim de ciclo e a marca mais evidente da total incompetência CDU são, sem dúvida, as duas ruínas mais caras do país, o IMAPARK com um custo total de 4,4 milhões de euros mais juros e a Praça Carlos Relvas mais 1,2 milhões de euros desbaratado aos contribuintes setubalenses e azeitonenses.

Nestas semanas entrou mais um elefante branco para esta triste galeria, milhões gastos na compra e remodelação do antigo edifício do Clube de Oficiais, para aqui ser utilizado com uma cafetaria, que afinal fechou. Seguramente mais uns milhões que terão de ser gastos para dar uso útil a mais um desmando do PCP e da CDU.

Os números não enganam e estão á vista de todos, o ano de 2022 já tinha sido caracterizado pela completa falta de obra em todos os domínios, na habitação, na melhoria dos serviços camarários, na melhoria e expansão de espaços verdes, na construção de equipamentos desportivos, enfim, em todas as atribuições de uma câmara. Em 2023 a situação ainda é mais desastrosa, nos primeiros 6 meses deste ano, do já muito e insuficiente investimento previsto para 2023, apenas foram executados 13,85%, pior, do Plano Plurianual de Investimentos, quando já estamos a meio do mandato, a execução está nos 4,06%. Sim! Caros setubalenses e azeitonenses, ouviram bem, só 4,06% dos investimentos estruturantes previstos para este mandato foram executados.

Vou repetir este verdadeiro filme de terror digno desta noite de Halloween, apenas 13,85% do parco investimento no 1.º semestre deste ano foi feito, existem meios estruturantes só 4,06%, isto é a expressão numérica da paralisia completa da Câmara Municipal. Esta tem resultados muito penosos no dia a dia das pessoas, são vários os exemplos concretos, começamos, por exemplo, pelas infraestruturas desportivas, o último pavilhão a ser construído no concelho foi em 2008, o último campo de futebol 11 foi construído no ano 2000, no site da Câmara Municipal estão prometidos os arrelvamentos dos campos da Pedreira no Viso e do Forte da Bela Vista desde 2014. Passo a citar esta notícia no site da Câmara Municipal de 5 de setembro de 2014, *“Este é um programa de requalificação que visa dotar, sem exceção, todos os campos municipais com relvados sintéticos, com mais qualidade para a prática desportiva de crianças e jovens.”*. Estamos no final de 2023, quase 10 anos depois, ainda estamos à espera desse arrelvamento.

Podemos continuar, no caso da habitação, depois de 22 anos sem ter construído uma única habitação pública, temos uma Câmara que é especialista no queixume, mas é muito fraca na utilização dos meios postos ao dispor pelo PRR. Vejamos o caso de Braga e de Famalicão, já investiram dezenas de milhões de euros na compra de casa a privados e operações públicas de compra, onde realizam pequenas obras e colocam-nos rapidamente no mercado de arrendamento acessível, tudo financiado a 100% pelo PRR, mas de assinalar que as receitas desses arrendamentos revertem para a autarquia. Em Setúbal, como já é apanágio da CDU, ficamos sempre para trás, aliás, em Setúbal, a Câmara Municipal vende edifícios municipais para alimentar a especulação imobiliária. Seria fastidioso enumerar mais outras centenas de exemplos em que se verificou o aprofundamento do atraso do nosso concelho em contexto nacional. Gostaria de partilhar aqui nesta Assembleia mais dois, o primeiro refere-se à absoluta ação da nossa autarquia relativamente ao combate às alterações climáticas. Veja-se, por exemplo, o que fez Aveiro, a Câmara Municipal de Aveiro pagou a construção do primeiro ferryboat totalmente elétrico num investimento municipal de 7,3 milhões de euros, conseguindo assim diminuir em 30% o consumo de energia e diminuir em 300 toneladas anos de emissões de carbono, face à situação atual movido a energias fósseis. É uma diferença abissal para o nosso concelho, um investimento municipal relevante para a defesa do ambiente é menos que simbólico.

Por último, não podemos deixar de referir o ótimo exemplo que representa a Startup Barreiro, uma parceria da Câmara Municipal do Barreiro e o Politécnico de Setúbal. Sim o Politécnico de Setúbal que está aqui ao nosso lado, é um investimento que recuperou uma zona degradada no valor de 1,2 milhões de euros, já englobou dezenas de empresas e criou dezenas de postos de trabalho qualificados. Como tendo Setúbal o melhor Politécnico do país continua a ver navios e a ser ultrapassada por tudo e por todos.

Este verdadeiro festival de horrores, digno da noite de Halloween, não podia terminar sem mais uma falha gravíssima deste executivo PCP/CDU, a falta de investimento privado no concelho. O ano 2022, recorde, foi o único que debateu o valor do maior investimento privado em Portugal, em 2023 todos os indicadores apontam para mais um ano record, mas para Setúbal procuramos, perguntamos, verificamos onde está o investimento privado, pois, não existe. Na imprensa generalista, na informação económica e nas redes sociais da própria Câmara provam cabalmente que não há investimento privado relevante. Primeiro foram os tais 300 milhões em campanhas, agora já vamos em 2,2 mil milhões, mas de concreto temos um absoluto zero, a única coisa em concreto é a famosa refinaria de lítio, já aqui falada, mas cuja decisão final

só vai ser tomada em 2024. Ou seja, no fim deste mandato arriscamos a ter zero, repito, zero investimentos privados relevantes concretizados.

Como se não bastasse o trabalho evidenciado na execução do investimento municipal, esta Câmara e este executivo, de facto, notabiliza-se pelo completo desperdício do dinheiro proveniente do esmagamento fiscal dos setubalenses e azeitonenses. Temos o IMI mais elevado do distrito, taxas municipais sempre a subirem, o IRS municipal quase no máximo e o escandaloso estacionamento tarifado que vai extorquir os setubalenses durante várias gerações. Em 2023 as receitas municipais vão ultrapassar os 130 milhões de euros, repito, 130 milhões de euros, neste momento, esta Câmara recebe 356 mil euros por dia, quando o Sr. Presidente na quinta-feira ligar o computador, já caíram mais de 356 mil euros na conta.

Seria de esperar que com tão grande volume de receitas, a situação financeira da CMS fosse exemplar, de facto, a cobrar, a exigir, a desperdiçar na propaganda esta Câmara é ótima, mas o que é que diz o anuário financeiro dos Municípios Portugueses sobre esta excelência da gestão? Bem, Setúbal nem aparece nos 100 melhores concelhos, está desclassificada, o desempenho é tão mau que nem consta na classificação. E em comparação com outros concelhos com mais de 100 mil habitantes? No anuário consta os 15 e os 24, portanto, os 15 maiores concelhos portugueses constam no ranking e Setúbal não consta. Obviamente, Setúbal está tão mal classificada que nem aparece, é como se diz na gíria, é tão mau, tão mau que já foi recolhido pelo carro vassoura.

Rita Sereno (PSD) – Considerando que, desde 2017, o Município dispõe do Conselho Municipal para o Desporto, constituído por 25 conselheiros que representam a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, as freguesias, os clubes e associações desportivas, o Movimento Associativo, ginásios, as forças de segurança, entre outros, e estando este conselho devidamente regulamentado e sustentado nos princípios da Constituição da República Portuguesa e na relação de proximidade da autarquia com a população e com o associativismo desportivo, gostaríamos de saber o resultado da atividade deste conselho consultivo, enquanto espaço de debate, de diálogo permanente e de análise e estudos de orientações da política desportiva municipal no presente mandato autárquico.

Considerando que o senhor vereador, com o pelouro do desporto, preside a este conselho e tendo disponível o conhecimento e a experiência de cerca de duas dezenas de conselheiros, gostaríamos de saber qual o balanço das atividades do conselho e que esse balanço fosse público, em termos de pareceres emitidos, a saber efetivamente quantos e em que matérias, quais as medidas específicas propostas para a promoção da participação dos clubes e associações desportivas na vida do Município. Quais as medidas propostas que conduzam à observância dos princípios da ética desportiva? Quais as medidas propostas no âmbito da formação de agentes desportivos? Quais as recomendações, sugestões e propostas decorrentes dos problemas que afetam os clubes e associações do município?

Daquilo que é do conhecimento público, é que a atividade deste conselho tem-se concentrado no modelo de realização da Gala do Desporto de Setúbal, na análise da atribuição de apoios financeiros aos clubes desportivos e à discussão do trabalho desenvolvido pelo Observatório Municipal do Desporto. O PSD considera que este conselho tem e deve assumir um papel com maior abrangência de forma a garantir um ambiente saudável e justo para o desenvolvimento dos jovens atletas e de toda a comunidade, em conformidade com os princípios do desporto e da transparência.

Aproveitando este enquadramento, gostaríamos também de saber quando serão prestadas contas aos setubalenses e à própria Câmara Municipal sobre os resultados dos objetivos da parceria estabelecida com a empresa Supera, onde existem contrapartidas contratualizadas e obrigações de prestação de serviços que devem ser apresentadas através de relatórios anuais ao Município e serem do conhecimento dos setubalenses.

Joana Tomé (CDU) – A bancada da CDU entende que o executivo tem dado provas de trabalho contínuo, robusto e conseqüente nas áreas da educação, da cultura e da habitação.

A ação municipal na área da educação tem-se pautado pela estreita e imprescindível colaboração com os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, Instituto Politécnico, Associações de Pais e outros agentes com intervenção na área e juntas de freguesia.

De janeiro a setembro, os serviços municipais procederam a 497 obras nas escolas transferidas para a sua tutela e encontram-se em fase de elaboração, os projetos relativos às 4 escolas classificadas como prioritárias. Está em desenvolvimento o projeto de construção de um novo Centro Escolar e da ampliação da rede do 1º Ciclo do Ensino Básico e do Pré-escolar no contexto dos quais foram já criadas 7 novas turmas e uma nova sala respetivamente.

Tudo isto num contexto em que carece o reforço da verba aprovada para o financiamento da construção e reabilitação das estruturas, o ressarcimento de valores em dívida pelo Governo ao Município, a regulamentação de matérias em falta, a revisão de rácios, critérios e valores, bem como o necessário ajuste e a atualização das verbas transferidas. É neste quadro que a Câmara Municipal de Setúbal responde quando o Governo não o faz, perfazendo entre abril de 2023 e junho de 2024 um saldo negativo de 2.240.000 euros nas contas do Município.

É igualmente de destacar o reforço da dinamização cultural e patrimonial do território nas artes do espetáculo, cinema, música, dança, artes plásticas, entre outras, onde se podem destacar projetos de reconhecido mérito como o “Film Fest”, “Maps”, “Festa da ilustração”, comemorações bocageanas ou a marca de Setúbal enquanto Cidade de Criação Artística.

Isto num reafirmado esforço por descentralização e democratização do acesso à fruição e criação da cultura com projetos inclusivos, em diálogo permanente com o público, um acesso que se assume de fulcral fator de emancipação, liberdade e solidariedade. Aprofundou-se a gestão e programação dos diversos equipamentos municipais numa lógica de proximidade com a população, diversificando e dando continuidade das parcerias e protocolos estabelecidos com o Movimento Associativo e Juntas de Freguesia, efetivando apoios regulares e pontuais a nível financeiro, material e logístico, como é o exemplo do apoio a todas as festas tradicionais do concelho.

Permitam-me, ainda, duas notas sobre a cultura, a primeira é sobre a preocupação da bancada do PS com Centro de Criação Artística. O PS desconhecerá, certamente, o Centro de Criação Artística da Gráfica, que é um espaço de referência nacional para a produção e fruição de cultura, havendo tido, inclusivamente, a visita do Ministro da Cultura.

Uma segunda nota sobre a suposta falta de investimento da Câmara Municipal, também avançada pela bancada do PS, que certamente não se recordará de casos como o TAS - Teatro de Animação de Setúbal que continua a não ser elegível para a atribuição de fundos no quadro da DGARTES.

No âmbito do acesso de todos a uma habitação digna, a Estratégia Local de Habitação do Concelho de Setúbal, iniciativa política exclusiva da Câmara Municipal em articulação com o Programa 1º Direito, vem-se mostrando imprescindível na satisfação de carências habitacionais com maior urgência social, com a reabilitação do edificado, requalificando habitações consideradas indignas, a construção de novos fogos, a dinamização da oferta de habitação para arrendar e a cooperação com outras entidades.

Encontram-se aprovadas quatro candidaturas para reabilitação e em fase avançada de candidatura mais quatro bairros, abrangendo um conjunto de 2 mil 231 frações públicas e privadas. Demoliu-se, ainda, a Quinta da Parvoíce, com vista a criar um Bairro de Habitação Pública de renda apoiada e de renda acessível e encontra-se aprovada, a título de exemplo, a requalificação do Bairro Amarelo da Bela Vista numa intervenção em 445 fogos.

Reanimando a discussão do Movimento Cooperativo na resposta no direito à habitação, o Conselho Municipal de Habitação de Setúbal encontra-se ainda a desenhar um projeto de habitação coletiva promovido por cooperativas. Parece-nos de valorizar profundamente as respostas do executivo num contexto de décadas de incumprimento das responsabilidades do Estado na efetivação do direito constitucional à habitação condigna, num quadro de aguda crise nacional. Setúbal é, pois, testemunho do insubstituível e rico potencial de realização do Poder Local, que mesmo em condições tão adversas como as que temos enfrentado e que se agravam hoje, continua a dar respostas.

José Ferreira (CH) – Como já foi referido por várias bancadas, verificamos que a cidade se encontra com inúmeras obras inacabadas e outras que foram prometidas e ainda nem sequer se iniciaram. As passadeiras têm sido um problema com que os munícipes têm de lidar todos os dias ou não existem ou estão pouco visíveis, tornando-se uma tarefa difícil para os cidadãos como um simples atravessar de rua.

As marcas rodoviárias, como, por exemplo, a delimitação do estacionamento numa obra de requalificação do Largo Aquilino Ribeiro, em que os moradores ainda estão à espera desse acabamento. Também os asfaltos e os passeios se encontram com buracos e pouco nivelados um pouco por todo o concelho, bem como as calçadas levantadas, comprometendo a segurança dos munícipes, muitos deles já idosos e com algumas dificuldades de locomoção.

Sublinho, também, aqui dois aspetos que consideramos importantes, as imediações dos estabelecimentos de ensino que requerem uma atenção redobrada e específico aqui o caso de uma estrutura metálica em frente à Escola Básica do 1º Ciclo do Viso, que foi alvo de um acidente e até agora a situação não foi resolvida.

Por último, as condições das gares, onde estão localizados os contentores RSU, que necessitam de uma otimização e também a deslocação da localização de alguns deles, a fim de não comprometer a segurança dos operacionais de recolha e também dos próprios munícipes enquanto depositam ali os seus resíduos. Também uma nota para as pragas de rastejantes que não tem fim à vista.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Após ouvir aqui um conjunto de intervenções sobre o desordenamento do território, estava-me a lembrar precisamente nos três loteamentos que foram aprovados no último mandato do Partido Socialista, ou seja, a Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes e Quinta da Serralheira e realmente compreendo esse grande desordenamento. Aqueles loteamentos foram aprovados, de uma forma completamente desordenada, e foi pelo Partido Socialista, dou aqui o exemplo, no Vale Ana Gomes unicamente tem lugares de estacionamento junto à Praça Central, esse loteamento não tem um único sítio para colocar um contentor e o loteamento da Quinta da Amizade não tem um único sítio para colocar um contentor. Na Quinta da Amizade aprovaram e obrigaram o promotor do loteamento a fazer unicamente a vala no sítio do loteamento, sendo a vala 4 vezes maior de onde é que vai desaguar, não fizeram com que o promotor do loteamento fizesse a ligação do Vale Ana Gomes à zona do Deborla, não tendo tido em atenção que a localidade do Alto da Guerra e Poço Mouro tinham cerca de mil habitantes e que quando tudo estivesse construído ia estar, provavelmente, cerca de 5/6 mil habitantes daquela zona. Não deixaram espaço junto à escola primária para ser feita a ampliação da escola, e está, neste momento, a Câmara Municipal a tentar negociar com privados para comprar um terreno para fazer uma escola que possa contemplar toda aquela zona. O mais grave é que nem sequer havia ligação à parte do Alto da Guerra e ao Vale Ana Gomes.

Aquele passeio que está lá foi construído pela Junta de Freguesia em parceria com a Câmara Municipal, o que ficou lá feito foi um lancil, não sei se a maioria dos senhores deputados sabem o que é um prado sequeiro, que é erva que quando chove fica verde, quando deixa de chover fica seco. Esse é o grande planeamento que o Partido Socialista fez aqui. Se calhar, a questão do senhor deputado Manuel Fernandes de chamar “burros” aos setubalenses por terem votado na CDU, provavelmente, sei que já passaram 20 anos, mas se calhar, devia-se ter atenção a isto, porque isto sim é uma falta de planeamento e não foi por acaso que o Partido Socialista perdeu as eleições.

Já agora, também, outra questão que eu acho que é muito importante, é a questão do saneamento e, desde já, dizer que lamento que a minha freguesia não tenha já saneamento básico na totalidade, pelo menos a 98 ou 99%.

No último mandato do Partido Socialista aqui na Câmara, concessionaram os Serviços Municipalizados por 25 anos e nos primeiros três anos recebeu 17 milhões e meio de euros, não investiu um cêntimo na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra. Não investiu um cêntimo, aliás, nos 16 anos que o Partido Socialista foi Governo nesta Câmara, aquilo que construiu de saneamento básico na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra foi a Estação Elevatória no Bairro do Capador, a ETAR e aquele percurso da Estação Elevatória que são cerca de mil metros. Foi aquilo que o Partido Socialista construiu em termos de saneamento básico na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra.

Referir uma outra questão, em 2004 a Delegação de Saúde de Setúbal exigiu aos comerciantes dos estabelecimentos comerciais de Gâmbia, dos cafés, que colocassem depósitos para os Bombeiros Sapadores irem abastecer de água, porque senão tinham de fechar os estabelecimentos comerciais, porque a água em Gâmbia estava imprópria para consumo.

Muitas das vezes, lançamos aqui um conjunto de coisas para cima, para o ar e esquecemo-nos que, também, tivemos grandes responsabilidades no concelho. Se perguntar aqui se já se devia ter feito mais, provavelmente sim, mas não podemos apagar o passado, é bom termos esta noção, mas já agora dizer aqui outra coisa... Ó senhores deputados, sei que as verdades são difíceis de as ouvirmos, mas também ouvi barbaridades aqui de todo o tamanho e estive calado. Desculpem lá. Ó senhor deputado, vamos lá a ter calma...

Também dizer que o seu a seu dono, a descentralização de competências começou no ano 2000, ainda no mandato do Partido Socialista, e que esta foi a primeira grande vitória da CDU no concelho de Setúbal, foi conseguir que o Partido Socialista descentralizasse para as 4 freguesias do concelho, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Sado, São Simão e São Lourenço, algumas coisas. Nessa altura, e aqui falo da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, não havia uma única pessoa a varrer nesta freguesia, não havia recolha de monos, foi uma coisa arrancada a ferros, tivemos que recorrer a um programa de rádio criado pela Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e pela Freguesia do Sado, que era o programa "Longe da Vista" para conseguirmos levar para a nossa freguesia alguma coisa para que aquelas pessoas daquela zona do concelho também tivessem alguma qualidade de vida.

É lógico que a questão da descentralização, como já foi aqui dito, ou das novas competências para as Juntas de Freguesia do concelho de Setúbal não são novidade, porque com a chegada da CDU a Setúbal em 2002 começou-se a ter uma descentralização a sério e isso permite que hoje o concelho de Setúbal seja um dos concelhos mais adiantados em termos de descentralização de competências. Com todas estas delegações de competências, os contratos de execução que têm sido aprovados ao longo dos últimos anos, permite-nos, neste momento, ter uma freguesia limpa, uma freguesia organizada, termos escolas ao melhor nível e termos mesmo uma escola que, provavelmente, é das melhores, não em termos de dimensão, mas em termos de qualidade, que é a Escola de Gâmbia.

Também deixar aqui outra nota muito importante e que se deve assinalar, se a CDU não tivesse intervindo na escola de Gâmbia, provavelmente, há alguns anos atrás a escola tinha fechado, porque chegou a ter só 18 crianças e, neste momento, com a grande intervenção que a Câmara fez há cerca de 12 anos atrás, permitiu arrancar com uma sala de Pré-escolar e continuar com as duas salas da primária, o ano passado arrancou com a segunda sala de Pré-escolar e este ano arrancam com mais uma sala de Pré-escolar na Escola do Montinho da Cotovia, nas Pontes.

São um conjunto de coisas que veem melhorar em muito a qualidade de vida das pessoas, é lógico que, muitas das vezes, nós próprios que estamos no poder, acabamos por andarmos ali anos e anos para conseguirmos fazer algo e para nós passa um bocado à história e partimos para outra. Muitas das vezes, quando vamos rever tudo aquilo que foi feito, vemos que a obra que tem sido feita nestes últimos anos tem sido imensa. Só neste mandato, estamos numa fase bastante adiantada, vamos construir o Pólo Operacional da Quinta da Serralheira, uma obra determinante para a Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, não só para aquela zona.

Salientar aqui, que tanto o Partido Socialista como o PSD têm conhecimento porque aprovaram essas propostas de cedência de dois lotes de terreno do Município para a Junta de Freguesia, um com 2.900 e tal metros quadrados, onde vamos construir um Pólo Operacional em metade desse terreno e a outra parte está a ser requalificada. Também ao lado, num outro lote também cedido pela Câmara com 1.200 e tal metros quadrados, vamos brevemente meter a concurso público a construção de um quiosque e de um parque infantil e vamos construir o parque infantil. Também estamos a trabalhar, julgo que não estou enganado, foi à última reunião pública de Câmara para que a Junta de Freguesia possa, no Parque Verde da Quinta da Amizade, pôr a concurso, também, a construção de um quiosque.

Em relação à questão do Parque Verde da Quinta da Amizade, está a decorrer, neste momento, as obras de iluminação pública em todo o parque, e aproveito para dizer que no sábado a Avenida Quinta da Amizade vai estar cortada ao trânsito, pelo mesmo motivo por um período para passar o cabo que vai alimentar toda aquela iluminação. Aquilo que vamos continuar a fazer é continuar a trabalhar em parceria e com esta descentralização de competências ou com as novas competências, permitiu que as juntas de freguesia possam ter meios para fazerem obras que já nem sequer eram da sua competência, e é aquilo que temos feito. Só este mandato, quando tivermos isto concluído no loteamento da Quinta da

Serralheira, ficamos com 6 mil metros requalificados, só em canteiros já requalificámos 4 mil metros quadrados, requalificações essas que deviam ter sido exigidas aos promotores dos loteamentos.

Presidente da Mesa – Chamar a atenção às diversas bancadas para em função do número de intervenções já pedidas, temos aqui umas 12 intervenções repetidas, se forem muito prolongadas retiram tempo aos seguintes e mesmo à própria bancada.

A senhora deputada quer fazer uma interpolação à Mesa? Faça favor.

Eunice Pratas (PS) – Senhor Presidente, antes de mais quero pedir desculpa ao Presidente de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra por o ter interrompido a meio do discurso, mas os apartes são naturais de qualquer bancada e têm existido desde o início da Assembleia Municipal, o que não é normal é o desrespeito que é feito em certos apartes e acho que no seu papel e da Mesa alguns desses apartes deviam ser corrigidos. Eles são naturais, mas a maneira como se dirigem a certos deputados de certas bancadas aqui nesta Assembleia Municipal deve ser com o maior respeito, porque estamos em democracia, todos temos as nossas opiniões, todos temos as nossas ideologias e diferenças partidárias, mas há algo que temos que ter no final do dia, é respeito pela democracia e pelos restantes colegas de bancada municipal.

Presidente da Mesa – Com todo o respeito lhe digo que faço o reparo ao “*chiu*” que ouvi da bancada da CDU e aos 4 ou 5 “*chius*” que ouvi da bancada do PS em resposta ao anterior. Estão feitos os reparos a todos.

Maria João Palma (PS) – Na avaliação que fazemos do Estado do Município em 2023, no que diz respeito ao ambiente e bem-estar animal, o Partido Socialista entende que o concelho se encontra num estado de profunda degradação e abandono, constatando-se o declínio da higiene urbana, da manutenção de espaços verdes e de equipamentos urbanos, na falta de investimento efetivo no saneamento básico, desnorte na mobilidade urbana e desrespeito para com o bem-estar animal.

A ausência de limpeza nas ruas, lavagem de contentores de lixo e áreas circundantes são problemas graves e que colocam em causa a saúde pública e que tem aumentado a insatisfação generalizada dos munícipes que lidam diariamente com cheiro intenso e sujidade junto às suas habitações e também junto a zonas turísticas, nomeadamente, junto às principais zonas de restauração, como consequência, a proliferação de pragas urbanas como baratas, ratos, mosquitos, moscas, pombos e formigas.

Nos Parques Verdes há falta de mobiliário urbano, bancos, bebedouros para pessoas e animais, papeleiras com recolha regular, há mobiliário degradado e a manutenção de relva, canteiros, podas e corte de ervas daninhas não é feita ou não é feita com a regularidade necessária, aparentando, na maioria dos casos, um total abandono. Qual o plano para intervir nos espaços verdes do nosso concelho, de limpeza e higiene urbana?

Quanto ao saneamento básico, o executivo CDU, que exerce funções há 23 anos, rompeu uma vez mais com o compromisso para com a população de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e outras, aguardamos o início das obras de expansão da rede de saneamento básico, não só a instalação de um estaleiro. No seguimento da entrega, em Assembleia Municipal, de uma petição pública pela conclusão da rede de saneamento básico em toda a extensão territorial da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra em setembro de 2022 e da sua respetiva apreciação em sede de Comissão de Ambiente em dezembro de 2022, o senhor vereador com o pelouro transmitiu a intenção de iniciar de imediato a obra através do lançamento de um concurso público durante o 1º trimestre de 2023, estabelecendo um claro compromisso com os seus munícipes.

Contudo, encontramos no último trimestre do ano e apesar de ter sido aprovada a abertura de procedimento de contratação do empréstimo de médio/longo prazo, investimentos municipais de 2023, no qual foi incluída a expansão da rede de saneamento básico, as obras ainda não foram, de facto, iniciadas. O acesso ao saneamento básico é um direito fundamental e a continuação da inexistência deste nas nossas freguesias acarreta riscos para a saúde pública e acentua profundas desigualdades territoriais e sociais para os munícipes. Não ter saneamento básico, também, causa impacto ambiental negativo,

porque tem efeitos nos lençóis freáticos, na água potável, na deterioração e qualidade dos solos. Para quando o efetivo início das obras?

Devemos, também, ficar preocupados e fazer uma avaliação negativa às entulheiras a céu aberto sob camuflagem de hortas, de complemento de subsistência que realmente, também, existem? Tomando, como exemplo, a Quinta do Garin, em que as barracas, os carros abandonados, os depósitos de lixo que se acumulam a cada semana que passa, a bancada do Partido Socialista, inclusive, já apresentou um requerimento acerca deste assunto e até agora não obteve resposta. A falta de ação e de resposta a estas situações revela incompetência e descuro acerca do que é verdadeiramente impacto ambiental negativo. Na reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, realizada a 19 de novembro de 2021, foi aprovada uma recomendação do PS quanto à identificação e atualização das colónias de gatos do Parque Natural da Arrábida, bem como o reforço dos programas de esterilização existentes via CROAC ou via parceiros zoófilos. Na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, realizada em 24 de junho de 2022, ou seja, há mais de um ano foi aprovada a recomendação do PAN para a implementação de uma campanha CED de captura, esterilização e devolução para colónias de gatos existentes no Parque Natural da Arrábida e em reunião ordinária de 24 fevereiro 2023 a Assembleia Municipal de Setúbal aprovou a recomendação do PAN relativamente à construção de um parque próprio adjacente ao CROAC de Setúbal para realojamento de colónias de gatos assilvestrados retirados do Parque Natural da Arrábida e de outros locais identificados, porque aparentemente o impedimento à ação das campanhas CED seria a falta de um parecer do ICNF que as autorizasse no Parque Natural da Arrábida.

De acordo com o Ofício 110/2022 da presidência em resposta ao requerimento do PS, apresentado também em reunião ordinária da Assembleia Municipal a 24 de junho de 2022, os números de animais estimados em colónias de gatos residentes na zona do Parque Natural seriam de um total aproximado de 125 exemplares, sem contabilização para colónias urbanas identificadas. Sem o controlo adequado, ao fim de todo este tempo, continua se a observar a reprodução descontrolada de gatos. O que vai ser feito por este executivo para travar esta propagação de animais errantes?

Por último referir que já não basta o aumento desmesurado de trânsito em todas as artérias, carros estacionados pelos passeios para se fugir, quer queiramos e aceitemos ou não ao estacionamento tarifado, de intervenções de requalificação suspensas e sem previsão de término, a falta de uma rede de transportes públicos eficaz e os verdadeiros corredores opcionais para a mobilidade alternativa que colocam em causa a segurança e a mobilidade de todos. Também o acesso ao Parque Natural da Arrábida, o pulmão do nosso concelho, um dos pulmões da nossa região e do nosso país, continua interdito e sem solução à vista. Usufruir de ar puro, lindas paisagens e de observação da fauna e flora são limitados pela interrupção durante o verão e durante o plano “Arrábida sem carros”, supostamente calendarizado entre junho e setembro, mas não tem fim à vista, porque vai fazer um ano em fevereiro que, por questões de segurança, a Estrada Nacional 379-1 continua encerrada, também conhecida como Rua do Círio da Arrábida, troço entre o túnel da Figueirinha e Galapos. O que vai acontecer relativamente ao pedregulho que poderá desabar a qualquer instante? Até quando a estrada se manterá encerrada?

O executivo CDU continua a fazer só por fazer, sem brio, sem rumo, sem objetivo claro de fazer mais e melhor para os seus, numa atitude pouco pró-ativa de quem demonstra não ter a capacidade para encontrar as melhores soluções e com a agravante de fazer as opções erradas. A ironia é que num concelho com um Presidente, representante de um partido Ecologista Os Verdes em Portugal, permita que os problemas se arrastem no tempo com verdadeiros impactos ambientais e na saúde.

Os municípios merecem mais, o concelho de Setúbal merece melhor.

Luís Leitão (CDU) – Na presente discussão sobre o Estado do Município gostaríamos, também, de trazer à Assembleia Municipal o estado do município, pois, sendo a esmagadora maioria dos municípios, cidadãos que trabalham ou já trabalharam e vivem do rendimento do seu trabalho, neste sentido é de registar que a maioria dos trabalhadores e pensionistas não irá ter aumentos de salários e pensões este ano. O tão propalado aumento do salário mínimo e das pensões, nem sequer irá chegar para repor o aumento do custo de vida e a esmagadora maioria dos setubalenses viu o aumento da sua prestação com a habitação subir em média 40%, ao passo que as novas rendas aumentaram cerca de 9,4%, o custo com os produtos

alimentares subiu cerca de 15%, considerando que no distrito de Setúbal 40% dos trabalhadores ganham no máximo 800 euros de salário base.

A carga fiscal continua a pesar sobre os mesmos de sempre, ou seja, quem trabalha e não se verifica na melhoria dos serviços públicos, uma carga fiscal elevadíssima que conta com o apoio de quem aqui em Setúbal faz bandeiras de medidas irresponsáveis que beneficiam apenas uma pequena percentagem e que prejudicam a maioria e, em particular, as camadas mais desfavorecidas, visando apenas retirar meios financeiros ao Município de Setúbal, procurando estrangular financeiramente a possibilidade de se continuar a melhorar a qualidade de vida das populações e a qualificar o território.

Entenda-se que a ser seguida a presente política salarial, cada vez teremos mais trabalhadores a ganhar o salário mínimo, o que significa que cada vez mais se desvaloriza o trabalho e os trabalhadores e que é preciso inverter a política que até aqui vem sendo seguida. É necessário distribuir, efetivamente, a riqueza produzida onde se destaca os mais de 10 milhões de euros de lucro diário da banca ou os 8 milhões das empresas de energia, ao passo que a pobreza vai atingindo cada vez mais população, cerca de 15,7% dos habitantes na Área Metropolitana de Lisboa são pobres.

É necessário ir mais longe na política salarial, na valorização do trabalho e dos trabalhadores e na valorização das suas grelhas salariais, em que ano, após ano, vêm sendo engolidos os seus escalões salariais, fruto do conseqüente não aumento de salários e do bloqueio da contratação coletiva de trabalho.

Queremos, ainda, destacar o facto de o Executivo ter decidido aplicar a opção gestionária, processo que irá permitir a atribuição de novas posições remuneratórias a um conjunto de trabalhadores que reúnem as condições legais, melhorando desta forma a sua situação profissional e económica.

No entanto, afirmamos que o presente processo do SIADAP, cujo PS é muito responsável, é injusto para quem trabalha e limita a promoção de trabalhadores. Destacamos, ainda, a contratação e por esta via o reforço do serviço público com mais de 60 trabalhadores por contrato de trabalho por tempo indeterminado e o reforço da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal com mais 20 bombeiros. Destacamos, ainda, o facto da luta dos bombeiros ter levado á alteração legislativa, que esperamos que permita o pagamento dos suplementos, horas extraordinárias e outros subsídios, conforme proposta também apresentada pelo PCP em sede de Assembleia da República. O que está aqui em causa é uma tomada de opção política ou se governa, efetivamente, para quem trabalha ou se continua a prestar benesses e benefícios ao grande capital. Ou se olha para o serviço público e queremos um serviço público de qualidade, com trabalhadores valorizados ou se opta pela concessão e privatização do serviço.

Para nós, a valorização do trabalho e dos trabalhadores, a opção por quem trabalha e presta um serviço público de qualidade é uma opção que não abdicamos.

Flávio Lança (IL) – Agora deixou-me aqui num tema, eu tinha aqui o Star Wars e queria mudar aqui para outra cassete, que são os lucros obscenos.

Quero-me dirigir aqui ao deputado Simão Calixto que falou na sua intervenção de lucros obscenos, senhor deputado é imperativo que a sua bancada recomende ao executivo que deixe de pedir empréstimos á banca, pois está a contribuir para os lucros obscenos e ainda por cima a criar maiores dificuldades nas contas do Município.

Relembro, ainda, que foram a diminuição dos lucros da Navigator, que para vocês penso que serão obscenos, que contribuíram para a quebra na receita da Derrama no Município, algo que muitas vezes oiço dizer que é extremamente importante.

De forma inédita, deixo uma recomendação ao senhor deputado, para que quantifique o que entende por lucros obscenos, isto vai permitir que as empresas saibam de forma clara e procurem não incomodar, como é óbvio, mas também era importante incluir no seu discurso os prejuízos obscenos que ocorrem quando o empreendedor arrisca no negócio e corre mal, perdendo todo o seu investimento.

Eunice Pratas (PS) – No dia 30 de setembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Municipal o Conselho Municipal da Juventude, uma medida que já tardava desde a sua aprovação na Assembleia da República, a 18 fevereiro de 2009.

As desculpas da bancada da CDU foram mais que muitas, era uma lei restritiva, desde a desculpa que já existia o Fórum da Juventude, o que é mais uma desculpa falaciosa, visto que o CMJ não é e nunca foi incompatível com o Fórum da Juventude, mas desde o dia 27 de abril de 2023 que não se realizou nenhuma reunião do Conselho Municipal da Juventude neste concelho. As más-línguas dirão que é boicote ou desprezo pelo trabalho dos jovens no concelho, eu direi que é um esquecimento gratuito, querendo a bancada da CDU ou não, esta foi uma proposta aprovada democraticamente na Assembleia Municipal.

O CMJ é importante à discussão democrática nos tempos que decorrem, onde os jovens se afastam da política tradicional, porque sentem que as instituições democráticas não os entendem. Os jovens setubalenses necessitam de medidas sérias e concretizáveis, Fábricas da 7ª Arte e Marinas de Luxo ficam bem para fins de campanha, mas na vida do justo setubalense, hoje, não significa nada.

Precisamos de medidas concretas e palpáveis, precisamos de uma força partidária que assuma realmente o poder político que tem, que quando não seja possível, não se prendem em desculpas, culpabilizando o Governo Central, mas que tentem encontrar soluções, merecemos transportes públicos em condições e que se adequem aos horários de todos os setubalenses. Queremos soluções de habitação, já sei que será dito que a culpa é do Governo Central, mas afinal só houve concretização na habitação pública em Setúbal, com o IHRU, porque todos sabemos há quantos anos a CDU não construía publicamente.

Mas falemos de questões de responsabilidade local, é isso que se discute numa Assembleia Municipal, a destruição das nossas ciclovias e com isso a destruição da mobilidade local, a ausência de estratégia para a fixação de empresas, a ausência de respostas para o investimento jovem, por isso hoje podemos concluir que, o atual executivo não tem condições para satisfazer as necessidades dos munícipes de Setúbal, encontra-se apático e vazio de ideias e a única força que apresenta ideias e de qualidade é o Partido Socialista.

E este é o Estado do nosso Município, um Município que poderia ser uma verdadeira capital de distrito e a terceira cidade do país e não passa de um Município encantado dos protestos e das promessas. Mas vós, CDU, basta-vos ficar apenas pelas ondas de protesto, não se afirmando na resolução dos problemas dos munícipes de Setúbal, a bancada do Partido Socialista prefere escolher a resolução dos problemas em Setúbal.

Nuno Carvalho (PSD) – Senhor Presidente, quero antes fazer uma interpolação à Mesa, se possível, e pedia que o tempo não contasse para esse efeito. Posso?

É só para confirmar se regista 5 inscritos da parte da bancada do Grupo Municipal do PSD, a contar com a intervenção que vou fazer?

Presidente da Mesa – A contar com a sua intervenção, Alexandra Teles, Eduardo Pinto, Rita Sereno e Natália Soares, são cinco.

Nuno Carvalho (PSD) – Muito obrigado Sr. Presidente. E o total de inscritos? Visto que o Sr. Presidente há pouco referiu que eram 12 o total de inscritos.

Presidente da Mesa – Os que não são PSD, são mais quatro, portanto, são nove neste momento.

Nuno Carvalho (PSD) – Senhor Presidente é apenas uma recomendação que faço, daí a minha interpolação à Mesa, ainda que naturalmente compreenda que os deputados municipais do PSD se tenham inscrito depois dos outros, mas por uma questão de alternância, uma vez que foi várias vezes feita a alternância entre a bancada do Partido Socialista e a CDU. Não existe essa regra a nível do nosso regimento, mas é uma recomendação que fazemos para que possamos ter essa regra de intercalar entre partidos, quando, naturalmente, partidos como o PSD estão inscritos, porque o que vai acontecer é que acabamos por ficar sem essa possibilidade de intercalar nas intervenções, como é óbvio.

Presidente da Mesa – Muito bem! Compreendi e há de compreender que não ouviu duas intervenções da mesma bancada de seguida, isso não aconteceu. Isso tem de ser conjugado, o algoritmo terá de ser feito assim, contando com o momento das inscrições, se do PSD várias inscrições foram pedidas já depois das



outras bancadas terem pedido, não posso fazer nada. A regra da alternância tem estado a ser usada até ao momento em que tenho inscrições, se elas vêm depois...
Estou a tentar fazer esse cruzamento.

Nuno Carvalho (PSD) – Muito obrigado, é apenas uma recomendação e agradecer ter-me dado a palavra. No que diz respeito ao Estado do Município, o que nos preocupa e, evidentemente, ao Grupo Municipal do PSD, são os fatores que pressionam o rendimento e o rendimento disponível dos setubalenses. Sendo evidente que, entre habitação, transportes, saúde, educação e aquilo que poderia e deveria ser a criação de emprego mais qualificado ou mais bem pago, todos estes fatores, neste momento, são fatores de pressão.

A habitação, em particular, tem dois momentos, por assim dizer, um que é mais imediato e que diz respeito àquilo que é a habitação que está disponível ou não para os setubalenses, mas neste aspeto gostaríamos de deixar uma pergunta, entre aquilo que é o novo emprego que se espera vir a criar ou, inclusive, até o fluxo de trabalhadores que possam vir para o Município de Setúbal, se há uma perspetiva ou alguma visão ou alguma preocupação da questão da habitação vir a ficar com uma pressão ainda maior, face àquela que, naturalmente, está prevista a ser criada.

Dou dois exemplos simples, falou-se aqui de investimentos, como a questão da refinaria de lítio, se bem sabemos, também, que vão entrar no país, num processo record, de legalização de cerca de 600 mil migrantes que, neste momento, estão com pedidos pendentes no SEF. Independentemente de nos pronunciarmos sobre essa matéria, ela não cabe aqui na Assembleia Municipal, o que é verdade é que há 6% da população portuguesa que, de repente, vai ser legalizada e ela estará onde? Mais em Setúbal, menos em Setúbal? Mais na Grande Lisboa? Isso, obviamente, é algo que pressiona a habitação, porque não podemos ter constantemente, também, os migrantes a viverem 10, 15 ou 20 numa habitação que era suposto ser dimensionada para 4 ou 5 pessoas. Sabemos que essa realidade existe e é óbvio que, mais tarde ou mais cedo, ela vai-se levar como uma realidade que vai pressionar a habitação.

Segunda questão, os transportes públicos e aqui colocamos dois patamares, em primeiro lugar, perceber que aquilo que é a necessidade de uma criação de redes de transportes públicos, é aquela que pode ajudar a relativizar um conjunto de debates. É óbvio que achamos que o estacionamento tarifado é exagerado e pressiona demasiado os setubalenses para aquilo que é a realidade dos transportes públicos no concelho. Também, achamos que, por exemplo, o próprio IUC, que é este teatro todo que parece que foi montado, mas que é muito grave, porque ele acaba por tirar praticamente um mês daquilo que são os aumentos de pensões às pessoas que têm carro e que têm que pagar este aumento de IUC, tudo isto pressiona.

O que o PSD defende é um país onde as pessoas, independentemente do seu rendimento quer ganhem 2 mil euros ou ganhem 800 euros, possam utilizar os transportes públicos, isso é o que permite em primeira linha sempre resolver o problema. O aumento de transportes públicos é fundamental e é mesmo nesse sentido que perguntamos se há previsão de aumentar na abrangência e na frequência, na abrangência estrutural e na frequência.

Continuando nesta questão que nos preocupa sobre o que pressiona o rendimento dos setubalenses e azeitonenses, entra a saúde. Aqui em dois patamares, em primeiro lugar, sabemos que quem tem dinheiro recorre ao privado, quem não tem dinheiro sofre com a falência do serviço de saúde. Este aspeto preocupa, porque a Câmara Municipal tem uma competência no que respeita aos Centros de Saúde e perguntar como está a correr esse processo no que diz respeito àquilo que é competência da Câmara Municipal? Também nos preocupa, como é óbvio, outra matéria, que é o impacto que isso tem do ponto de vista social, ou seja, do ponto de vista das pessoas que estão nos hospitais e que depois têm alta e são levadas para uma situação que deviam ter uma assistência social, do ponto de vista de lares ou do ponto de vista do tipo de serviços de apoio à terceira idade. Esta é também uma preocupação que, naturalmente, afeta as famílias, afeta o seu rendimento, afeta aquilo que é a sua estabilidade e a sua capacidade, inclusive, muitas vezes de conseguir ir trabalhar. Daí fazer esta pergunta, como está a correr essa situação e como a Câmara Municipal tem ou não identificado aquilo que são os passos que vão dando, do ponto de vista da descentralização de competências na área social, e como é que se tem observado esta situação que diz respeito à terceira idade também?

Na educação, é evidente que temos problemas de carácter nacional que são significativos e evidentes, com uma guerra que o Governo decidiu abrir com os professores e que esperamos que tenha fim o mais breve possível e que faz com que muitas vezes os pais não tenham mesmo onde pôr os filhos.

Também nos preocupa o parque escolar e o parque escolar que o Município recebeu e pedir um retrato desse ponto de vista e perceber, daquilo que são as escolas que estão na competência da Câmara Municipal, se, de facto, existem dois patamares. Um, a manutenção, dois, o investimento para tratar de questões mais estruturais. Sendo certo que temos, infelizmente, fora algumas escolas como a Sebastião da Gama que ainda pertencem ao parque escolar e tem situações críticas, mas pronunciamo-nos neste momento sobre aquelas que estão na descentralização de competências.

Por último Sr. Presidente, uma pergunta sobre as empresas e sobre os investimentos e esta parte é fundamental. É fundamental, no sentido em que se existe, de facto, uma perspetiva de trazer um investimento, que referiu aqui no início da sua intervenção, no que diz respeito à refinaria de lítio, a visão que existe para desenvolvimento no concelho de Setúbal, para o Grupo Municipal do PSD, tem que passar por conseguir criar empregos que paguem melhor.

Isto significa que, em primeiro lugar, talvez conseguir aproveitar os empregos que possam ser captados com a população que é formada no concelho através do Instituto Politécnico, da população que está no concelho e que tem competências dentro das indústrias que existem e se existe ou não essa visão para atrair indústrias que se consigam complementar às existentes, fortalecendo-as, robustecendo-as ou que consigam efetivamente aproveitar a mão de obra qualificada e não qualificada existente no concelho de Setúbal.

É sobre estas matérias, como é evidente, que da mesma forma que começámos, terminamos. Para nós o fundamental é, de facto, atacar aquilo que tem sido a grande aflição das famílias, que é o rendimento. Hoje não estamos aqui a discutir um panorama nacional, mas esse panorama não é indiferente, nós bem sabemos que quando temos um país onde mais de metade da população ganha menos de mil euros, é óbvio que, no caso do concelho de Setúbal a situação também nos preocupa. Quando sabemos que temos um país que tem uma população envelhecida e que no concelho de Setúbal, perto de 50%, se não estou em erro, é uma população que já vive dos rendimentos que teve, portanto, são pensionistas, esta é uma situação que nos preocupa. É para estes setubalenses e azeitonenses que, naturalmente, nós fazemos este debate do Estado do Município e queremos que nesta matéria, como é óbvio, muito do rendimento que os setubalenses e azeitonenses têm, acaba por ser retirado pela falência dos serviços públicos que não estão a funcionar na área da saúde e na educação como deve ser. Mas também eles precisam seguramente de uma visão de um conselho que lhes permita no futuro, no que diz respeito àquilo que é a capacidade da Câmara Municipal e a sua competência, poder ter melhor qualidade de vida e acima de tudo, também, poder ter um rendimento maior e mais digno, de acordo com aquilo que merecem.

Ricardo Reis (PAN) – Juntamo-nos àquilo que são as preocupações da bancada do PSD em relação à saúde e à habitação, pelo que, também, em relação àquilo que tem sido o Estado do Município nessas matérias. Há pouco, o Sr. Presidente da Junta de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra falou, sobre a parte do saneamento básico que nós consideramos bastante importante e que, aliás, foi um dos temas da minha intervenção inicial, lamentou a falta de saneamento básico, o facto desse saneamento básico ainda não ter chegado, pelo menos, aos 98/99%. O problema é que basicamente passou a sua intervenção mais a atacar o Partido Socialista do que propriamente a dizer quais são os projetos e, principalmente, se esses projetos vão para a frente, porque projetos há bastantes. Aliás, eu disse na minha primeira intervenção que havia um projeto para acabar em 2021, aquele projeto para começar no 3º trimestre deste ano e havia um projeto para começar até ao início deste mês, o que é verdade é que até agora não tivemos esses projetos. O que é verdade é que, em termos de saneamento básico, não temos tido isso.

De acordo com o que o Presidente da Junta de Freguesia disse, que o PS pouco construiu, gostaria de saber, genuinamente, o que é que o PCP também construiu ao longo destes mais de 20 anos de poder autárquico na Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra? O que é verdade é que, apesar de ter havido a questão da concessão das Águas do Sado, o qual o PAN, com muito orgulho, votou para terminar essa concessão e para voltar para os Serviços Municipalizados, porque consideramos que a água não deve ser um bem rentável, deve ser um bem comum, mas o que é verdade é que a intervenção do Sr.

Presidente da Junta, sem prejuízo do respeito que tenho por si, foi mais pautada de acusações a outros partidos, do que propriamente a apresentar projetos e principalmente se esses projetos se vão concretizar mesmo.

Projetos há muitos, mas o que é verdade é que, infelizmente, nenhum deles se concretizou e continuamos a ter uma freguesia no nosso concelho em que quase metade da população não tem acesso ao saneamento básico. A maior parte do saneamento básico é feito através de fossas e as fossas, não só em termos de saneamento básico, mas também em termos da saúde pública, não são totalmente recomendáveis.

Há mais de 20 anos que o PCP tem o poder nessa freguesia e, apesar de falar da descentralização de competências, apesar de concordarmos também com algumas das críticas que são feitas, o que é verdade é que também não tem havido esse trabalho por parte do PCP e, pelo menos, pode haver essa vontade de cumprir, mas até agora nunca foi cumprido.

Um outro tema que foi aqui bastante falado na Assembleia Municipal, que foi trazido pela senhora deputada Maria João Palma, também tem sido uma preocupação em matéria da campanha de esterilização de animais na Serra da Arrábida, a qual foi também objeto da minha primeira intervenção. Agradecemos aquilo que tem sido a preocupação por parte da senhora deputada Maria João Palma em relação a essa questão.

Também gostaria de salientar aquilo que foi algumas das intervenções aqui feitas relativamente ao estado das finanças do Município. Em termos de finanças municipais, mas principalmente em termos de investimento daquilo que é preciso fazer para satisfazer as necessidades básicas, há muita coisa por fazer e é verdade que, infelizmente, tendo em conta os recursos da Câmara, principalmente com as receitas do IMI e da Derrama, essas receitas podem não servir para conseguir cumprir essas necessidades. Aquilo que é o orçamento disponível para servir essas necessidades, o problema é que tem sido um modelo orçamental da Câmara, que tem sido não oficialmente, mas, na prática, quando há uma contração bancária de empréstimos para pagar a dívida, a dívida não fica paga. O que acontece é que há uma contração de empréstimo e a dívida fica exatamente na mesma com os juros bancários ainda por cima. A isso nós consideramos que é um modelo orçamental e um modelo de gestão da Câmara que também não dá bons resultados. O que é verdade é que se há várias necessidades, faço aqui um pleonasma, para satisfazer aqui em Setúbal, não só em matéria de ambiente, mas em matéria de saúde, de habitação e de educação, o modelo orçamental adotado pela Câmara Municipal, não só nesta legislatura, mas nas anteriores, também tem sido, infelizmente, um modelo crónico de gestão por parte de várias Câmaras Municipais aqui em Setúbal, e a verdade é que esse modelo também não ajuda.

Presidente da Câmara – Pensei que fosse um pouco mais à frente. A ideia é poder aproveitar para dar um maior número de respostas a quem colocasse questões.

Permita-me Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, de deixar bem claro para quem possa, eventualmente, ter dúvidas, que não foi a Câmara Municipal que estabeleceu esta distribuição dos tempos, a Câmara Municipal tem um tempo que a Assembleia Municipal entendeu atribuir e, naturalmente, que cabe à Câmara Municipal gerir o seu tempo, porque é uma questão fundamental.

As intervenções que a Câmara Municipal faz, fá-la no sentido de dar cumprimento àquilo que são as suas responsabilidades quando vem à Assembleia Municipal, que é dar resposta às questões que são colocadas. Como se sabe, os tempos que são distribuídos e a enorme quantidade de perguntas que são colocadas, naturalmente que não batem certo umas com as outras e temos de fazer aqui uma gestão do tempo.

Dito, isto, tenho estado aqui a ouvir as intervenções dos senhores deputados e devo dizer que considero muito interessante a forma como os senhores deputados se referem à situação do Município, que é o objeto deste debate. Naturalmente que cada um tem o direito à sua opinião expressa aqui, portanto, há que reconhecer esse direito, mas agora permitam-me que expresse, também, alguma opinião sobre como o debate tem decorrido.

Naturalmente que há aqui um conjunto de manifestações que são aquilo que nós já conhecemos como um estado de alma que já não é de agora e que ao longo dos anos se vem afirmando, não traz nada de novo, é apenas a afirmação de que tudo está mal e, portanto, nós somos a alternativa. É uma vontade que corresponde pouco à realidade, é a avaliação que eu faço.

Depois houve um conjunto dos senhores deputados que, também, fizeram as suas intervenções expressando a sua opinião, não colocaram questões ao executivo, fizeram as afirmações, são legítimas, agora o Presidente da Câmara não pode, até porque tem o tempo limitado, intervir no sentido de dar resposta a convicções que foram aqui expressas. Agora, cabe-me a mim, também, reafirmar aquilo que considero fundamental, verifico que depois de todas as intervenções houve apenas uma intervenção que referiu, não aprofundando, mas, pelo menos, salientou as questões dos transportes públicos, da saúde e da educação. Naturalmente que registo, nas várias intervenções que os seus deputados fizeram, as questões da saúde no concelho de Setúbal, as quais não foram objeto de grande intervenção e de grande preocupação, não foram. As questões da educação, também, foram tratadas um pouco pela rama e eu pergunto aos senhores deputados, será que as questões da saúde, por tudo aquilo que tem sido dito a nível nacional, mas concentrando-nos naquilo que se passa no nosso concelho, será que não é uma preocupação maior dos eleitos da Assembleia Municipal? Será que a situação da educação não é uma preocupação maior que tem a ver com o futuro?

Quero-vos dizer, senhoras e senhores deputados, que as questões da educação são preocupação há muito tempo, agora, nós estamos confrontados, neste momento, com problemas gravíssimos e eu não tenho tempo para aprofundar, mas vou identificar duas outras questões. Foi entendido descentralizar para as autarquias locais as escolas do 2º, 3º ciclo e secundário e por aquilo que acompanhávamos dos processos, sempre tivemos muitas dúvidas e sempre muitas reticências relativamente ao processo da transferência de competências nesta área. Tanto foi, que no dia em que fomos obrigados, por lei, a assumir essa responsabilidade das transferências, dissemos *“fazemo-lo sob protesto”* e quero dizer-vos que hoje a nossa posição é de redobrar o protesto. Explico porquê, é que nesse conjunto de transferências que foi feito, a partir do dia um de abril de 2022 e até ao dia 31 de junho de 2023, os registos que temos é que já saíram do orçamento da Câmara Municipal 3 milhões de euros para cobrir deficiências de funcionamento das escolas. Não sei se não é mais grave, acho que ainda é mais grave, a outra componente da situação que queria aqui referenciar, a decisão da transferência, a lei é de 2019, e já nessa altura o Ministério identificava um conjunto de escolas a nível nacional que eram de intervenção prioritária. Nós temos no nosso Município 4 escolas de intervenção prioritária, nós assumimos responsabilidades em 2022, estamos no final de 2023 e ainda hoje não sabemos quando é que nos podemos candidatar para o financiamento dessas escolas. Algumas dessas escolas, a água escorre pelas paredes e não sei quando, mas espero que seja rápido que haja a possibilidade dos municípios se poderem candidatar a esses investimentos, que são naturalmente da responsabilidade e estão assumidos nos acordos que foram feitos entre o Estado e a Associação Nacional de Municípios, onde estão assumidos esses investimentos. Falta saber quando é que abrem as candidaturas para os municípios se poderem candidatar. O Município candidata-se, abre-se um procedimento, não é concursal, trata-se de concursos internacionais e, portanto, se não houver dificuldades de maior, durante um ano estamos num procedimento. Depois com a adjudicação, pelas intervenções, estou a falar destas 4 escolas, pelo que conhecemos e pelo que está identificado pelos levantamentos que estão feitos, a obra vai decorrer entre 3 e 4 anos. Pergunto, senhores deputados, o que é que vai acontecer às crianças que estão nestas escolas que já em 2019 eram identificadas como de intervenção prioritária e que vão ficar mais 4 ou 5 anos sem ter escola nova? Deixo aqui a interrogação.

Relativamente à saúde, creio que é do conhecimento geral e em particular dos senhores eleitos, que a situação é difícil a que vivemos. As urgências encerram, não sabemos, dia sim, dia não, todos os dias, aos fins de semana, agora são de 8 em 8 dias em alternativa com o Barreiro, etc., ou seja, aquilo que foi a reunião que tivemos com o Sr. Ministro da Saúde em janeiro de 2022, que era por uns meses para se controlar a situação e encontrar uma solução, o que se tem vindo a verificar é um agravamento crescente da situação. Em que medidas? Nós não conhecemos nada em concreto.

Ao contrário do que é dito muitas vezes, nós assumimos fazer uma parceria com o Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, e assumimos essa parceria com prejuízos para o orçamento municipal, porque assumirmos, por exemplo, construir Centros de Saúde, por considerarmos que um dos problemas graves das urgências nos hospitais é exatamente o facto de os Centros de Saúde não darem resposta àquilo que os cidadãos precisam e, portanto, os cidadãos não têm resposta nos Centros de Saúde e vão para as urgências dos hospitais. Foi nessa perspetiva que tomámos a

iniciativa de ser parceiros do Ministério da Saúde e nessa parceria acabamos por construir o Centro de Saúde de Azeitão.

Demos o terreno, fizemos as acessibilidades, fizemos os arranjos exteriores, fizemos os projetos, acompanhamos a obra, lançámos o concurso, foi tudo da nossa responsabilidade e os custos são assumidos pelo orçamento da Câmara Municipal, o resto há de ser financiamento, no caso de Azeitão, através do Ministério da Saúde.

Ainda nos falta receber umas centenas de milhares de euros, esperemos que venham rapidamente, mas, ao mesmo tempo, assumimos e apresentámos já a candidatura para o Centro de Saúde da Bela Vista. Entregamos o terreno, fazemos os projetos, fazemos os arranjos exteriores, garantimos as acessibilidades, lançamos os concursos, acompanhamos as obras e depois esperemos que, no final, o resultado não seja tão penalizador para o orçamento municipal. Temos um outro Centro de Saúde que aguardamos que a Administração Regional de Saúde nos diga qual o programa, que é o caso do conhecido Centro de Saúde do Bairro do Liceu, em que está lá o terreno na Praceta Maria Lamas, já há muitos anos que lá está aquele placard, há muitos anos que é uma oferta do Município para que se construa ali o Centro de Saúde.

Falta saber, neste momento, qual o programa que o Ministério, a Administração Regional de Saúde quer para aquele Centro de Saúde, para nós fazermos a mesma coisa.

Como já disse, nós fazemos isto, porque consideramos que é fundamental para a população de Setúbal ter Centros de Saúde que lhes garantam condições de atendimento para não terem de ir para as urgências do hospital. Temos neste momento um problema, pelo que conhecemos, não há capacidade para preencher com recursos humanos o Centro de Saúde de Azeitão. Naturalmente que faremos todos os esforços para que isso venha a acontecer. Esta é uma outra situação que temos neste concelho e acho que é extremamente grave, preocupante e que todos precisamos de assumir responsabilidades.

Desculpem lá, mas tinha de reforçar aqui esta situação.

Presidente da Mesa – Senhor Presidente, permita-me que o interrompa, custa-me estar a interromper o fim do seu discurso, porque estou a ver que se está a encaminhar para uma intervenção de encerramento e estamos com um problema de funcionamento, é que temos 9 inscritos, a não ser que alguém abdique da intervenção, mas ficávamos na situação de no final o Sr. Presidente ter já feito a intervenção completa e os deputados municipais ficarem sem resposta.

Acha que pode concluir as intervenções e o Sr. Presidente depois faz a intervenção final?

Presidente da Câmara – Senhor Presidente, por isso é que pensei que quando me inscrevi, que fosse um pouco mais à frente para poder dar respostas a um conjunto de questões. Naturalmente que estou a reservar um tempo para a intervenção final, como é óbvio, mas como o Sr. Presidente me deu a palavra nesta altura e como não tinha mais tempo, tive de jogar com o tempo.

Presidente da Mesa – Então foi equívoco meu. Aqui da Mesa vimos duas vezes o Sr. Presidente a fazer sinal, pensei que queria colocar alguma questão mais premente em relação às últimas intervenções, mas como são 9, talvez fosse melhor deixar concluir as intervenções que faltam e o Sr. Presidente rematava o debate.

Presidente da Câmara – Senhor Presidente tenho tempo reservado para a intervenção final, mas posso ficar com uns dois minutos para ainda fazer uma outra intervenção antes da intervenção final, no sentido de poder dar alguma resposta.

Presidente da Mesa – Está colocada a questão e o Sr. Presidente agora decide como gere o tempo, se quiser continuar esta intervenção ou se quiser reservar para o fim, é à sua escolha.

Presidente da Câmara – Senhor Presidente, se me permite então, prejudicando alguma questão que possa ser levantada e que não foi até agora pelos senhores deputados, mas acho que na minha intervenção inicial e na final, há um conjunto de questões que são grandes preocupações que temos na gestão do

Município e que afetam a vida das nossas populações e que estamos com muita atenção e que foram aqui identificadas e o nosso projeto, também, é conhecido.

Mesmo antes da intervenção final, quero aproveitar estes dois minutos para salientar aqui algo que considero fundamental. Já foi aqui referido, alguns dos senhores presidentes de junta já falaram, mas enquanto Presidente da Câmara quero aqui salientar e louvar aquilo que tem sido o esforço, o empenhamento e a dedicação dos senhores presidentes das juntas do Município de Setúbal e dos seus executivos.

Muitos não sabem, não têm, eventualmente, conhecimento, mas o aumento significativo que foi feito de transferências de competências para as juntas de freguesia é, de facto, de grande montra e tem efeitos no próprio funcionamento das juntas de freguesia, como não podia deixar de ser. Quando se recebem essas responsabilidades e, naturalmente, os meios, porque nesta relação entre a Câmara Municipal e as Juntas de freguesias há os meios adequados para o desenvolvimento das competências que é necessário desenvolver. Mas há um conjunto de ações que limita muito a capacidade de intervenção das juntas enquanto está a decorrer esse processo, porque para assumir responsabilidades, é preciso contratar pessoas, fazer procedimentos que levem à contratação dessas pessoas e hoje em dia leva 8 a 10 meses.

Se calhar há muitos que não têm a noção, mas os procedimentos na Administração Pública são assim e para contratar equipamentos, viaturas, etc., o processo é idêntico. Ao longo deste ano e meio, as juntas de freguesia, muitas vezes, não fizeram aquilo que gostariam de ter feito exatamente porque foi necessário estruturar-se, criar-se condições para a partir de hoje terem todas as condições para fazer um melhor serviço às populações do que aquele que a Câmara Municipal poderia fazer. A proximidade é aqui uma questão central e, por isso, é que nós também nunca dissemos que não estávamos de acordo com a transferência de competências da Administração Central para o Poder Local. Nunca dissemos isso, agora, o que nós contestamos sempre e continuaremos a contestar é a forma como isso foi feito.

Alexandre Teles (PSD) – O contexto energético global, impactado pelos eventos macropolíticos que se presencia, torna cada vez mais relevante a discussão sobre quais os modelos mais adequados, para fomentar uma rápida e eficiente transição energética, procurando fortalecer o desenvolvimento socioeconómico e a segurança de abastecimento. É imperativa a urgência em alinhar as decisões e necessidades nacionais em temáticas, como a necessidade, de incrementar a percentagem de energias renováveis no mix energético, o armazenamento de energia, a segurança e a eficiência energética, as comunidades energéticas, assim como as políticas públicas e eficientes, que possibilitam condições de investimento e modelos de financiamento alinhados com os objetivos nacionais e comunitários, para uma independência energética em mentalidade carbónica.

Em 2015, o Município aderiu ao Pacto de Autarcas, para o clima e energia, com a presença da anterior Presidente e do Vereador do Ambiente, na altura, Dr. Manuel Pisco, com os objetivos de reduzir as emissões de co2 e de gases de efeito estufa, em 20% em 2020 e reduzir as emissões de co2 e gás de efeito estufa, em 40% até 2030, com os seguintes pontos, aumento de eficiência energética do Município, através da implementação do Plano de Eficiência Energética, criar áreas de sumidouros de carbono, implementar o Plano de Mobilidade Sustentável, informar, sensibilizar, educar e formar a população em geral e grupos alvo específicos, para a utilização racional da energia e energias renováveis.

Começo com a minha questão, possivelmente o Sr. Presidente não irá responder a nenhuma, mas deixo aqui mais uma panóplia de questões.

Quais os resultados e impactos deste último ponto e o que tem contribuído para a descarbonização?

Foram apresentadas 31 medidas, 7 delas previstas, para um próximo Plano, gostaria de saber se este mesmo foi implementado?

Das 31 medidas, 24 foram implementadas, todas elas foram concluídas? Quais os seus reais impactos? Deixo um pequeno aparte, o Município poderia ir um pouco mais além e ser um exemplo, porque não reduzir a frota automóvel do Município e substituir as viaturas menos eficientes e em fim de vida, por viaturas 100% elétricas, por que não instalar pela cidade uma rede de carregamento para viaturas elétricas, ajudaria todos aqueles que não têm meios próprios para carregar as suas viaturas na residência, e na decisão de substituir pelo menos uma do agregado familiar.

Porque não instalar PAC's, nos edifícios principais do Município e dos Serviços Municipalizados como, por exemplo, o Edifício dos Ciprestes, Instalações de Poçoilos, Paços de Concelho, Edifício Sado, entre outros. Deixo agora um aparte, relativamente ao Plano de Mobilidade Sustentável, a real implementação versus o benefício, apesar de haver meios alternativos de transporte disponíveis na cidade, não se teve em consideração a implementação de vias apropriadas para os mesmos, deixando um descontentamento e uma opinião generalizada negativa sobre os mesmos e sobre o seu real benefício, há cerca de um ano e quatro meses, entrou em produtivo, o Lote 4 dos TML, apesar da atribulada transição do anterior fornecedor para o atual, e dos impactos brutais que gerou aos setubalenses e azeitonenses, e até agora ainda não foram completamente ultrapassados.

Relativamente ao aumento de estacionamento tarifado, nalguns casos para zonas completamente residenciais, com uma das justificações, retirar viaturas da cidade, fica aqui uma grande questão, porque nenhuma das medidas acima, aparentemente está a ajudar na descarbonização do concelho. Quem vive e desloca-se no mesmo, constata uma cidade cada vez mais apinhada de automóveis, com trânsito caótico e com estacionamento completamente desorganizado e com zonas pedonais ocupadas por viaturas.

O que pensa o Executivo efetuar para resolver este constrangimento?

Fica também aqui uma pequena reflexão, em todos os projetos que estão previstos para instalar no concelho, não existe histórico sobre os seus reais impactos, devido a serem tecnologias embrionárias, Parque Solar em Poçoilos de 25 hectares, que já trouxe duas propostas à Assembleia Municipal, produção de hidrogénio verde em Poçoilos, que não faz qualquer sentido, tendo em consideração que a zona não tem infraestruturas para a indústria em questão, Refinaria de Lítio na Mitrena, que já foi aqui bastante falada, junto a uma zona protegida do Estuário do Sado, Indústria de Biodiesel – HVO, a implementar nos terrenos da antiga Central Termoelétrica, a APSS com uma localização estratégica, para a construção e implementação de aerogeradores offshore.

Alguns players dos projetos elencados, tem conforme a interpretação do Deputado Simão Calisto, “lucros extraordinários”, por isso, conforme a ideologia, possivelmente a CDU não devia deixar os mesmos, investirem e criar riqueza na cidade de Setúbal.

Afonso Luz (CDU) – Na sequência da intervenção do Sr. Deputado, Mário Aranha, eu não sei se percebi bem, o senhor falou em “*receitas de estacionamento de 360 mil euros*”?

Mário Aranha (PS) – Não!

Afonso Luz (CDU) – Não, então eu percebi mal!

Mário Aranha (PS) – Fiz uma conta rápida, dividi 130 milhões por 365 dias. A Câmara, tem receitas totais por dia de 356 mil euros, considerando fins de semanas e tudo.

Afonso Luz (CDU) – É uma matéria que tem tido aqui discussão nesta Assembleia, já agora, os serviços financeiros da Câmara, forneceram o número da receita líquida de estacionamento no 1.º semestre de 2023 e, portanto, é de cerca de 308 mil euros, é este o valor.

Sobre uma outra questão que aqui foi levantada, sobre os lucros obscenos da Banca, eu queria dizer o seguinte, ao senhor Deputado Flávio Lança, da Iniciativa Liberal, de facto, estes lucros são obscenos e serão certamente repartidos pelos seus acionistas, já quando a Banca tem prejuízos obscenos, bem sabemos liberalmente como eles são repartidos e suportados por todos os portugueses, porque a Banca é privada para os lucros e é pública para os prejuízos.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal, também não concorda que haja intervenção do Estado, para cobrir prejuízos, e que isso fique claro, portanto, isso vê-se no caso da TAP e vê-se noutros casos, portanto, que fique claro que essa é a posição da Iniciativa Liberal.

Senhor Presidente, eu tenho que lhe agradecer a sua intervenção, mas como deve saber eu compreendo perfeitamente o tema do tempo, pois sendo deputado único e com o tempo que esta Assembleia, também me deu, bastante mais reduzido que o seu, também não consigo dizer tudo o que gostava, mas

do tempo de que disponho, já consegui responder ao lado certo ou errado e aos lucros obscenos e agora também aqui ao senhor deputado da CDU.

Posso dizer-lhe, no entanto, relativamente à educação, não foi só uma intervenção que apresentou as suas preocupações, a Iniciativa Liberal, na sua primeira intervenção, também o fez. Em relação à saúde, deixo-lhe agora a nota, que partilhamos da preocupação do PSD, e para a Iniciativa Liberal é claro, há muito tempo que os únicos prejudicados pelo estado da saúde, são as pessoas com menores rendimentos. Sobre este tema, só podemos dizer, olhem para as propostas da Iniciativa Liberal, se um indivíduo puder ser tratado onde quiser, no público, no setor social ou no setor privado, assegurando o Estado os respetivos custos, deixamos de ter este problema dos indivíduos de menor rendimento terem de utilizar os locais mais pressionados e sem capacidade de atendimento. E assim teremos mais saúde, mais escolha e menos espera.

Senhor Presidente, quero também agora, para terminar a minha intervenção, falar-lhe, da já famosa pedra da Arrábida. O encerramento do troço da Serra da Arrábida, entre as Praias da Figueirinha e de Galapos, é sem dúvida, uma medida de preocupação necessária face ao risco identificado, no entanto, esta situação levanta preocupações sérias, não só pelo impacto nas épocas balneares, mas também pelas repercussões ao longo prazo para residentes, comerciantes e todos aqueles que frequentam e apreciam este ex-libris de Setúbal.

E assim pergunto-lhe, qual é o plano de trabalhos específicos para a resolução deste problema?

Quando podemos esperar a reabertura deste troço?

Durante este período de encerramento, que medidas estão a ser tomadas, para assegurar a segurança, mas também a acessibilidade e mobilidade da região, porque na altura das praias, sabemos que houve carreiras, eu questionava se continua a haver transportes para as praias.

Manuel Fernandes (PS) – Foram aqui feitas duas afirmações, uma pelo Sr. Deputado, Afonso Luz e outra pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, onde, supostamente eu teria apelidado de imbecis, os cidadãos, que votavam na CDU. Não foi nada disso que eu disse, é apenas falso, e quero reafirmar que é falso, essa afirmação é de forma abusiva e falsa, e aquilo que eu disse foi que, e enalteci, aquilo que é o efeito da propaganda comunista e até evidenciei, o papel da comunicação do Partido Comunista nesse desiderato e demonstrei-o com factos, e, portanto, é falso que eu chamasse alguma coisa aos setubalenses e azeitonenses.

Outro assunto, que eu gostaria de referir, é que foi aqui dito pelo Senhor Presidente da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, a crítica feita e foi buscar o passado, o milénio passado, que não houve projetos ou investimentos de grande monta, sem mais, basta irmos, e a Internet tem destas coisas, ao Jornal Público, de 24 de Setembro de 2001, sabe-se perfeitamente quem é que estava no poder autárquico, nessa altura, em que estavam a ser investidos 500 mil contos, em água e esgotos na Gâmbia, e sabe o que disse o Presidente da Junta nessa altura, eu recordo-o, o Presidente da Junta de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, nessa altura, *“salienta no entanto, que o abastecimento de água e saneamento básico são reivindicações antigas da população da Gâmbia, reforçou, acrescentando, que, após a concretização da obra, ficará apenas a faltar o saneamento básico para 300 fogos”*, sabe quem disse isto Sr., Presidente, foi um tal de Luís Custódio, que era já à altura, Presidente da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, daí para cá já se passaram 22 anos, e sabe qual foi o último investimento feito, foi em contos, 500 mil contos, Sr. Presidente.

Eduardo Pinto (PSD) – Gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que depois das intervenções dos meus companheiros de bancada, iria chegar a minha vez, e para dizer também que, o PSD também se preocupa com a educação, aliás, é imperativo abordar o estado da Educação no Município.

Sob gestão do Partido Comunista e do Partido Ecologista Os Verdes, foi publicada em 2006, a Carta Educativa do Município de Setúbal, no mesmo ano de 2006, o custo das ampliações e novas construções de Equipamentos Públicos, Jardins de Infância, 1.º, 2.º e 3.º ciclo e Secundário, foi orçamentado em cerca de 50 milhões de euros, compreendendo 45 ações.

A execução, passados 17 anos, é bom reparar neste tempo, ficou-se por 13,3% correspondendo somente a 6 ações totalmente executadas, aqui temos uma gestão preocupada com a educação.



Sabendo que, a gestão municipal dos recursos públicos é determinada muitas das vezes por opções políticas e não financeiras, recordemos alguns exemplos, a criação, e desmintam-me se assim o for, a criação de dois Jardins de Infância, nas Escarpas de São Nicolau, com previsão de execução nos anos de 2010 e 2011, com o valor unitário de seiscentos mil euros, não foram concretizados.

A criação, construção do Jardim de Infância da Quinta da Serralheira, com previsão de execução no ano de 2014, com o valor de quatrocentos e cinquenta mil euros, não foi concretizada.

Em 2017, o Executivo, propõe e faz aprovar um milhão e duzentos mil euros, para a compra da famosa, Praça de Touros.

A criação da Escola Básica 1, Jardim de infância Quinta da Caiada, Vale de Cerejeiras, Manteigadas ou Vale do Cobro, com previsão de execução na 1.ª década de 2000, com um valor de um milhão e quinhentos mil euros, por intervenção, também não foram concretizadas, isto antes da Praça de Touros.

Na mesma década, quatro milhões e quinhentos mil euros, foram gastos no Pórtico Auditório José Afonso. Podemos falar de montantes mais modestos, cerca de cento e cinquenta mil euros por intervenção, foram as promessas da ampliação da EB1 de Vila fresca de Azeitão, do Viso ou do Montalvão, também não foram concretizadas.

Foram sim concretizadas outras obras cujo valor sem IVA, teriam permitido a ampliação de uma dessas escolas básicas, como, por exemplo, a “Bola de Râguebi”, tão conhecida ali na Via Rápida, por trinta e seis mil e oitocentos euros, o “Skate”, dezassete mil e oitocentos euros, as “Flores da Arrábida”, na Avenida dos Combatentes, por trinta e quatro mil e quatrocentos euros, ou mais recente, “Vamos” de Ricardo Romero, na Praça do Brasil, no valor de cinquenta e dois mil euros.

Mais uns valores semelhantes, de quatrocentos mil euros, de ampliação da Escola Básica Jardim de Infância, na Freguesia da Gâmbia, fizeram escultura e fonte “Génesis”, junto ao Hospital de São Bernardo, muitas outras aquisições foram feitas sem consequências positivas, até ver.

O IMAPARK, por exemplo, quatro milhões e quatrocentos mil euros, já tão falado aqui nesta Assembleia. Não ignorando que a situação genérica local, está intrinsecamente ligada ao lamentável estado do sistema de saúde, justiça, mobilidade, segurança social, habitação e claro a educação, a nível nacional temos que perceber aquilo que está a ser feito localmente.

Nós, como membros da Assembleia Municipal de Setúbal, temos a responsabilidade de fiscalizar e garantir o uso eficiente dos recursos públicos, no que diz respeito à educação, é fácil concluir que existe uma grande lacuna entre o prometido, que é muito, e o realizado nestes últimos 17 anos.

O Executivo comunista, falhou e continua a falhar nas suas opções e continua a preferir fazer umas obras de fachada, deixando para trás um dos pilares do nosso Município, que o nosso Presidente já referiu, que é o da Educação.

O Município de Setúbal, é desde 2012, membro da Associação Internacional das Cidades Educadoras e teremos o Dia Internacional das Cidades Educadoras, no dia 30 de Novembro, de entre os 20 princípios constantes na Carta das Cidades Educadoras, agregados em três áreas, o direito à cidade educadora, o compromisso da cidade e ao serviço integral das pessoas, permitimo-nos destacar, o acesso à informação, o Município deve garantir uma informação suficiente e compreensível, bem como incentivar os seus habitantes a procurarem informar-se, verifica-se quanto ao Site do Município na atividade da Educação, tão referido aqui, pelo nosso Presidente, no separador relativo ao Conselho Municipal de Educação, para além de excertos da Legislação, o que é que o cidadão encontra de informação, sendo que a eleição terá ocorrido em 2022, ainda encontramos as fotografias da tomada de posse do Conselho Municipal de Educação de 2018. O mesmo Site de Educação, fala no Observatório, e os objetivos que é a criação de uma plataforma online de acesso rápido e regularmente, atualizável com dados estatísticos da rede educativa concelhia.

Mas essa plataforma não está disponível? Ou está?

Vejamos, a concretização do princípio 12 “Adequação dos Equipamentos e Serviços Municipais”, poderá ter sido à luz desse princípio e com bom sentido de oportunidade, que a Câmara Municipal se candidatou ao POR Lisboa 2020, nas medidas 10.1 e 10.5. “Investimento na educação, na formação e na formação profissional, para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento de infraestruturas educativas e formativas”.

Mas em que foi concretizada a candidatura?

Que ações foram aprovadas?

Quando e onde foram executadas?

A execução dessa candidatura responde a que indicador ou meta de educação de qualidade?

A informação municipal é mais uma vez, omissa.

Em novembro de 2022, e noutras comunicações subsequentes, o Presidente da Câmara e outros membros do Executivo, divulgaram a aprovação da candidatura do Município ao Programa Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas, na Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, que enquadra a construção do Centro Escolar Barbosa do Bocage, também já falado aqui, e bem, e necessário, mas necessária será igualmente a transparência e a adequação da informação municipal.

Poderia o Executivo, fornecer uma informação suficiente e compreensível, sobre o que foi caracterizado na Candidatura com investimentos e materiais, que representam 31% do financiamento, poderia dar uma informação suficiente e compreensível, por exemplo, sobre a Ação P10 “Oficinas de Experimentação e Inovação Social e ações de Acupuntura Comunitária, a promover na área da educação”, no valor de 87639,81€.

A execução dessa candidatura e a ação responde a que indicador, ou meta da educação de qualidade?

Termino esta análise do estado da educação no nosso Município, ou o estado em que nos encontramos, desafiando este Executivo, a cumprir pelo menos, algumas das palavras da nossa Vice-Presidente, Carla Guerreiro, que, no seu discurso da receção à Comunidade Educativa, em 22 de Setembro, que foram as seguintes: *“assumir inequivocamente, a escola pública como uma das conquistas de Abril, porque somos convictos que a Educação é a nossa melhor ferramenta, para melhorar o Mundo, o estado do Município e o estado em que estamos”*.

Já lá vão vinte anos de promessas do Executivo comunista, temos efetivamente um problema de competências, nunca têm competências, não de orçamento, não de escolhas.

Presidente da Mesa – Senhor Deputado, Ilídio Ferreira, quer fazer uma interpelação à Mesa.

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, quero fazer uma interpelação, ou esclarecimento, protesto, a figura que o senhor Presidente entender, mas parece-me que a devo fazer e sem ser no tempo do Partido Socialista, que é o seguinte.

Nós estamos aqui a debater de acordo com o artigo 22.º do Regimento da Assembleia, o Estado do Município, o estado do Município, não é o estado no Município. E o Município é a Autarquia Local, o Órgão Executivo da Autarquia Local, é a Câmara Municipal, que na sua missão é definir e executar políticas, tendo em vista a defesa dos interesses, satisfação da população local. Este artigo 22.º, para frisar bem a natureza deste debate, diz no seu ponto 7 que, “o debate deverá ser realizado entre o início de maio e o final de setembro, altura que permite fazer uma análise baseada na execução do orçamento anterior e preparar o próximo orçamento”, ou seja, este debate, é um debate virado para a análise do Município.

O Partido Socialista, não tem problemas nenhuns em discutir a saúde, a habitação, a educação, aquilo que se queira, tem-no feito nas outras Assembleias, através das Moções, agora, cada coisa em seu sítio, ao estarmos a trazer para aqui, a discussão das questões de natureza nacional, estamos a desvirtuar aquele que foi o objetivo desta reunião, em nosso entender.

Presidente da Mesa - Senhor Deputado, nós estivemos todos aqui presentes, é a sua interpretação da natureza do debate que tem ocorrido, nós ouvimos todas as interpelações e todos as fizemos, e nós não podemos dizer que elas não foram feitas, seja em relação às políticas nacionais, regionais, locais ou internacionais, mas tendo em conta a população e o território do Município, toda a gente se virou para o Município, e está a criticar, ou está a apoiar, ou está a defender, as políticas deste Executivo, ou está a combatê-las, mas dentro do Município, eu não vejo esse desvio, peço desculpa, mas esse argumento é uma interpretação sua.

Ilídio Ferreira (PS) – A questão é que depois não temos as respostas aos problemas do Município, que levantamos aqui.

Presidente da Mesa – E então, interpelou a Mesa, o que é que o senhor deputado acha que a Mesa, deve fazer para resolver a sua opinião, porque é a sua opinião que se trata.

Como é que nós fazemos?

Ilídio Ferreira (PS) – É para que a Mesa, sensibilize o senhor Presidente da Câmara, para responder às questões concretas, dos assuntos que são da sua competência, e que nós colocámos aqui.

Presidente da Mesa – Eu acho que é escusado, porque o senhor Presidente só está é sensibilizado para isso, não está sensibilizado para outra coisa, nem terá tempo para outra coisa, mas, de qualquer forma, é uma opinião, fica o reparo.

Mas julgo que não é justo aceitá-lo, sem um reparo da minha parte, porque o debate tem sido conduzido e tem sido realizado, tendo em conta a realidade concreta dos serviços, que estão no Município. Pelo facto deles estarem em todos os Municípios, não quer dizer que as condições deles se efetivarem melhor ou pior, não sejam discutidas como temos estado a fazer, é isso que tem sido feito neste debate.

João Paulo Vieira (Junta de Freguesia do Sado) – Eu vou falar sobre o estado da freguesia, portanto, vou salientar, de facto, a transferência de competências para as freguesias, antigamente tinha outro nome, mas sempre houve, por parte da Câmara e do Executivo CDU, nomeadamente para as freguesias da periferia, sem a qual não era possível fazer a intervenção.

Quero deixar aqui um aparte, não sei se têm conhecimento disso, a Freguesia do Sado tem uma única fonte de rendimento, que são os atestados e o FFF- Fundo de Financiamento de Freguesias, que dá cerca de 70 mil euros, portanto, com isto era impossível fazer obra na freguesia, se não fosse a transferência de competências da Câmara Municipal.

Dito isto, vou referir basicamente coisas que têm sido feitas neste último mandato, portanto, ultimamente, foram feitas grandes intervenções nas escolas, nomeadamente pinturas, arranjos de paredes, as escolas foram apetrechadas com quadros interativos, foi adquirido mobiliário, equipamentos para os pátios, esse equipamento já foi adquirido pela Junta de Freguesia, falta a entrega e a montagem por parte das empresas contratadas, porque elas também não estão a conseguir dar resposta no prazo que nós acharíamos que devia ser o prazo ideal, nomeadamente o prazo das escolas estarem a funcionar e ainda não estão instalados, apesar de já estarem contratados esses serviços e os equipamentos já estão inclusive pagos, foram adjudicadas pinturas e reparações da Escola da Ponte Seca, algo que também se irá fazer em breve, pois já está adjudicado.

A Junta de Freguesia do Sado, no cumprimento da transferência de competências, está a fazer um grande investimento no parque escolar.

Relativamente a intervenções em passadeiras, reparações de passeios, de calçadas, aplicação de massas asfálticas, em colaboração conjunta com a Câmara Municipal, também tem sido feito na freguesia, inclusivamente, sempre que possível procedemos à substituição de placas toponímicas e colocação de reentrâncias dos contentores RSU, em toda a freguesia.

Em parceria com a Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, procedemos ao aluguer de uma varredoura, um equipamento que é partilhado por duas freguesias e desta forma tem um custo mais baixo para cada uma e conseguimos fazer a limpeza das duas freguesias com essa varredoura. Neste momento, a Junta de Freguesia do Sado, e fruto de um investimento do Executivo anterior, está equipada com um grande camião de recolha de monos, esse camião trabalha todos os dias na recolha de monos e sobrantes, basta vos dizer que, se na cidade existem sempre monos para recolher, uma freguesia rural, tem os mesmos monos que tem uma freguesia urbana, e tem mais os sobrantes das hortas, das podas que as pessoas põem e, portanto, é um trabalho incansável, mas posso garantir que a nossa freguesia, pode-se considerar uma freguesia limpa.

Uma vez que temos jardins com alguma idade, temos procedido à manutenção desses espaços verdes, desses jardins, das placas ajardinadas e muitas vezes, temos também de proceder à reparação dos sistemas de rega e alguns também tem de ser substituídos. Estamos a tentar contratar um jardineiro, mas como também foi aqui dito, é muito difícil contratar, os concursos são complicados, não aparecem pessoas, neste momento, é uma carência que nós temos, mas que em breve também creio que será resolvida.

Nestas últimas intempéries que houve e devido aos avisos que, felizmente nós agora todos recebemos nos telemóveis e os alertas estavam identificados, procedemos a uma limpeza de sarjetas e sumidouros, e posso dizer, apesar de ter havido inundações na freguesia, nenhuma teve como início, o entupimento de alguma sarjeta ou de algum sumidouro, portanto, o trabalho foi feito, os operacionais estiveram na rua, as árvores caídas os bombeiros iam cortá-las, mas, obviamente, o trabalho dos bombeiros é desimpedir vias, por isso uma equipa da Junta de Freguesia, estava no local para fazer a limpeza dos resíduos que eram deixados para trás.

Em termos de apoio ao movimento associativo, a Junta de Freguesia, está de braço dado com o movimento associativo, tudo o que nos é pedido de apoio logístico, nós fazemos sempre chegar esse apoio, procedemos também à desmatção de áreas de zonas desportivas, nomeadamente campos de futebol, quando é necessário e que nos é pedido, nós fazemos esse apoio, portanto, fizemos também a realização de vários eventos na freguesia, sempre com a envolvimento do movimento associativo. Para finalizar, há coisas que nós também fazemos, deixando um aparte que quando se dá, não se tem que estar a dizer, mas como não fui eu que ofereci, nem fui eu que dei, eu vou dizer, e é uma gota de água o que eu vou dizer, também temos feito a entrega de cabazes alimentares, fornecidos pela Câmara Municipal de Setúbal, a famílias carenciadas, também é um dos atos que as Juntas de Freguesia estão a fazer, e pena é, que nós tenhamos que o fazer, é sinal do estado da freguesia, talvez do estado da Nação.

Rita Sereno (PSD) – Está a ser desenvolvido pelo Município, o Plano Estratégico de Cultura de Setúbal, integrado na Candidatura, “Setúbal - Cultura Sem Barreiras”, decorre de uma parceria com a Universidade do Minho, através do Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura, e dado que este projeto se realiza no âmbito de uma Candidatura Comunitária ao Lisboa 2020, gostaríamos de ver esclarecidos alguns pontos fundamentais, uma vez que, até ao momento, não existe informação sobre os mesmos.

Este projeto tinha como prazo de execução e término a data de 30 de junho de 2023?

Se sim, então como decorrem ainda atividades, no âmbito do projeto?

Se o prazo foi prorrogado, então qual a data término e quando foi assinado o novo termo de aceitação?

Este projeto, à luz da candidatura aprovada e financiada pelo Lisboa 2020, assumiu investimento de cerca de quinhentos mil euros, para ações que estimulem as competências de pessoas com deficiências ou doenças mentais, através de práticas artísticas inclusivas, nos equipamentos culturais, e o desenvolvimento de projetos artísticos, para a promoção da saúde mental.

Assim, gostaríamos de saber, qual a taxa de execução financeira deste investimento e quais as intervenções, iniciativas, efetivamente concretizadas até à data e disponíveis ao público e respetivos valores investidos.

Sendo público que a Câmara Municipal, conta apresentar a 1.ª versão, do Plano Estratégico Municipal de Cultura Setúbal 2030, até ao final deste ano, gostaríamos de saber se já foram realizadas as quinze reuniões previstas, da equipa de trabalho local permanente, para elaborar o Plano Estratégico, se já há data prevista para a apresentação e de que forma irá ser apresentado o Plano.

Quando ocorrerá a consulta pública, da versão zero do Plano Estratégico e, para quando a apreciação e validação do Conselho Municipal da Cultura?

O ano de 2023, está praticamente a terminar e não temos informação, sobre a boa gestão e execução do projeto financiado a 50%, pelo Fundo Social Europeu, e 50% pelo Município, nem a materialização do Plano Estratégico e a sua aprovação.

Dado que, já foi apresentado o resumo do diagnóstico cultural, no passado dia 19 de setembro, numa 2.ª sessão de apresentação no Cinema Charlot, seria de todo útil, que o diagnóstico seja publicado no Site do Município, para consulta de todos os cidadãos, falo do diagnóstico, e não um resumo apresentado nas sessões públicas de 30 de junho e 19 de setembro de 2023.

Este processo tem sido desenvolvido através de uma metodologia participativa e, por isso faz todo o sentido que estejam todos os desenvolvimentos detalhados e acessíveis a qualquer município.

José Lima Neves (União das Freguesias de Azeitão) – Se isto é o estado do Município, eu vou falar do estado da freguesia de Azeitão, o que tenho a dizer, é que em relação ao que se passa na freguesia de Azeitão, temos muito a ver e houve uma evolução muito grande, com as transferências de competências, da Câmara Municipal, para a Junta de Freguesia.

Tenho a dizer, as obras que já foram feitas neste mandato, em colaboração com a Câmara Municipal de Setúbal, asfaltamos e fizemos os passeios na Rua da Tradição, na Rua da Silveira, na Estrada de São Pedro. Vamos abrir um concurso para a 2.ª Fase do Pinhal de Negreiros, para fazer os passeios e o ajardinamento de toda uma zona, que já estava incluída também uma 3ª fase, mas atrasámos esta 2.ª fase, para que o concurso ficasse também com a 3.ª fase incluída, por isso vamos arrancar com esse ajardinamento.

Recuperámos o Lavadouro de Vila Nogueira de Azeitão, em que toda a cobertura foi levantada, desse modo o telhado e toda a cobertura em Madeira, foram recuperados já este ano. Recuperámos o Largo 25 de Abril, em Vila Fresca de Azeitão, a Rua Almirante Reis, temos estado a fazer pequenas obras em todas as escolas, todas as escolas do Ensino Básico, do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, em Azeitão, em colaboração, com esta transferência da Câmara Municipal de Setúbal, o senhor Presidente e todos vocês sabem que, realmente se nós tivermos meios, nós conseguimos fazer mais rápido e melhor junto das populações.

Fizemos uma intervenção no Cemitério de Vendas de Azeitão, substituímos uma cobertura de acesso à casa mortuária.

Estamos a reforçar a iluminação pública do Mercado Mensal de Azeitão, que até aqui, todos os meses quando há o mercado, que se realiza no 1º domingo de cada mês, temos que pedir a baixada e depois é retirada novamente, estamos a tratar do assunto, para ficar com um contador permanente.

Temos aqui também uma situação, que acho que segundo me disseram, acho que fomos a única freguesia, que se candidatou a uma reserva do Fundo Covid 19, e recebemos agora 23 mil euros, desse Fundo, não estava programado, nem orçamentado, mas vamos canalizar essa verba, para fazer uma rotunda junto ao Parque da Bacalhoa, para dar acesso ao Centro de Saúde de Azeitão e fazer umas reentrâncias, para uma paragem de autocarro, também naquela zona.

Também adquirimos uma carrinha mista de 3500 quilos, para recolhermos os monos, temos dois camiões grua, que andam todos os dias a recolher monos, é uma das chagas que nós temos, embora tenhamos feito uns autocolantes com todas as informações, onde é que se devem colocar os monos, temos um depósito em Choilo, para as pessoas entregarem as coisas, se as pessoas pedirem, nós vamos a casa recolher os monos, mas as pessoas continuam a deixar junto aos contentores do RSU, já assisti por 3 vezes, que os homens dos camiões encham o camião, e passado três horas está na mesma, infelizmente, é assim.

Melhoramos o nosso planeamento na higiene e limpeza, com uma maior rotatividade, para abranger toda a freguesia e que não tenhamos de passar semanas, sem passar em vários locais, a freguesia de Azeitão, tem 69,3Km de área, que vai desde a Quinta do Conde até junto à Coca-Cola e vai até Galapos.

Portanto, tenho aqui mais algumas referências, em relação à Cultura, vamos fazer um Concerto no final do ano, fizemos um Concerto de Jazz.

No 25 de Abril, nos 50 anos do 25 de Abril, vamos inaugurar uma Escultura ao 25 de Abril, no Parque da Bacalhoa II, fizemos um concurso, para o efeito. Vamos fazer já esta semana que vem, uma reunião com todas as Coletividades e todos os Clubes, para que nas Comemorações do 25 de Abril do próximo ano, se realize uma festa do Associativismo.

Em relação aos espaços verdes, também estamos a otimizar as equipas, para haver também uma maior rotatividade, porque temos 200 e tal, espaços verdes, em Azeitão.

Tivemos uma reunião, com os Serviços Municipalizados de Setúbal, porque temos um problema com os contentores, temos cento e tal, contentores partidos, destruídos, sem rodas, sem tampas e já tivemos uma reunião com os Serviços Municipalizados, e pelo menos 100 contentores, vão ser disponibilizados. Portanto, era tudo isto que eu tinha mais ou menos para dizer, que são as coisas que foram feitas até agora, porque todo o resto já foi aqui dito em relação a tudo.

Vitor Rosa (BE) – Senhor Presidente, André Martins, é óbvio e é claro do ponto de vista político, relativamente à habitação, à saúde e à educação, que todos os Partidos aqui presentes, têm a sua visão política sobre o mesmo e, como tal, não é necessário vir aqui dizer que não se falou sobre isto, é óbvio que toda a gente falou, sobre a saúde, sobre a educação e sobre a habitação, a questão principal que se coloca aqui é, para além disto, nós também queremos respostas, nós Assembleia Municipal, merecemos o respeito, das respostas às questões aqui levantadas, é isso que também queremos e acho que temos esse direito, a que exista da sua parte respostas às questões levantadas, porque não percebo, se é assim tão difícil responder, senhor Presidente.

É assim tão difícil responder, se assume ou não, o compromisso assumido aqui há um ano, da construção da Biblioteca Municipal, durante este mandato, é tão difícil responder, por exemplo, se as obras da Avenida Luísa Todi, vão ter início este ano 2023, conforme é dito pelo senhor, em diversas entrevistas. Vai ser tratada a questão do Campo de Futebol do Praiense, é tão difícil responder assim, senhor Presidente, é que os nove minutos que restam, que estão ali, não vai dar para responder à maior parte das questões aqui levantadas.

É esse respeito que esta Assembleia merece, é esse respeito, que nós queremos aqui, como Presidente desta Câmara, que dê respostas a todos estes Partidos, que aqui levantaram estas questões, independentemente que sejam da oposição, ou seja da bancada que está aqui ao meu lado, que faz parte do apoio ao Executivo.

Manuel Esteves (PS) – Falou-se aqui e estamos aqui a falar, sobre o estado do Município, e muito bem, que é para isso que nós aqui estamos, e falou-se muito numa data, que é muito própria aqui da CDU, que é o 2001, mas eu queria lembrar aqui, a dois ou três senhores da CDU, não deve ser mais, que eu me lembre, da data de 1985, e que nessa data de 1985, quem cá estava era a CDU e o que se falava na cidade de Setúbal, era que, para Setúbal, ou para, a Câmara de Setúbal, nem uma porta, quanto mais um parafuso, e está tudo dito. A partir de 2001, começou-se a trabalhar naquilo que já tinha sido iniciado, como já foi confirmado aqui, e Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, também é testemunha disso.

Queria falar aqui sobre o que se passa na Rua de São Gonçalo, que está a causar um transtorno muito grande na Aldeia de Vendas de Azeitão, neste momento, nas horas de ponta, as filas vão de São Gonçalo, até à minha Aldeia de Vendas de Azeitão e de Vendas de Azeitão, até à rotunda dos Barris, devido à situação em que se encontram as obras, desde junho, na Estrada de São Gonçalo.

Mas mais ainda, é que essa obra, não é da responsabilidade direta da Câmara, e a Câmara sabe disso, e tem fiscalização para isso e tem meios, para os obrigar a fazer a obra.

A obra é da inteira responsabilidade da Coca-Cola, se é da Coca-Cola, a Câmara tem que lá ir e tem de perguntar, qual é o motivo por a obra estar parada?

Em todos os desvios que lá estão, há buracos que já entalam os carros lá dentro, portanto, isto realmente é uma vergonha.

Queria dizer aqui ao Senhor Vice-Presidente, da minha Junta, o seguinte, ele tem feito muitos melhoramentos e muita coisa, tem feito, sim senhor, algumas coisas, mas agora pergunto, é que na Aldeia de Azeitão, na periferia de Azeitão, tanto cuidado têm, que tem lá a rotunda das ovelhas, que já lá falta duas ovelhas, e não têm dinheiro, com tantas transferências de competências que a Câmara lhes dá, para pôr lá as ovelhas, e mais duas fugas de água, na Rua do tio Josué, desde junho, e uma na Estrada Nacional, que é uma vergonha, portanto, vamos lá ver, não é só andar lá a regar os “cento e não sei quantos” espaços verdes e não tratar daquilo que está em falta.

Rui Canas (Presidente de Junta da União de Freguesias de Setúbal) – Falar do estado do Município, é falar do estado das freguesias, são as freguesias, no fundo, as unidades territoriais do Município.

Às vezes é mais fácil partir do concreto, para a generalização, e eu penso que, a intervenção que os meus colegas Presidentes de Junta já aqui tiveram neste sentido, ajuda às vezes a perceber mais algumas coisas, do que aqueles chavões de frase feita e de discussão política, que por vezes, vêm aqui para cima da mesa. Costumo dizer que, nestes dez anos que estou na qualidade de Presidente de Junta, já assisti nestas três freguesias, a três grandes revoluções.

A primeira, foi a fusão das Freguesias, que foi um processo complicadíssimo, a segunda, foi o primeiro grande alargamento de competências, que a Câmara Municipal, nos colocou no segundo mandato, e agora temos a célebre transferência de competências e delegação de competências, porque temos as duas coisas ainda a funcionar e que realmente, obrigou-nos a refazer tudo novamente, em função de criar uma máquina, capaz de responder a estas estas competências, a estas responsabilidades, e mais, como já foi aqui dito, a fazer melhor serviço público, porque só assim se justifica haver transferência de competências. As freguesias não querem as transferências, não querem os recursos, apenas para dizer que tem grandes orçamentos, ou que tem muita gente, não!

Nós queremos efetivamente recursos, para poder intervir e melhorar a prestação de serviços.

É claro que, há esta ideia, e é correta, que quem está mais perto conhece melhor e possivelmente, consegue gerir melhor, é sempre assim, mas é preciso que seja acompanhado dos devidos meios, porque milagres, mesmo no “Halloween”, ninguém os faz.

Portanto, dizer que, em relação às transferências de competências que recebemos e que foram importantíssimas, e eu destaco, por exemplo, a questão da limpeza urbana, e que nós recebemos, tudo aquilo que ainda não tínhamos e ainda mais a zona ribeirinha, portanto, isto aumentou o dobro à área que a Junta de Freguesia, já tinha, sobre a sua intervenção, em termos desta situação, o que realmente nos obrigou a criar uma estrutura de outro nível, para responder a estas competências. Assim, fizemos processos concursais, onde já admitimos 36 trabalhadores, para a Junta durante este ano, já entraram os 36 trabalhadores e são trabalhadores das áreas de cantoneiros, jardineiros, engenheira florestal, animadores sociais e administrativos, porque o trabalho administrativo cresce, nomeadamente quando cresce o número de trabalhadores. Nós, neste momento, na Junta de Freguesia, temos entre todas as valências de trabalhadores, cerca de 136 pessoas, portanto, isto do ponto de vista de instalações, de meios de transporte, etc., obrigou-nos efetivamente a um grande salto.

Neste momento, já temos esses trabalhadores, desde o mês de maio que estão efetivamente admitidos, promovemos 3 trabalhadores a encarregados, para criar novas áreas administrativas.

Fizemos um concurso público, para a prestação de um serviço de duas varredoras pesadas, com cantoneiros de apoio, com soprador, também já está concluído e já está a funcionar, a juntar a uma varredoura ligeira, que nós já tínhamos, adquirimos 3 triciclos elétricos, para fazer a recolha de papeleiras, para melhorar e agilizar algumas ações em algumas zonas, temos uma prestação de serviços com uma empresa, para continuar e melhorar a zona ribeirinha, lembrar que nessa zona ribeirinha, a APSS tinha 3 trabalhadores, nós, neste momento, temos 10, e mesmo assim, ainda não estamos satisfeitos com o serviço que está a ser feito.

Lembrar que tudo isto, foi feito em meses, como o senhor Presidente da Câmara, aqui disse, foi feito em meses, portanto, é um esforço muito grande que as Juntas fizeram, para corresponder o mais depressa possível a estas responsabilidades.

Nos espaços verdes, recebemos 180 e tal espaços verdes, não tínhamos nenhum, portanto, não tínhamos nenhuma estrutura preparada para esta área e por uma questão de bom senso, resolvemos fazer um concurso público, aceitando a prorrogação do contrato da empresa, que já prestava serviço à Câmara Municipal, e agora no final do ano, vamos então proceder a um procedimento, para um novo concurso em relação a esta área. Admitimos quatro jardineiros, porque ficámos com competências também na área dos espaços verdes das escolas, e também para poder fazer intervenções de qualificação, destes espaços verdes.

Adquirimos quatro viaturas para esta área operacional, e, portanto, como estão a ver, isto é um processo muito trabalhoso.

Em relação a obras, queria destacar a obra da Afonso Castro Falcão Machado, que era uma velha aspiração daqueles moradores da zona, queria também falar da Escola do Casal das Figueiras, queria dizer ao senhor deputado do PSD, que disse que houve muitas obras de fachada, mas não houve nas escolas, eu



posso dizer que, na minha freguesia, neste momento, todas as escolas foram intervencionadas, com obras, com telhados, removemos o amianto, fizemos novos logradouros, melhoramos as salas, fez-se bibliotecas, enfim, um conjunto de coisas, não tenho mais tempo, gostaria de falar ainda da Cultura, da Proteção Civil, entre outros.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Queria fazer a defesa da honra - “Disseram aqui, que eu não tinha falado a verdade, eu disse que, o Partido Socialista, não investiu um cêntimo em saneamento básico, foi o que eu disse”.

Paulo Lopes (PS) – Não é verdade.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – É verdade! Não foi saneamento básico, foi abastecimento público de água, senhor deputado.

Paulo Lopes (PS) – (intervenção inaudível).

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Vou dizer qual foi a obra, fizeram o abastecimento de água até à entrada do Bairro Operário e fizeram abastecimento público de água até à entrada do Bairro da Bonita, foi o que feito, saneamento básico, foi zero, pode dizer o que quiser.

Presidente da Mesa – Terminaram as intervenções, esgotou-se os tempos, agora é o diz que disse, não pode ser, não é digno desta sessão que tem corrido bem, tem corrido normalmente, com o sacrifício de todos, é bom que ela possa acabar como deve ser.

Para terminar a intervenção de encerramento, senhor Presidente da Câmara, tem a palavra para concluir a intervenção que estava a fazer há pouco e encerramos o debate.

Presidente da Câmara – Peço imensa desculpa, mas tenho de repetir que a Câmara Municipal, não tem nada a ver com a distribuição dos tempos e com a organização do debate, cabe à Assembleia Municipal essa responsabilidade, mas eu vou cumprir, procurar cumprir.

Depois do debate a que aqui hoje assistimos, torna-se evidente a falta de propostas, por ausência de uma visão global e integrada dos problemas e dos caminhos a trilhar, para em conjunto com os agentes sociais, económicos e culturais, atingir resultados globais, em que cada um, se sinta de alguma forma reconhecido e compensado. Aquilo a que assistimos com maior frequência, é uma falta de ideias, que anda de mão dada, com a permanente procura da pequena questiúncula política, que embora satisfaça agendas partidárias, nada traz ao desenvolvimento do concelho e ao bem-estar das nossas populações.

Uma falta de ideias, que se traduz em muitos casos, apenas na tentativa de criar problemas à governação do concelho. Falta à oposição, ainda que, em diferentes graus e ritmos, um programa claro, para Setúbal, que vá além de chavões e propostas avulsas.

Num concelho, em que nos próximos dois anos, se espera um investimento superior a três mil milhões de euros, capazes de gerar muitos novos postos de trabalho, e em que estão a arrancar investimentos e obras municipais, de mais de trinta milhões de euros, por todo o concelho, é profundamente contraditória a ideia de que aqui se pensa pequeno, contraditória e falsa.

Quem pensa pequeno, é quem abandona e degrada os serviços públicos do concelho, dependentes do Estado central, como é notório, nas profundas dificuldades por que passa o Serviço Nacional de Saúde e em particular, o nosso Centro Hospitalar.

Quem pensa pequeno, é quem permite, que as nossas forças de segurança, estejam profundamente desfalcadas, com sérias consequências, para a preservação da segurança de pessoas e bens.

Quem pensa pequeno, é quem empurra escolas velhas e quase em ruínas, para as Autarquias, e depois lhes aponta o dedo, por não resolverem num ano o que o Poder Central não resolveu em décadas. Quem pensa pequeno, é quem ainda não garantiu equipar um Centro de Saúde, acabado de construir, com todos os recursos, para servir a população de Azeitão.



O que é indesmentível, porque os dados estão aí, é que Setúbal, vive um ciclo de grande desenvolvimento, que resulta em larga escala das condições que a Câmara Municipal, tem vindo a criar na cidade e no concelho, seja para melhorar a qualidade de vida das populações, seja com infraestruturas que criam atratividade, para o investimento privado.

Temos obra e está garantido que vamos continuar a fazer mais obra.

Quanto aos investimentos privados, no nosso concelho, geradores de milhares de postos de trabalho, estão já em andamento, ou em vias de concretização, projetos que valem mais de três milhões de euros e milhares de novos postos de trabalho.

Estamos perante o maior ciclo de investimentos no nosso concelho, nas últimas décadas, um ciclo que reflete a confiança de quem investe num território gerido pela mesma força política, há mais de vinte anos.

A Câmara Municipal, teve, tem e terá um papel preponderante na captação destes investimentos, quer por via da sua ação direta, quer por via das condições de atração da cidade e do concelho, que tem vindo a criar.

A nossa Autarquia, está paralelamente a iniciar um novo ciclo de investimentos e obras municipais de mais de trinta milhões de euros, fundamental para mais desenvolvimento e bem-estar das nossas populações.

Uma dessas obras, é a construção do Pavilhão Desportivo das Manteigadas, um novo espaço com área aproximada de dois mil metros quadrados, para reforço da oferta da prática desportiva municipal e também para o reforço do Complexo Desportivo Municipal das Manteigadas.

Vamos avançar com a obra do Auditório Municipal de Azeitão, para desenvolvimento de atividades multiculturais, e com a obra do Mercado de Brejos de Azeitão, dando assim força à nova centralidade de Brejos.

Investimento de grande importância, é o da obra de requalificação de infraestruturas e pavimentos da Avenida dos Ciprestes e também o da obra de requalificação de infraestruturas e pavimentos na Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas, beneficiando a importantíssima obra do novo Centro Escolar Barbosa do Bocage e também a área de estacionamento gratuito, já existente junto à Várzea.

Será também feita a requalificação de infraestruturas e pavimentos da Avenida de Moçambique e a requalificação da Avenida Luísa Todi, incluindo a deslocalização da Fonte dos Golfinhos.

Este conjunto de investimentos, soma-se aos projetos e obras já em desenvolvimento, entre os quais se inclui a requalificação da Praça do Brasil e da Praceta Quinta do Tavares, a requalificação urbana e paisagística da Urbanização Pinhal de Negreiros, bem como a reabilitação do espaço cultural “A Gráfica”, ou da Praceta Joaquim Guerreiro.

Em curso, está já a obra de requalificação da Estrada Nacional 10-4, no acesso à Mitrena e a obra de prolongamento da rede de águas e saneamento à Rua Baía do Sado, Rua Montinho da Cotovia e ruas adjacentes, e estão em vias de concretização, intervenções no Campo das Pedreiras e no Pavilhão Desportivo Municipal João dos Santos.

A Câmara Municipal, vai ainda avançar com novas obras no Parque Urbano da Várzea, que incluem mais áreas verdes, novos equipamentos urbanos e mais iluminação pública.

No total, estas obras representam investimentos de valor superior a trinta milhões de euros, num quadro de rigorosa responsabilidade orçamental, que não hipoteca o futuro.

Este é o quadro em que assistimos a várias tentativas de denegrir o nosso trabalho e de lançar cortinas de fumo, sobre a transformação por que Setúbal tem passado nos últimos tempos, tem valido de tudo, desde a maquinação que teve a ver com a decisão da Câmara Municipal de receber refugiados da Ucrânia, até ao ataque dirigido à Câmara Municipal, por deficiências na operação da Carris Metropolitana, que apenas podiam ser atribuídas ao operador, ou mesmo, ainda há poucos dias, a mentira propalada, sobre a nossa posição sobre o conflito Israelo-Palestiniano.

Para nós, em política não vale tudo, e estamos certos de que assim é, para a esmagadora maioria das populações de Azeitão e de Setúbal, por isso, continuaremos focados no intenso trabalho que ainda temos para tornar este concelho, cada vez mais atrativo e onde continua a dar gosto, viver.

Deixámos de ser a cidade e o concelho sombrios, herdados de uma gestão autárquica, que deixou os cofres da Câmara vazios, para passarmos a ser uma cidade e um concelho, que atrai investimento e visitantes e onde há sustentabilidade nas contas, e onde tudo faremos, para que assim continue,

denunciando as promessas e propostas fáceis, que podem significar, voltarmos aos tempos do descontrolo financeiro, com consequências para a vida de todos, que escolheram Setúbal para viver, a começar pelos trabalhadores, pelos salários dos trabalhadores da Câmara Municipal.

E assim, continuaremos a fazer mais cidade com a atração de investimento, com mais obra, com mais Setúbal e com uma forte aposta na seriedade na gestão municipal e na seriedade política sem cedências, avançamos com confiança.

Setúbal, vai continuar!

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e treze minutos do dia um de outubro, de dois mil e vinte e três.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte e três, contém cinquenta e nove folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*